



Plural

Planeamento Urbano, Regional
e de Transportes, Lda.



ESPAÇO E DESENVOLVIMENTO



PLANO ESTRATÉGICO DE CONSTÂNCIA - 2020

RELATÓRIO FINAL

Junho 2009

CÂMARA MUNICIPAL DA CONSTÂNCIA

PLANO ESTRATÉGICO DE CONSTÂNCIA - 2020

RELATÓRIO FINAL

Junho 2009

CÂMARA MUNICIPAL DA CONSTÂNCIA

ÍNDICE

1. APRESENTAÇÃO	2
2. SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO E CENÁRIO DE PROJECCÃO	4
2.1. Forças e Fragilidades	4
2.2. Diagnóstico prospectivo	7
2.3. Expectativas dos actores locais	9
2.4. Cenário compósito e opções estratégicas	12
3. OBJECTIVO GERAL DO PLANO E VECTORES ESTRATÉGICOS	16
3.1. Objectivo geral de Desenvolvimento para Constância	16
3.2. Eixos Estratégicos de Desenvolvimento para Constância	17
3.3 Objectivos específicos	19
3.4 Vectores estratégicos de desenvolvimento	20
c) <i>Reforço da coesão do território concelhio e da integração com territórios envolventes</i>	25
3.5 VISÃO do futuro do Concelho por grandes domínios	25
a) <i>Visão do futuro da economia do Concelho</i>	26
b) <i>Visão do futuro do ambiente no Concelho</i>	27
c) <i>Visão do futuro da cultura no Concelho</i>	29
d) <i>Visão do futuro social do Concelho</i>	32
4. A OPERACIONALIZAÇÃO DO PLANO	34
4.1. A natureza sistémica e integrada do Plano: os projectos mobilizadores	34
Projecto I - Desenvolvimento do Turismo (PDT Constância)	35
Projecto II – valorização dos rios	37
Projecto III – Valorização Dos Recursos Humanos Pela Educação E Formação	38
Projecto IV – Acessibilidade e Mobilidade Sustentável em Constância	39
4.2. Sistema de Eixos de Desenvolvimento/Programas/Acções	41
Eixo 1. Constância Solidária, Aprofundar a Coesão Social e Territorial	41
Programa 1. 1. Ampliação da rede de equipamentos sociais	43
Programa 1.2. Emprego, formação e qualificação dos recursos humanos	46
Programa 1. 3 Melhoria do quadro de vida, solidariedade e coesão social	50
Programa 1.4. Promoção da mobilidade local	52
Eixo 2 . Constância Competitiva numa economia aberta, dinâmica e diversificada	55
Programa 2. 1. Valorização dos recursos energéticos, poupança de energia e combate à poluição	56
Programa 2.2. Dinamização da actividade empresarial	59
Programa 2.3. Dinamização da actividade turística	61
Eixo 3 . Constância Atractiva, para quem investe, trabalha e visita	64
Programa 3. 1. Requalificação e revitalização dos centros urbanos	64
Programa 3. 2. Modernização e ampliação de infra-estruturas	66
Programa 3. 3. Intervenções de valorização territorial	67
Programa 3. 4. Dinamização desportiva e socio-cultural	72
Eixo 4. Constância Moderna, oferecendo ao cidadão serviços modernos e eficientes	75
Programa 4.1. Estímulo à utilização de novas tecnologias	76
Programa 4. 2. Desenvolvimento Organizacional	78
Eixo 5. Constância Integrada, num quadro de solidariedade regional visando o desenvolvimento equilibrado	80
Programa 5. 1. Melhorar a acessibilidade regional através de Constância	81
Programa 5. 2. Contribuir para o reforço da coesão no Médio Tejo	83
4.3 Síntese dos Programas e acções por eixos estratégicos	86
5. COERÊNCIA EXTERNA	89
6. ESTIMATIVA DO INVESTIMENTO E FINANCIAMENTO	101
7. MODELO DE GOVERNAÇÃO	107

1. APRESENTAÇÃO

O planeamento estratégico, ao nível territorial, tem, entre os seus mais importantes objectivos, o de se constituir instrumento para preparar o desenvolvimento harmonioso do território, no sentido de proporcionar níveis de infraestruturação e de equipamento adequados às populações e actividades, aí residentes ou estabelecidas, prevenindo, nesta lógica, situações de mau ordenamento, seja por excesso de ocupação, seja por dispersão e desarticulação funcional de parcelas do território.

Subjacentes a este objectivo estão os grandes propósitos que guiam a acção dos responsáveis pelos governos centrais, regionais ou locais, isto é, proporcionar condições para o desenvolvimento sustentável e para o incremento da qualidade de vida e bem estar das populações.

No caso do concelho de Constância o propósito que anima os responsáveis municipais é o de afirmar Constância como um território atractivo, solidário, inovador e competitivo.

A recente aprovação, através da Lei nº 58/2007 de 4 de Setembro, do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) está na linha do referido, ao estabelecer, para um horizonte temporal de 20 anos, como ambição das políticas de ordenamento e desenvolvimento do território poderem contribuir para que Portugal seja um espaço sustentável e bem ordenado, um território equitativo em termos de desenvolvimento e bem-estar, uma economia competitiva, integrada e aberta, uma sociedade criativa e com sentido de cidadania.

O PROT do Oeste e Vale do Tejo, além de gizar um modelo territorial, em que o concelho de Constância se integra nas Unidades Territoriais da Charneca Ribatejana e Eixo Ribeirinho Barquinha/Abrantes avança com normas orientadoras que o Plano Estratégico de Constância não pode ignorar.

A referida Unidade Territorial do Eixo Ribeirinho Barquinha/Abrantes, a que se reconhece grande potencialidade para o turismo (valias patrimoniais e paisagísticas) e para o lazer e recreio (através de actividades ligadas à pesca e aos desportos náuticos), estrutura-se em torno de Vila Nova da Barquinha, Constância e Abrantes, pressupondo forte relacionamento funcional com outros pólos urbanos (nomeadamente Entroncamento/Torres Novas), no sentido do reforço, no Médio Tejo, de um sub-sistema urbano policêntrico, com um papel de charneira inter-regional e potencial de localização de actividades logísticas, articulando-se com o Pinhal Litoral, Beira Interior e Norte Alentejano.

No quadro do Plano Estratégico de Constância, o turismo e o lazer deverão, assim, constituir vectores estratégicos de desenvolvimento, na linha do que o PROT–OVT afirma como “forte aposta na consolidação e qualificação, das áreas urbanas com concentração de funções turísticas, residenciais e de lazer”, daí derivando, em termos programáticos orientadores, a prossecução do ordenamento e valorização das frentes ribeirinhas, promovendo um enquadramento paisagístico e funcional adequado aos valores ambientais e à identidade sócio-cultural do centro urbano de Constância.

Outros vectores estratégicos emergem, quer de estudos e planos de âmbito supra-municipal (como o Plano de Acção do Médio Tejo 2007-2013, o Plano Operacional Regional, documentos que enumeram programas e projectos a implementar na sub-região), quer da própria orientação municipal e de sugestões recolhidas ao longo do processo de elaboração do Plano Estratégico, com destaque para o que foi já recolhido e tratado na fase precedente, cujas principais conclusões e recomendações interessa reter para esta fase em que, além de detalhar vectores de desenvolvimento, se tratará de definir programas de actuação e projectos estratégicos.

2. SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO E CENÁRIO DE PROJECCÃO

2.1. FORÇAS E FRAGILIDADES

Com base no diagnóstico detalhado e actualizado da realidade de Constância, entendido na sua dimensão administrativa mas também à escala da região e sub-região, obtido a partir dos elementos de carácter qualitativo e factual recolhidos no âmbito das entrevistas e inquéritos realizados nesta 1ª fase de elaboração do Plano Estratégico, importa construir agora uma visão de síntese.

Esta visão desenvolve-se em torno de diversas dimensões de análise que se nos afiguram relevantes na perspectiva da formulação das orientações futuras para o Concelho, mas também na perspectiva de fundamentação de programas de actuação, pois remetem para o universo de actores/intervenientes no processo de desenvolvimento de Constância.

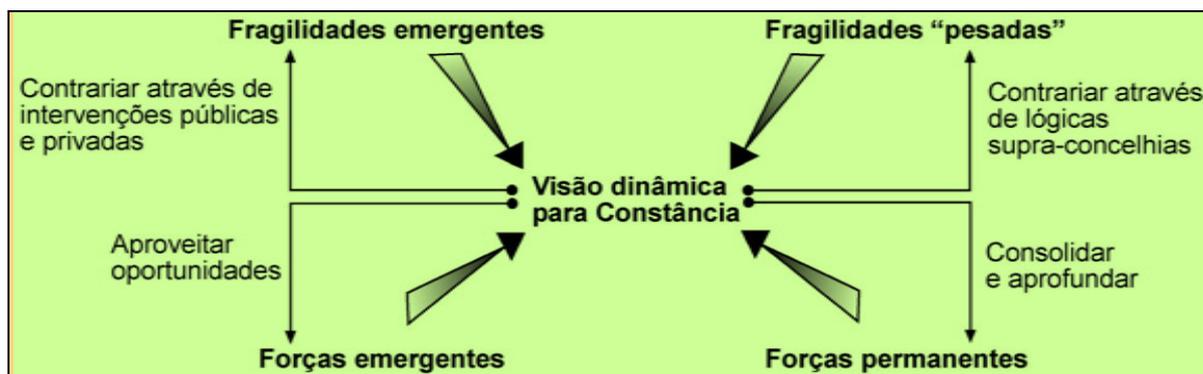
As alíneas seguintes, ilustradas na Figura adiante, registam um conjunto de entradas construídas na óptica de contraposição de vectores de fragilidade - força, mas acolhendo uma visão dinâmica que distingue:

- Fragilidades mais ligadas a tendências pesadas, cujo grau de controle pelos agentes concelhios é limitado (fragilidades consolidadas);
- Fragilidades que, embora tenham peso, resultaram ou resultam de factores circunstanciais (facilidades emergentes) e que apresentam uma margem de intervenção e de correcção através de políticas públicas e do investimento privado, evitando que evoluam negativamente para desvantagens consolidadas.

Relativamente ao vector das forças, a leitura é semelhante, partindo:

- das forças permanentes, que correspondem a um perfil relativamente rico de argumentos locativos que importa consolidar e aprofundar;
- para forças emergentes, que estão ligadas a potenciais de vária ordem que ainda não produziram efeitos em toda a sua plenitude (p.ex., existência de oferta formativa, potencial turístico), mas que traduzem oportunidades económicas e outras a explorar.

Modelo de integração de forças e fragilidades



Esta sistematização da caracterização efectuada permitiu a elaboração do quadro-síntese de Fragilidades e Forças, de onde se extraem informações relevantes para a construção da estratégia de desenvolvimento.

Síntese de Fragilidades e Forças

Domínio		Fragilidades	Forças
Potencial humano e sociedade	Consolidadas	<ul style="list-style-type: none"> - Redução dos efectivos populacionais na última década censitária, fundamentalmente por via do crescimento natural negativo - Baixa densidade populacional - Importância do abandono escolar - Baixos níveis de escolaridade - Falta de oportunidades de emprego para jovens licenciados e operários não qualificados 	<ul style="list-style-type: none"> - Aparecimento de ofertas formativas locais - Qualidade geral dos serviços de saúde - Presença de movimentos associativos
	Emergentes	<ul style="list-style-type: none"> - Situações de pobreza: algumas famílias beneficiárias do RSI - Carência de habitação ajustado à fixação de jovens e de populações carenciadas (apesar do esforço já feito, designadamente, com as habitações a custos controlados e a habitação social em Malpique e Portela) - Constrangimentos na oferta de equipamentos para 1ª infância - Necessidade de Centros Educativos com as valências de JI, EB1 e ATL. - Carência de equipamentos/actividades para idosos nalguns locais - Falta de condições físicas do Posto Médico de Montalvo 	<ul style="list-style-type: none"> - Estabilização do processo de envelhecimento - Capacidade de atrair populações quer para trabalhar quer para residir

(cont.)

(cont.)

Domínio		Fragilidades	Forças
Base económica	Consolidadas	<ul style="list-style-type: none"> - Debilidade do tecido associado ao turismo e comércio - Dificuldades de compatibilidade territorial entre espaços de vocação económica e ambiental/paisagística - Baixos níveis de habilitação da mão-de-obra - Desemprego de Longa Duração - Sector agrícola com reduzida expressão na paisagem económica concelhia 	<ul style="list-style-type: none"> - Potencial locativo capaz de seduzir empresas em desconcentração dos grandes núcleos urbanos e novas apostas económicas que visem a região, o país ou mesmo a escala internacional - Aumento da oferta de emprego, sobretudo na indústria - Leque alargado de recursos possíveis de aproveitamento económico
	Emergentes	<ul style="list-style-type: none"> - Desproporção entre a oferta em recursos naturais, culturais e patrimoniais e a matriz de actividades turísticas e complementares - Carência de espaços de vocação empresarial dirigidos a pequenas iniciativas, criativas e inovadoras - Dificuldades na esfera da competitividade territorial por indefinição nos produtos concelhos a promover. 	<ul style="list-style-type: none"> - Acréscimo recente e expressivo de unidades empresariais de sectores industriais diversificados - Acréscimo do PIB e do VAB - Crescente visibilidade junto dos grandes mercados emissores (grandes áreas urbanas e metropolitanas) o que tem especial interesse para a actividade turística - Aumento do número de empresas de reabilitação urbana - Possibilidade de aprofundar as sinergias com o sistema urbano sub-regional onde se insere
Sistema de povoamento e acessibilidades	Consolidadas	<ul style="list-style-type: none"> - Aglomerados de pequena dimensão, com uma limitada armadura funcional - Ausência de ligação, no Concelho, entre as duas margens do Tejo 	<ul style="list-style-type: none"> - Persistência de valores patrimoniais urbanos e naturais (ambientais e paisagísticos) - As acessibilidades regionais e nacionais estão garantidas mas passíveis de serem melhor aproveitadas
	Emergentes	<ul style="list-style-type: none"> - Expansão urbana da Vila de Constância nem sempre em consonância com o incremento demográfico e económico - Demora na qualificação da margem direita do rio Tejo - Dificuldades de articulação entre os espaços urbanos concelhos 	<ul style="list-style-type: none"> - Estrutura de equipamentos recentes e de qualidade funcional e arquitectónica que configura uma nova imagem e capacidade de atracção urbana - Disponibilidade de espaços públicos de qualidade e com dinamismo próprio
Ambiente e Património	Consolidadas	<ul style="list-style-type: none"> - A industrialização tem gerado algum “ruído” na paisagem 	<ul style="list-style-type: none"> - Clima ameno pelo reduzido número médio de dias com precipitação e pela temperatura média de 17,5°C - É possível encontrar nos espaços exteriores a aplicação de espécies autóctones
	Emergentes	<ul style="list-style-type: none"> - A pressão pela ocupação empresarial e a expansão urbana (nos perímetros urbanos ou em meio rural), suscitam algumas preocupações pelas dificuldades em preservar os valores paisagísticos. 	<ul style="list-style-type: none"> - A presença do Tejo e do Zêzere confere um enquadramento de excelência a grande parte do Concelho - Forte imagem assente na confluência do Zêzere e Tejo - Os espaços verdes para sensibilização e educação ambiental têm ganho adeptos

2.2. DIAGNÓSTICO PROSPECTIVO

Na fase precedente houve oportunidade de proceder ao enquadramento territorial do concelho de Constância, à caracterização e diagnóstico dos seus recursos e potencialidades e à elaboração de cenários e linhas orientadoras para o seu desenvolvimento, tendo em conta o diagnóstico efectuado.

Uma rápida síntese da caracterização e diagnóstico leva a destacar os recursos e potencialidades e também os aspectos de maior carência do Concelho:

- *Recursos naturais, ambientais e de património*
 - Rio Tejo - Importantes potencialidades para o turismo náutico;
 - Parque Ambiental de Santa Margarida (PASM) - Na freguesia de Santa Margarida, este projecto resultou de um processo de reflorestação, envolvendo meio milhar de árvores de 25 espécies e conciliando lazer e educação ambiental. Dispõe de Parque de Merendas, Campo de Jogos, Parque Infantil, Anfiteatro ao Ar Livre, Torre de Observação, Jardim de Plantas Aromáticas e Medicinais, Lagos e Riacho, Relvados, Prados de Sequeiro, Sobreiral, Ecoteca, Espaço internet, Centro de Documentação ambiental, exposições, laboratório, auditório, loja da Terra. Conta actualmente com cerca de 20. 000 visitantes/ano:
 - Centro de Ciência Viva, integrado de forma qualificada no território (Alto de Santa Bárbara) é constituído por um corpo principal incluindo auditório, observatório, planetário e outros módulos exteriores - representação do Sistema Solar, um Globo Terrestre com cerca de 2 metros de diâmetro, um Carrossel representando o Sol, a Terra e a Lua, uma Esfera Celeste com aros de 7,5 metros de diâmetro e um Relógio de Sol Analemático. Inclui recentemente um primeiro observatório solar da península Ibérica, dirigido ao ensino e divulgação.
 - Património edificado – Estão registados pelo IPPAR os seguintes elementos do património edificado do Concelho, todos na freguesia de Constância:

Designação	Situação Actual	Categoria de Protecção	Freguesia	Tipologia
Ponte de Santo Antoninho	Em Vias de Classificação	Em Vias de Classificação (com Despacho de Abertura)	Constância	Arquitectura Civil / Ponte
Pelourinho de Constância	Classificado	IIP Imóvel de Interesse Público	Constância	Arquitectura Civil / Pelourinho
Casa de Camões ou Casa dos Arcos	Classificado	IIP Imóvel de Interesse Público	Constância	Arquitectura Civil / Casa
Igreja da Misericórdia de Constância	Classificado	IIP Imóvel de Interesse Público	Constância	Arquitectura Religiosa / Igreja
Igreja Matriz de Constância / Igreja de Nossa Senhora dos Mártires / Igreja de São Julião	Classificado	IIP Imóvel de Interesse Público	Constância	Arquitectura Religiosa / Igreja

Fonte: IPPAR

- **Recursos humanos e sociais**

→ *Recursos humanos* – Com cerca de 3793 residentes em 2006 ¹ Constância atravessa um período recessivo que resulta do declínio do crescimento natural, com conseqüente envelhecimento da população, uma das maiores fragilidades do Concelho;

→ *Rede Social* – Implementada em 2002 com a aprovação do Regulamento Interno e constituição do núcleo executivo do CLAS (Conselho Local de Acção Social) de Constância e com a aprovação do Diagnóstico Social em Junho de 2004. Este diagnóstico revelou fragilidades de estruturas de apoio à 1ª infância (creches) e a pessoas dependentes (estruturas de Lar/Internamento).

- **Recursos produtivos e estrutura económica**

→ *Estrutura económica* – O emprego gerado em 2004 nas empresas constantes da base de dados da DGEEP/MTSS apontava para um total de 1110 postos de trabalho, dos quais 731 (dois terços do emprego no Concelho) na Indústria Transformadora;

→ *Recursos produtivos* – Importante potencial para aproveitamento de energias renováveis, em termos de biomassa florestal e energia solar.

A visão de síntese, proporcionada pela análise das fragilidades e forças, presentes na situação actual ou emergentes na dinâmica de evolução concelhia, tal como atrás se apresentou, abarca os recursos humanos e económico - sociais e os recursos físicos patrimoniais e

¹ - Segundo o INE - Anuário Estatístico da Região Centro para o ano de 2006.

ambientais e, também, as redes de interligação e acessibilidade, aspectos sobre os quais se procurou recolher a visão dos próprios actores locais.

2.3. EXPECTATIVAS DOS ACTORES LOCAIS

No âmbito do Diagnóstico Estratégico foram realizadas entrevistas e inquéritos aos eleitos locais (do Município e das Juntas de freguesia) e a actores locais e regionais (Associações, e colectividades concelhias e sub-regionais). Esse trabalho permitiu formular juízos críticos e sugestões que não podem ser ignoradas no processo de reflexão tendente à formulação de estratégias, objectivos e metas para o desenvolvimento futuro do concelho de Constância. Foi esse exercício que possibilitou o estabelecimento de um cenário compósito, a ser objectivado, em programas e projectos integráveis em eixos estratégicos, contemplando:

I - A concretização, através de iniciativa pública, das infra-estruturas e equipamentos económicos e sociais prioritários para o Concelho, designadamente nas seguintes áreas:

- Acessibilidades rodoviárias (nova travessia sobre o Tejo, de ligação EN118 à A23);
- Valorização do Tejo e das suas margens (desassoreamento do Tejo e Zêzere; açude galgável no Zêzere; requalificação das margens Tejo);
- Ambiente (Parque ambiental de Sta Margarida – 2ª Fase);
- Educação, Cultura e Património (Centros escolares; Centro de Ciência Viva -3ª Fase; Casa Memória e Jardim Horto Camoneano; conservação do património arqueológico do Concelho);
- Desenvolvimento urbano (revitalização do Centro Histórico de Constância);
- Infra-estruturas de acolhimento empresarial (ampliação da zona industrial de Montalvo).

II - A aposta firme no desenvolvimento do turismo, como forma de aproveitamento das excelentes condições concelhias para esta actividade e como forma de valorização do actualmente débil sector terciário, contemplando, em particular:

- Infra-estruturas turísticas (que o desenvolvimento das vias de comunicação veio facilitar) ligadas, em particular, à água;

- Meios de animação e outros factores de atracção e retenção de turistas;
- Preservação do património histórico-cultural;
- Valorização do ensino e da formação profissional nesta actividade.

Julga-se que, em acréscimo ao atrás indicado, restará ainda uma linha de mobilização da sociedade civil e das forças políticas, a um nível que transcende o âmbito concelhio, para negociar a utilização em benefício das populações e da economia de toda a Sub-Região de instalações militares sub-utilizadas no Concelho e áreas envolventes.

Os referenciais programáticos indicados, que dão corpo ao cenário compósito, reflectem preocupações de competitividade territorial desta parcela do território do Médio Tejo no contexto de outras áreas sub-regionais e conferem relevância a pré-condições para o reforço da competitividade territorial, isto é:

Para a resolução das carências infraestruturais identificadas;

Para uma visão integrada de áreas e actividades prioritárias, a promover.

Da audição dos actores locais destacam-se os principais pontos onde se registou maior convergência de opiniões quanto a aspectos a ter em conta nas linhas estratégicas orientadoras do desenvolvimento futuro, e que fundamentam os “projectos mobilizadores” adiante descritos:

- *Valorizar o principal recurso concelhio - a relação com os rios (Tejo e Zêzere) – como motor do desenvolvimento concelhio* – O território de Constância diferencia-se claramente pela forte relação com os rios que atravessam o Concelho e marcam a sua herança cultural. Os eleitos e os actores locais realçam a necessidade de reforçar tal relação através de diversos projectos:
 - Revitalização das margens ribeirinhas do Tejo e do Zêzere;
 - Construção de um açude no Zêzere integrado no POMTEZE;
 - Revitalização/modernização do Museu dos Rios²;
 - Desenvolvimento do POMTEZE II – Requalificação das Margens, desassoreamento, Parque Infantil, Paisagismo, etc..

² Cf. Acção 3.3.9.

- *Adoptar uma estratégia integrada de desenvolvimento do Turismo no Concelho* – Constância dispõe actualmente de diversos motivos de atracção que trouxeram ao Concelho mais de 60.000 visitantes no último ano (nomeadamente ao Centro de Ciência Viva, ao Parque Ambiental e à própria vila). Os benefícios de tal fluxo de visitantes foram escassos, porque o Concelho não oferece estruturas de alojamento adequadas, nem se regista adequado grau de integração das iniciativas das diferentes entidades que oferecem produtos e serviços com interesse para o turismo, sendo necessário:
 - **Criar capacidade de alojamento hoteleiro em Constância**, encorajando o investimento privado para a criação de pelo menos uma unidade hoteleira de qualidade no núcleo urbano de Constância³;
 - **Lançar, sob coordenação municipal, um Programa integrado de promoção turística**, cobrindo as valências ligadas ao ambiente, património, cultura e ciência, gastronomia, artesanato, eventos históricos e festividades⁴;
 - **Reformular o conceito da oferta patrimonial presente no Concelho**, integrando-a (ao mesmo tempo que se garante a sua singularidade) através do estabelecimento de uma estrutura multipolar⁵.
- *Reduzir assimetrias de desenvolvimento económico e social do Concelho, melhorando a mobilidade*⁶ – Regista-se actualmente um significativo desequilíbrio

³ Os passos a dar no sentido da concretização deste desígnio estratégico deveriam assentar:

- Na identificação das instalações adequadas (em localização, qualidade e dimensão) para receber um equipamento desta natureza, viabilizando assim o investimento e dando resposta às legítimas expectativas da autarquia e investidor;
- Na valorização dos aspectos que possam justificar uma unidade turística desta natureza (situada no miolo do núcleo histórico e num território com características muito singulares) podendo culminar num estudo de viabilidade económico/financeiro demonstrativo da oportunidade do investimento a efectuar;
- Atracção e captação activa de investidores quer na região quer a outros grupos investidores no sector hoteleiro e turístico.

⁴ A oferta em Constância passível de ser apropriada pelo sector turístico começa a ter uma dimensão apreciável mas, com essa dimensão, deviam estabelecer-se sinergias que só nalguns casos se verificam.

Um programa integrado visa a produção de um ou mais instrumentos de apoio à gestão capaz de apostar de forma dinâmica todos os domínios essenciais para o sucesso da actividade turística e dos seus efeitos multiplicadores sobre outras áreas económicas:

- Recursos
- Públicos-Alvo
- Promoção
- Gestão

Estes elementos constam já das acções apresentadas destacando-se, muito em particular, as acções 2.3.1., 2.3.3. e 2.3.4.

⁵ Sendo a oferta patrimonial significativa, existe a possibilidade de ocorrer uma dispersão de interesses no visitante com o risco de este tomar cada elemento patrimonial como único e isolado e não de uma forma integrada.

A estrutura múltipla preconizada busca incorporar os novos conceitos de valorização patrimonial onde estes elementos não podem ser entendidos isoladamente mas sempre em articulação com os restantes elementos e com o contexto socioterritorial com os quais ganha relevantes sinergias.

⁶ Medidas e acções de ampliação deste objectivo encontram-se discriminadas nas acções e programas, designadamente, no Eixo Constância Solidária.

entre o território concelhio da margem Norte do Tejo, onde se localizam os principais pólos de actividade, e o território a Sul do Tejo, penalizado por má acessibilidade e mobilidade local, pelo despovoamento do meio rural e pela quebra da actividade do Campo Militar de Santa Margarida. Para atalhar o agravamento desta situação os actores locais preconizam:

- **Prosseguir os investimentos de qualificação e diversificação do Parque Ambiental de Santa Margarida**, tornando-o um pólo gerador de actividades e de atracção de visitantes (que já ultrapassaram 20.000 no último ano);
- **Construir uma nova ponte de ligação rodoviária Norte-Sul no Concelho e reabilitar a ponte rodo-ferroviária existente** (propriedade da REFER, mas cuja manutenção corrente cabe aos Municípios de Constância e Vila Nova da Barquinha) de modo a melhorar a acessibilidade à parte Sul do Concelho;
- **Estruturar uma rede de transportes públicos**, envolvendo a concessionária do transporte público rodoviário, ainda que com frequência de horário diminuta, que sirva a freguesia e o Concelho e facilite a mobilidade da respectiva população;
- **Fomentar o movimento associativo** nas dimensões sociais e lúdico-desportivas.

2.4. CENÁRIO COMPÓSITO E OPÇÕES ESTRATÉGICAS

Das análises e conclusões resultantes da caracterização e diagnóstico partiu-se para a definição de opções estratégicas e cenários prospectivos (Constância expectante, Constância à margem, Constância protagonista) correspondentes a tais opções.

Recomendou-se, finalmente, a escolha de um cenário compósito integrador dos objectivos de desenvolvimento do Concelho, por aproveitamento das virtualidades de cada um dos cenários avaliados, avançando-se, desde logo, algumas orientações programáticas para resolução das carências infraestruturais identificadas e para valorização dos recursos concelhios em áreas e actividades prioritárias, a concretizar na presente fase de Proposta de Plano Estratégico, contemplando, nomeadamente, os programas e projectos de maior prioridade estratégica e maior consonância com as expectativas dos actores locais, ou seja,

a realização/conclusão das infra-estruturas e equipamentos económicos e sociais prioritários para o Concelho, **o desenvolvimento do turismo**, aproveitando as excelentes condições concelhias para esta actividade e os efeitos indutores que daí se esperam sobre outras actividades locais de comércio e serviços, **a promoção da utilização racional da energia e a valorização dos recursos energéticos renováveis locais**, como forma de concretizar no Concelho o princípio da sustentabilidade ambiental.

As análises efectuadas, tornam, também, evidentes certas tendências favoráveis ao trajecto e desempenho futuro de Constância no contexto do enriquecimento dos seus recursos humanos, de que é exemplo a fixação de novas populações migrantes (seja por via do crescimento das segundas residências, seja por via da fixação de trabalhadores), induzindo uma crescente terciarização do tecido económico e aumento da oferta formativa.

Na mesma linha, foi possível, confirmar o aumento recente dos investimentos, em curso e projectados, em equipamentos públicos com reflexos no sector do turismo, ao encontro da concretização de uma das mais claras aptidões locais e sub-regionais.

Houve, assim, que desenhar actuações estratégicas atentas às tendências emergentes, destinadas a contrariar a desvitalização demográfica e a debilitação económica do território, compensando-a com o influxo de populações migrantes (permanentes e flutuantes) e com projectos que apontem para actividades que revitalizem alguns dos núcleos e recursos mais importantes de Constância.

Para sustentar tal estratégia destacam-se as vantagens de localização oferecidas pela inserção no sistema urbano de Abrantes, Tomar, Torres Novas, Entroncamento, assim como, a diversidade de recursos naturais, patrimoniais e culturais, dessa mesma zona, susceptíveis de contribuir para um desenvolvimento sustentado, **num modelo que confira ao turismo um papel charneira na valorização integrada de recursos regionais ao mesmo tempo que não deixe de cativar a indústria numa lógica de garante da tradição produtiva do Concelho e das suas vantagens locais.**

Esta orientação não recorre apenas à lógica do reforço da coesão sócio-territorial concelhia antes adopta uma perspectiva de articulação intermunicipal, de modo coerente com o que é sublinhado em diversos instrumentos de expressão territorial – QREN, PNPOT, PROT Oeste e Vale do Tejo e Plano de Acção Estratégico Médio Tejo. Ou seja, reconhecendo a necessidade de uma progressiva integração do território concelhio, a partir da construção da ponte sobre o Tejo e da atracção de investimentos turísticos (pela criação de estruturas de alojamento de qualidade que possam aproveitar os recursos naturais e construídos), assumiram-se como **opções estratégicas, para o desenvolvimento socioeconómico concelhio:**

- **Promoção dos recursos naturais, da diversidade territorial e do potencial locativo, atenta à preservação da qualidade do espaço** tendo presente as apostas identificadas. Esta opção estratégica de valorização da localização, recursos e diversidade territorial, subjaz à linha estratégica de desenvolvimento, adiante assumida, de criação de condições para afirmar as vantagens competitivas de Constância.
- **Qualificação dos recursos humanos para o emprego e incentivo ao empreendedorismo** (para eliminar ou atenuar as fragilidades identificadas a nível da situação social e fortalecer a criação de empresas de base local). Esta opção estratégica de qualificação de recursos humanos e incentivo ao empreendedorismo, subjaz à linha estratégica de desenvolvimento, adiante assumida, de aprofundar a coesão sócio-territorial em Constância.
- **Densificação e inovação nas respostas sociais e na valorização do quadro de vida concelhio**, de modo a proporcionar um desenvolvimento coerente nas vertentes económicas, sociais e culturais, garantindo que, por esta via, se regista uma maior capacidade de reforço dos indicadores do bem-estar social. Esta opção estratégica procura harmonizar o desejado desenvolvimento económico com uma efectiva melhoria da oferta social, cultural, recreativa, entre outras.
- **Integração em lógicas supra-concelhias**, aproveitando as dinâmicas emergentes que se afirmam em diversos domínios para o futuro de Constância – empresarial, associativismo municipal, entre outros – permitindo-lhe contornar as limitações da sua dimensão demográfica, ao mesmo tempo que lhe garante assento e voz nas decisões efectivas para a sub-região. Esta opção estratégica visa reforçar o quadro de transformação interna com uma maior intervenção a nível sub-regional.

A partir da análise e diagnóstico que precederam os cenários, puseram-se, também, em destaque os elementos chave para fixar o futuro cenário a eleger e os objectivos de desenvolvimento e, posteriormente, para derivar Programas de Intervenção a propor, orientados para certos objectivos, a saber:

De forma breve, os Programas que operacionalizarão os eixos de desenvolvimento procuram dar resposta:

- ✓ Quanto ao meio físico (a resolver com um Programa de Infra-estruturas de Acessibilidade e territoriais)⁷:
 - à deficiente acessibilidade rodoviária;

⁷ Cf., por exemplo, Programas 1.4., 3.2. e 5.1 .

- à necessidade de completar e qualificar redes existentes.
- ✓ Quanto ao meio humano (a resolver com um Programa de equipamentos sociais e de formação)⁸:
- ao risco de desequilíbrios espaciais deste território em que a população tende a concentrar-se cada vez mais em alguns núcleos e a abandonar a anterior presença no meio rural;
 - ao baixo nível de formação e qualificação dos activos residentes e ocupados em actividades económico-sociais.
- ✓ Quanto ao meio económico (a resolver com um programa de investimentos sectoriais)⁹:
- a dificuldades de endogeneização local do crescimento por falta de potencial demográfico e de mercado local;
 - ao risco de dependência de um número reduzido de empresas dominantes, que asseguram elevada percentagem do emprego local.

⁸ Cf., por exemplo, Programas 1.1, 1.2. e 1.3.

⁹ CF, por exemplo, Programas 2.1, 2.2. e 2.3.

3. OBJECTIVO GERAL DO PLANO E VECTORES ESTRATÉGICOS

3.1. OBJECTIVO GERAL DE DESENVOLVIMENTO PARA CONSTÂNCIA

A leitura da avaliação de cenários decorrentes do trabalho de diagnóstico efectuado permite traçar um objectivo geral para a Estratégia de Desenvolvimento de Constância que será o de afirmar o Concelho como:

UM CONCELHO DE OFERTA DIVERSIFICADA E QUALIFICADA, PARA VISITANTES E RESIDENTES, ATRACTIVA PARA O INVESTIMENTO PRODUTIVO, EM ARTICULAÇÃO COM O SISTEMA URBANO DO MÉDIO TEJO.

Este objectivo geral deverá, por via dos instrumentos adequados, ser progressivamente operacionalizado a partir de eixos de desenvolvimento que incorporem:

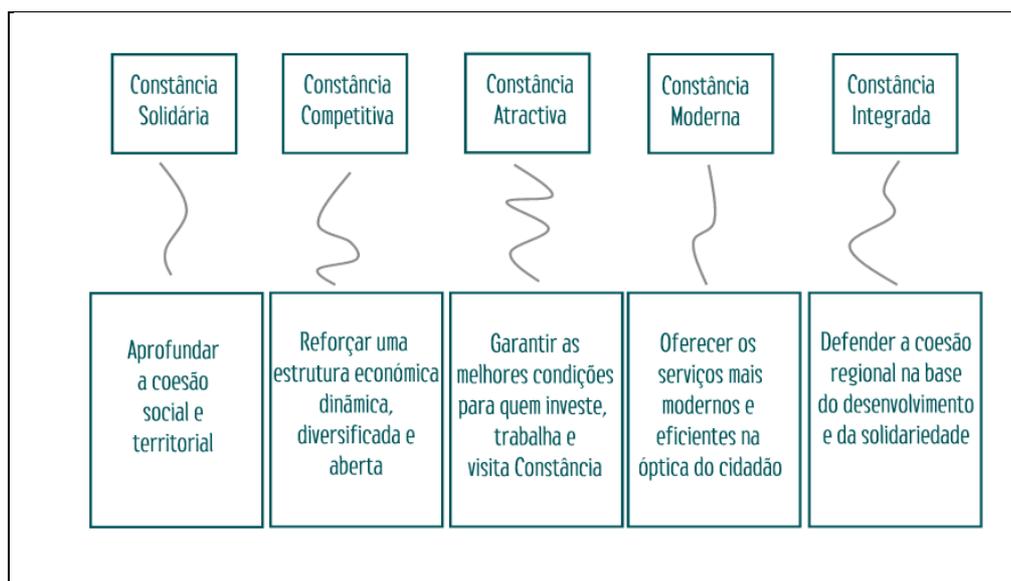
- **Valorização integrada de recursos naturais, factores de localização e características (diversidade) do território**, orientada para novos produtos e serviços, **fazendo da inovação e da integração** um factor chave de sucesso;
- **Valorização dos recursos humanos, orientada para as qualificações requeridas pelo processo de desenvolvimento económico e empresarial na área concelhia**, privilegiando actividades de maior incorporação de valor acrescentado (e exigindo maior *know-how*);
- **Promoção da coesão social e territorial** face aos desafios demográficos e às particularidades espaciais do Concelho;
- **Fortalecimento da estrutura empresarial**, orientado por propósitos de acolhimento de iniciativas de emprego qualificado e de dinamização de outros sectores de actividade para além da indústria, não desvalorizando no entanto a tradição industrial de Constância;
- **Desenvolvimento do turismo**, orientado para nichos de mercado que aproveitem as excelentes condições locais para esta actividade, abrangendo, em particular:
 - > **Rede qualificada de suporte turístico** (aumento da capacidade de alojamento e melhoria da oferta no sector da restauração (recursos humanos e instalações), beneficiando da melhoria das acessibilidades e da mobilidade;
 - > **Equipamento de animação turística e de recreio e lazer**, a oferecer a uma população mais vasta que a do Concelho ou da sub-região;

- > **Recuperação e revitalização de espaços e edificações que integram o património histórico-cultural**, integrando no seu uso acções de animação cultural e dinamização do mundo rural;
- > **Definindo um produto turístico combinado e atractivo**, viabilizando o património construído e valorizando o património natural¹⁰.

3.2. EIXOS ESTRATÉGICOS DE DESENVOLVIMENTO PARA CONSTÂNCIA

A definição dos Eixos de Desenvolvimento é um exercício especialmente importante já que ao mesmo tempo que busca uma capacidade de operacionalização do objectivo geral deve ter presente a necessidade de mobilização da comunidade local para o processo de mudança sem o qual o desenvolvimento do Concelho pode ficar em causa.

Os Eixos que procuram dar resposta a todo o trabalho de diagnóstico e questionamento feito anteriormente ficaram assim formulados:



São eixos que combinam uma exigência de focalização nas respostas para a concretização do objectivo central e que, por seu turno, sintetizam e dão corpo ao aproveitamento dos recursos disponíveis e potenciais bem como às necessidades de correcção e ampliação dos aspectos sociais, económicos e territoriais identificados nas fases preliminares do Plano Estratégico.

Apresentam um forte potencial de sinergias mas também registam um valor individual assinalável que não pode ser descurado e que resulta da relevância de cada eixo para cumprir

¹⁰ Conforme apontam as acções constantes do Programa 2.3.

as lógicas espaciais de ordenamento (de aglomeração, de acessibilidade, relacional, entre outras) e convocar os factores intangíveis contributivos para o desenvolvimento económico (infra-estruturas, equipamentos, qualificações, ambiente dinâmico e criativo) e social (emprego, segurança, bem estar, serviços prestados às pessoas).

A ideia é fazer evoluir Constância como território criativo, valorizador do **talento** por via da inovação e da singularidade; valorizador da **tecnologia e conhecimento** por via da aposta em actividades qualificadas quer pelos processos de trabalho quer pelos recursos que exigem; valorizador da **tolerância** pela capacidade de acolher a diversidade nas necessidades que são quotidianamente geradas pelos mais diferentes segmentos socioeconómicos presentes em Constância, quer segmentos da população (idosos, crianças, mulheres, cidadãos de mobilidade reduzida, famílias, entre outros) quer sectores de actividade (indústria, turismo, silvicultura, etc.).

Os cinco eixos propostos como armadura para a intervenção surgem na sequência da identificação dos elementos-chave, a que urge dar resposta a partir de acções e projectos concretos – espaciais e não espaciais – tornando Constância um concelho competitivo, sustentável e coeso, mediante a conjugação de factores materiais e imateriais, relativos ao:

- **Meio Físico** - De modo a ultrapassar, por um lado, as limitações de articulação impostas pelo território concelhio mas potenciando os recursos locativos e naturais;
- **Meio Social** - De modo a enfrentar as crescentes exigências colocadas pelos desafios demográficos, pela reconfiguração da distribuição populacional, pela necessidade de qualificação e formação dos activos presentes e ainda pelo imperativo de aprofundar as respostas no âmbito social, cultural e científico;
- **Meio Económico** - De modo a encontrar fórmulas de reforço do empreendedorismo e captação de investimentos exógenos orientado para mercados supra-locais, apostando na diversificação da estrutura produtiva, aproveitando o leque abrangente de recursos institucionais, locativos, logísticos e naturais.

Estas frentes de estruturação da acção encontram forte aderência ao Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) se forem tomadas em consideração as suas prioridades estratégicas:

Balço Prioridades QREN / Eixos de Desenvolvimento

Eixos de Desenvolvimento Prioridades QREN	Constância Solidária	Constância Competitiva	Constância Atractiva	Constância Moderna	Constância Integrada
Qualificação dos portugueses	↑	↑↑	↑	↑↑	→
Crescimento sustentado	→	↑↑	↑↑	↑↑	↑
Coesão social	↑↑	↑	↑	↑	↑
Qualificação do território e das cidades	→	↑↑	↑↑	↑↑	↑↑
Eficiência da governação	→	↑↑	↑	↑↑	↑↑

- ↑↑ Relação intensa
- ↑ Relação significativa
- Relação neutra ou pouco expressiva

Esta primeira validação da pertinência dos Eixos de Desenvolvimento a partir das prioridades do QREN dá uma ideia da coerência entre as opções de base concelhia e a filosofia a adoptar pelos Programas.

A proximidade com as prioridades do QREN, muito significativa na generalidade dos casos, deixa perceber que os eixos de desenvolvimento definidos para o Concelho, construídos a partir de um diagnóstico aprofundado da realidade local, não são autistas face ao que é o espírito do apoio comunitário. Daqui resultarão, espera-se, ganhos efectivos nos processos de candidatura individuais ou em rede, aos programas comunitários.

3.3 OBJECTIVOS ESPECÍFICOS

O grande objectivo estratégico para o concelho é afirmar Constância, num horizonte de 10 anos, como um Concelho atractivo, solidário, competitivo, moderno e integrado.

Deste objectivo principal decorrem os objectivos específicos que se prendem com o futuro social e económico do Concelho, sendo de distinguir que os objectivos específicos de natureza social se inscrevem nas vertentes da atractividade e solidadriedade e os objectivos específicos de natureza económica nas vertentes da competitividade e inovação.

Os pontos de aplicação para o alcance do objectivo principal e objectivos específicos traduzem-se em Programas e Acções nos domínios económicos e sociais, mas também nos domínios do ambiente e do património onde residem os principais recursos e potencialidades do Concelho.

A quantificação de objectivos em termos de metas a alcançar, através dos Programas e Acções, que adiante se enunciam, é expressa como segue para o horizonte de 2015:

Metas económicas	<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar o PIB e o Poder de Compra Concelhio até atingir a média do País (o Índice de Poder de Compra de Constância <i>per capita</i> era, em 2005, 82,86% da média do País sendo a média do Médio Tejo 83,43%). • Concretizar os projectos de aproveitamento da biomassa florestal e de produção de energias renováveis (em quantidade suficiente para cobrir as necessidades da rede de iluminação pública, e edifícios e equipamentos públicos)
Metas sociais	<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar para o dobro as taxas de cobertura em serviços de apoio à infância e terceira idade (Creches, Lares e Centros de Dia). • Reduzir a taxa de analfabetismo para um nível idêntico à média nacional (cerca de 8%) • Promover a inclusão social a partir de estratégias diversificadas (cf. Cap. 4 – Operacionalização do Plano)
Metas ambientais	<ul style="list-style-type: none"> • Eliminar os focos de poluição no Concelho por resíduos resultantes da construção civil e obras públicas. • Desassorear o Zêzere e Tejo com requalificação das suas margens.
Metas culturais	<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar o nº de visitantes das instituições patrimoniais e culturais do Concelho (de 60.000/ano para 100.000/ano). • Concretizar os projectos de revitalização e animação concelhia (Criação de uma Unidade Hoteleira no Núcleo Histórico, Criação de uma Unidade Hoteleira exterior ao Núcleo Histórico criação de um Parque Aventura, aumento de funcionalidades do Parque Ambiental e do Centro de Ciência Viva, reactivação do Centro Náutico)

3.4 VECTORES ESTRATÉGICOS DE DESENVOLVIMENTO

Retomando o diagnóstico da fase anterior, e a sequente análise estratégica com identificação de potencialidades e fragilidades, ressaltam como vectores estratégicos para o desenvolvimento do Concelho, cumprindo o grande objectivo de afirmar Constância pela atractividade, solidariedade, competitividade e inovação, os seguintes:

- **Valorização da localização, dos recursos naturais e culturais e da diversidade territorial, com preservação da qualidade do espaço** - tendo presente as potencialidades identificadas, e a possibilidade de implementar oportunidades detectadas para ampliar a atractividade do Concelho;

- **Reforço da armadura social e da valorização e emprego dos recursos humanos** – importando reforçar a solidariedade e eliminar ou atenuar as ameaças identificadas a nível da situação social e fortalecer as condições para a competitividade e inovação;
- **Reforço da coesão do território concelhio e da integração com territórios envolventes** – Tendo presente a redução e progressiva eliminação dos factores que tem provocado um crescimento e desenvolvimento assimétrico do Concelho (como as dificuldades de articulação entre as duas margens do Tejo e as lacunas na rede de equipamentos, entre outros)

a) Valorização da localização e dos recursos, naturais e culturais, e diversidade territorial

As intervenções decorrentes deste vector estratégico incidirão sobre os seguintes potencialidades e pontos fortes identificados, geradores de oportunidades:

- **Posição geográfica**, caracterizada pela posição central no Sistema urbano polinucleado do Médio Tejo, em crescimento económico e com acessibilidades melhoradas, o que abre boas **oportunidades para o desenvolvimento de projectos em actividades da indústria e serviços, incluindo serviços imateriais (animação e cultura)**;
- **Características favoráveis de espaço natural**, com trechos de grande beleza paisagística, qualidade ambiental, riqueza patrimonial, abrindo boas oportunidades ao **desenvolvimento do sector do turismo no Concelho**;
- **Existência de uma infra-estrutura de acolhimento de empresas funcional (Zona Industrial)**, com serviços de apoio na área da restauração e cafetaria, com boa acessibilidade e com dinâmica comprovada, abrindo oportunidades não só à atracção de novos investidores industriais, mas também a **actividades de maior valor acrescentado em cadeias produtivas ligadas à indústria da região** (papel, materiais de construção, agro-alimentar, etc) e em cadeias ligadas à subcontratação e assistência técnica;
- **Dinâmicas empresariais do Concelho**, visíveis na ocupação das áreas logísticas e empresariais, no fôlego revelado pelas médias empresas e ainda na instalação de empresas de animação turística e lazer, favoráveis à

valorização dos seus recursos naturais, nomeadamente os **da floresta e os da variedade e qualidade da paisagem.**

b) Reforço da armadura social e valorização dos recursos humanos

Constitui vector estratégico de desenvolvimento conferir à economia do Concelho maior competitividade **através da valorização do seu capital humano**, tendo presente, do ponto de vista sócio-económico, diversas debilidades e ameaças, em que se destaca, em primeira linha, a existência de importantes contingentes de população sem formação e qualificação.

Num pequeno concelho como Constância, atingido pelo impacte de aceleradas transformações sociais que afectaram as suas actividades tradicionais da agricultura, pequena indústria e artesanato, constitui também vector estratégico de desenvolvimento, resolver os problemas que tais transformações determinaram, entre eles o envelhecimento populacional, a alteração do quadro de vida rural, o novo papel da mulher no mundo do trabalho com menor disponibilidade para o lar e os filhos.

Entende-se, por isso, importante e urgente dotar o Concelho de condições favoráveis ao bem estar da população em geral, e da infância e terceira idade em particular, proporcionando condições de apoio social à população dependente, contribuindo indirectamente para fixar a população independente (activa). O actual estado de insuficiência de instituições de apoio social¹¹ pode acentuar desigualdades intra-regionais, através da repulsão de recursos humanos qualificados existentes a nível local.

Nas actuais circunstâncias é também muito importante encontrar formas alternativas de actividade para populações atingidas pelas transformações económicas e culturais ocorridas no mundo rural

Surgem, por isso, neste domínio da **valorização dos recursos humanos e, em sentido amplo, do reforço da armadura de apoio social local**, como pontos de aplicação deste vector estratégico, os seguintes:

- **Preparar e lançar programas de infraestruturação e de equipamento social a nível local, nalgumas manchas do Concelho**, para facilitar o acesso ao emprego, e, até, a atracção/despertar de pequenos investidores em pequenas actividades de interesse para as suas comunidades (cf. sobretudo Programas 1.1., 1.3 e 1.4) ;

¹¹ Relembre-se a situação do Posto médico de Montalvo ou a necessidade de criação (já previstos) de equipamentos dirigidos aos idosos.

- **Implementar programas de formação e de mobilidade inter-profissional**, dada a fraca qualificação de uma parte da população activa, nomeadamente em termos de formação técnico profissional (Cf. sobretudo Programa 1.2.);
- **Criar, localmente, apoios à manutenção de actividades tradicionais ligadas ao pequeno comércio e pequena indústria, artesanato, apoio social comunitário**, como meio de promover a inserção de pessoas e dos seus espaços de vivência, na dinâmica de desenvolvimento do Concelho (Cf. sobretudo Programas 1.2 e 2.2.) ;
- **Reforçar, num plano mais geral, o marketing do território** através do aproveitamento de iniciativas sub-regionais, regionais ou nacionais, para **captação de promotores e patrocinadores** (por ex: para implementação dos projectos em áreas como o turismo, a cultura, a valorização do património) (Cf. sobretudo Programa 2.3., 3.4. e 4.2.);
- **Promover o concelho de Constância em novos segmentos do mercado turístico** (por ex: turismo ambiental, ecoturismo, turismo cultural) beneficiando de nichos geográficos de qualidade paisagística, ambiental e cultural, para os quais se reconhece actualmente grande potencial de procura a nível nacional e, sobretudo internacional (Cf. sobretudo Programa 2.3.).

Estes vectores estratégicos de desenvolvimento ligados à valorização dos recursos humanos e ao reforço da armadura social do Concelho tocam, igualmente, os objectivos de dinamização da economia concelhia **num quadro de competição regional**.

De facto, a competitividade de um território, como o do concelho de Constância, tem de afirmar-se num contexto global, isto é, num quadro de crescente de qualificação e mobilidade de recursos e de crescente abertura de mercados, correspondente ao aprofundamento da integração das próprias economias regionais.

Será, certamente, importante, **afirmar as singularidades de paisagem, património e cultura concelhia como alavanca para a competitividade** deste território em relação a outros, no domínio do turismo, em especial no turismo em espaço rural, mas não devem ser esquecidas outras acções a apoiar, como a **afirmação de alguns produtos específicos do Concelho, como produtos únicos**, autenticados com marca e denominação de origem.

A competitividade territorial é, assim, a resultante de uma lógica de especialização que pondera a importância da valorização de recursos endógenos, tendo como ponderadores os factores favoráveis e as fragilidades do contexto interno (local) e externo (outros territórios). Colocando a valorização dos recursos endógenos como cerne da competitividade territorial do Concelho, e como uma das mais importantes opções estratégicas do desenvolvimento futuro, torna-se necessário destacar os meios a mobilizar, de forma conjugada, para o sucesso de tal valorização, sendo de atender a dois critérios de acção:

- em primeiro lugar, no plano supra-municipal, é necessário influenciar as políticas públicas de investimento material (por ex: infra-estruturas em sentido lato) e imaterial (por ex: formação e qualificação da mão de obra) de modo a potenciar a valorização dos recursos endógenos locais;

- em segundo lugar, no plano da acção municipal, é necessário mobilizar meios financeiros e capacidade empresarial para viabilizar projectos de investimento referentes à valorização de recursos, tendo presente a dimensão dos mercados e a dificuldade de organização da produção e comercialização.

c) ***Reforço da coesão do território concelhio e da integração com territórios envolventes***

A parte do concelho de Constância na margem direita do Tejo tem-se evidenciado pela maior dinâmica da indústria e serviços (Parque Industrial, Centro de Ciência Viva, etc) relativamente à estagnação e declínio do mundo rural, deficiente acessibilidade, menor actividade da comunidade militar, que ocorre na margem esquerda a Sul do Tejo.

Esta situação é agravada com a actual limitação em matéria de atravessamento do Tejo em Constância, provocada pelo estado da ponte, que é, não apenas um factor de forte penalização para a área Sul do território concelhio mas é, igualmente, penalizante para todo o relacionamento com os territórios a Sul, nomeadamente da Lezíria do Tejo (margem esquerda) e Alentejo Central.

As intervenções decorrentes deste vector estratégico incidirão sobre os aspectos limitadores da acessibilidade e mobilidade intra e inter-concelhia e sobre os factores de estagnação socioeconómica do território a Sul do Tejo, contemplando:

Investimentos de melhoria de acessibilidades, fortalecendo, em primeira linha, a posição central do concelho de Constância e servindo, em segunda linha a acessibilidade e a mobilidade no interior do território concelhio, destacando-se a prioridade, sucessivamente invocada, para a concretização de uma nova ponte sobre o Tejo, e a concretização da variante da EN 118 – Constância-Sul/Gavião ;

Equacionar a rede de acessibilidades que servem Constância ao novo Aeroporto situado em Alcochete;

Ligação de Santa Margarida/Chamusca (Eco Parque) à EN118;

Estruturação de um serviço regular de transporte público interligando as freguesias do Concelho, com horários e funções adequadas ao transporte escolar e às deslocações pendulares casa-trabalho servindo os principais pólos de emprego a Norte e Sul do Concelho.

3.5 VISÃO DO FUTURO DO CONCELHO POR GRANDES DOMÍNIOS

A fixação de objectivos estratégicos e a definição de vectores de desenvolvimento para o Concelho fundamentam-se numa visão do futuro do Concelho por grandes domínios – económicos, sociais, culturais e ambientais - o que ajudará a formular os Programas e Medidas de actuação a propor.

a) Visão do futuro da economia do Concelho

Constância é um concelho cuja base económica predominante assenta na Indústria Transformadora. Este é o sector de maior importância em termos de Emprego e Valor acrescentado, estimando-se que contribua para cerca de 70% da riqueza gerada no Concelho.

A passagem da economia rural do concelho de Constância a economia de base industrial relaciona-se historicamente com a exploração dos recursos locais da floresta e a abundância e proximidade da água, dando origem à implantação neste trecho do Médio Tejo de diversas unidades da fileira de produção de pasta e de papel.

O seu desenvolvimento coincidiu com a época de esforço de criação de Indústrias de Base em Portugal, e com o êxodo rural que lhe esteve associado, levando a que esta indústria se afirmasse rapidamente como polarizadora do emprego no Concelho e lhe desse notoriedade como Concelho industrial.

Ao contrário do sucedido com outras Indústrias de Base, a Indústria da Pasta de Papel acompanhou a evolução tecnológica da indústria transformadora nas economias de mercado e abriu-se à modernização e internacionalização, consolidando-se como importante factor estruturante da economia deste território.

O crescimento e diversificação do conjunto de actividades da fileira do papel tem beneficiado o concelho de Constância, que soube oferecer tempestivamente infra-estruturas de acolhimento apropriadas, que se vieram a revelar indutoras de novas actividades industriais. De facto, no Parque Industrial de Montalvo localizam-se hoje diversas empresas industriais de outros sectores (plásticos, caixilharia, etc) assim como vão surgindo empresas do sector de serviços ligados à indústria com significativa componente de inovação.

Trata-se de uma evolução de sentido claramente positivo orientada por uma visão de futuro que atenua a grande dependência da indústria e do emprego em duas ou três empresas industriais, como sucedia recentemente.

A localização no Parque Industrial de novas empresas com relevante conteúdo de inovação e desenvolvimento tecnológico, confere alguma importância aos aspectos de maior integração com outras estruturas de acolhimento criadas na sub-região, no sentido da promoção da cooperação, criando condições de intensificação das relações funcionais e em rede, com benefício para o fortalecimento da economia local pelo reforço das capacidades da sub-região para atrair novas empresas e incrementar sinergias entre as existentes.

Entretanto, **na futura economia do Concelho o papel da indústria como elemento dinâmico da criação de emprego deve ser acompanhado pelo do turismo**, em correspondência com as aptidões reconhecidas ao território de Constância, que dispõe de qualidade de património cultural e natural, carecendo de:

(i) promover integradamente o conjunto dos seus recursos históricos, culturais e ambientais, abrangendo toda a fileira de produtos turísticos que singularizam a identidade do Concelho;

(ii) atingir um mínimo de capacidade de alojamento, restauração e animação para se afirmar como destino turístico com oferta completa e de qualidade, conferindo ao Turismo em Espaço Rural um papel de destaque na recuperação e valorização das actividades ligadas ao meio rural, à gastronomia, aos produtos tradicionais, ao apoio aos percursos turísticos;

(iii) estruturar o turismo náutico em que as praias fluviais tem papel importante, mas em que importa associar a vocação balnear aos desportos náuticos, para os quais existem já estruturas criadas no Concelho;

(iv) estruturar itinerários turísticos locais ligando os vários pontos de interesse já existentes (PASM, Centro de Ciência Viva, Horto, Margens do Tejo e do Zêzere), dotando-os de sinalética, equipamentos de apoio e serviços para este tipo de turismo e também melhorando acessibilidades, parques de estacionamento, sistema de transporte.

É também com os olhos postos nestas exigências para o futuro económico de Constância que foram definidos os eixos de desenvolvimento, programas e acções que compõem a operacionalização do Plano.

b) Visão do futuro do ambiente no Concelho

Em termos gerais, o ambiente inclui, na perspectiva deste Plano Estratégico, um vasto conjunto de áreas relevantes para a actuação municipal, com destaque para as áreas da urbanização, do saneamento, abastecimento de água, recolha e confinamento de resíduos, espaços verdes e conservação da natureza. Todos estes aspectos integram o “ambiente” do Concelho e permitem esquematizar a visão estratégica do ambiente no futuro, por grandes domínios, a saber:

→ **Ambiente natural** – constituído pelos ecossistemas existentes no Concelho, colocando questões várias relativas ao seu estado, à protecção da natureza, à biodiversidade, aos efeitos das alterações climáticas, da

poluição (das águas, da atmosfera, dos solos) e, também, aos riscos naturais (geológicos, climáticos, etc);

→ **Ambiente antrópico** – constituído pelo conjunto de intervenções e actuações do homem sobre o território, com influência na qualidade de vida da população do Concelho, colocando questões relativas ao espaço público e zonas verdes, património, acessibilidades, poluição sonora e visual, gestão de resíduos, entulhos e sucatas, áreas degradadas e áreas de risco de acidentes provocados por acção humana (Incêndios, inundações, etc).

O diagnóstico da situação concelhia sob cada um destes domínios do ambiente foi efectuado, quer no âmbito da revisão do PDM, quer no âmbito da fase precedente deste Plano, avançando-se agora uma visão prospectiva sobre a evolução a médio prazo que fundamenta medidas e propostas de intervenção enunciadas no capítulo subsequente.

Do ponto de vista do Ambiente natural importa, a nível das responsabilidades directas da Autarquia, dispor de instrumentos e de uma estrutura de acompanhamento regular da situação, que deverá assentar na existência de um Plano Verde (que descreva e monitorize as estruturas de paisagem e as estruturas de vegetação natural e respectivo estado de conservação) e, especificamente, dada as características do ambiente natural do Concelho, de um Plano de Intervenção na Floresta (com medidas de gestão florestal, incluindo o risco de incêndio), articulando acções e responsabilidades entre o Município e os proprietários e produtores florestais do Concelho, para maximizar a utilização de pessoal com conhecimentos técnicos de intervenção florestal.

Do ponto de vista do Ambiente antrópico importa, a nível das responsabilidades directas da Autarquia, dispor do levantamento e de uma estrutura de acompanhamento dos locais de riscos (industriais, militares, de inundação, de poluição atmosférica, ruído, etc.) atendendo a ameaças latentes face à presença próxima de factores de risco associados à existência de unidades industriais de dimensão, à existência de campos militares em actividade, ao transporte, deposição e tratamento de resíduos perigosos (a instalar a poucos kms do limite do Concelho), aos equipamentos e infra-estruturas públicas edificadas junto ao Tejo e Zêzere.

Estes aspectos tocam na organização dos serviços municipais, no sentido de evitar os inconvenientes da dispersão de responsabilidades pela gestão dos espaços verdes e dos riscos naturais e antrópicos pelos vários departamentos e Juntas de freguesia.

Porém, numa visão estratégica do futuro do ambiente no Concelho, importa prevenir os efeitos desequilibrantes de alguns dos processos de desenvolvimento em curso, em

relação a um território que exhibe já claras assimetrias, mesmo no domínio do ambiente, entre o Norte e o Sul.

A zona a Norte do Tejo constitui um território onde os sistemas urbanos e semi-urbanos se apresentam razoavelmente equilibrados, e onde se antecipa existir uma dinâmica de controlo dos riscos para o ambiente decorrentes da urbanização e da eventual expansão da indústria.

A zona a Sul constitui um território onde os sistemas naturais, semi-naturais e agro-florestais predominam, mas ameaçados pelo despovoamento e abandono e pelo agravamento de riscos antrópicos.

Uma solução que pode acautelar riscos de degradação ambiental consiste na criação de Parques polivalentes, vocacionados para a gestão do espaço rural, com áreas de acção e objectivos amplos, desde a preservação do espaço agrícola como valor paisagístico a conservar e divulgação dos valores ecológicos e culturais do território, ao desenvolvimento do turismo e desporto na natureza.

Concretamente, a experiência do Parque ambiental de Santa Margarida vai nesse sentido e faz sentido a sua expansão, compreendendo no seu espaço valências relacionadas com recreio e lazer (parque de diversões), horto (horta com produções agrícolas biológicas, viveiros e venda de plantas), mundo animal (zoo, centro equestre), animação/divulgação (centro de exposições, artesanato, ateliers de artistas), e, na perspectiva do ambiente articulado com o turismo, actividades de animação sócio-cultural, interpretação ambiental, criação de percursos pedonais e cicláveis.

c) Visão do futuro da cultura no Concelho

Na perspectiva do futuro desenvolvimento de Constância importa que a área cultural seja devidamente valorizada como elemento estratégico estruturante, assumindo este Concelho como um concelho onde a dimensão cultural tem que ser entendida como adjuvante da fixação da população, da qualificação humana, da coesão social, da valorização patrimonial, e, em termos latos, de orgulho e identidade.

Entende-se que não será possível “ afirmar Constância” sem uma estratégia forte na área cultural que dê resposta à



procura já existente e aos públicos potenciais consumidores de bens culturais cuja procura acompanha o desenvolvimento económico e social.

Não será possível, em particular, dinamizar o turismo como elemento motor da economia do Concelho sem que, a par das unidades hoteleiras e de restauração, parques ambientais e outros equipamentos, existam “*unidades*” activas de produção cultural.

Assim, a **fileira da cultura no Concelho pretende dar resposta a públicos-alvo centrados nos visitantes e nos residentes** e articular um conjunto de equipamentos existentes e qualificados e outros que devem vir a fazer parte da rede de suporte a esta actividade (por ex. Pavilhão multiusos).

Esta visão deverá ser enriquecida com uma componente menos polarizada pelos equipamentos mas mais orientada para a actividade e circulação, envolvendo percursos e roteiros que incluam património edificado (museus, quintas e lagares), ruínas arqueológicas de Alcolobre.

Este formato exige uma exportação destes recursos a partir de uma relação intensa com as estruturas de promoção do Médio Tejo ao mesmo tempo que se desenvolvem esforços a partir dos próprios actores locais.

É nesta âmbito que cabem como acções estratégicas as de reforço dos eventos festivos tradicionais (por ex., Procissão de Nossa Senhora da Boa Viagem), a programação da casa Camões – Pomonas Camonianas (afirmando a ideia de Constância Vila Poema e a memória de Alexandre O’Neil).

Uma visão do papel da cultura no futuro no concelho de Constância deverá assumi-la como elemento integrador e vivificador de quase todas as demais actividades, não apenas turísticas mas também produtivas e de serviços, com as acções e intervenções a programar incidindo sobre os seguintes pontos de aplicação:

- (i) Património edificado e não edificado;
- (ii) Equipamentos e espaços para espectáculos;
- (iii) Museus e Bibliotecas;
- (iv) Equipamentos científicos e ambientais.

A pequena dimensão demográfica do Concelho não comporta massa crítica para sustentar, em bases puramente económicas, actividades culturais orientadas apenas para a população concelhia e, por isso, **toda a visão estratégica do futuro da actividade cultural do concelho de Constância, deve inscrever-se na actividade de produção**

cultural da sub-região do Médio Tejo e visar um mercado francamente mais amplo, isto é, regional ou nacional.

Há equipamentos e produtos culturais no Concelho que podem ambicionar projecção nacional, mas de um modo geral observa-se a existência de potenciais por explorar integralmente, aproveitando a projecção ampla quanto a equipamentos, programação e frequência de artes do espectáculo (incluindo aí as programações do Centro de Ciência Viva, do Parque Ambiental e das Festividades concelhias) e a capacidade dos espaços museológicos e bibliotecas, que pelas suas iniciativas, poderão ver a sua frequência ainda ampliar-se.

Entende-se aqui o património em sentido amplo, isto é, abrangendo não apenas monumentos classificados (palácios, igrejas), mas também, quintas e solares com interesse cultural, construções e equipamentos associados às actividades tradicionais agrícolas e industriais (moinhos, lagares, adegas, aquedutos, noras, azenhas, fábricas, depósitos, armazéns), obras rodoviárias, ferroviárias e fluviais para usos civis ou militares, sítios e santuários de especial valor paisagístico.

Numa visão de desenvolvimento futuro que integre cultura, turismo e ambiente, a tónica não pode repousar apenas no património construído e classificado, isto é, no monumental (como são as igrejas e o pelourinho), mas estender-se ao património popular (como moinhos e lagares), e a algumas obras de engenharia civil e militar Plural que existem no Concelho, e que, com o passar dos anos, se transformaram em espaços de memória colectiva.

Num Concelho que dispõe de uma significativa área rural, com património popular valioso, é estratégico afirmar essa dimensão como activo de um nicho do turismo a fomentar, assim como procurar a valorização, no interesse do Concelho, de outros activos culturais.

Para estas componentes do património cultural, a colocar, através do turismo e das próprias actividades de produção cultural, ao serviço do desenvolvimento do Concelho, são invocáveis as recomendações da *Carta de Veneza* de 1964, no sentido da **afecção do património a uma função útil à sociedade.**

Dar vida a estas componentes do património cultural do Concelho passa por um vasto acervo de medidas, a promover, de que se destacam:

- A criação de Centros de Interpretação do património (cultural, ambiental ou rural), já que os lugares, a paisagem ou os objectos carecem de chaves de leitura para uma completa compreensão envolvendo, por exemplo, as

novas tecnologias da informação e comunicação, apresentação de esquemas compreensivos e simplificados dos temas tratados, espaços polivalentes para exposição, conferência e *workshops* ;

- A programação de pequenos espectáculos e festivais em ambientes “históricos”;
- A criação de itinerários/ circuitos de interligação de pontos referenciais de património cultural.

Saliente-se que, em termos de programação cultural, apesar de se reconhecer a necessidade de reforço do “*marketing cultural*” de Constância, o Município tem dado passos importantes, atingindo um estádio em que diversas actividades e espectáculos ganharam projecção para além das fronteiras do concelho, ao contrário do que acontece em territórios vizinhos e em experiências que, na perspectiva cultural, ainda não frutificaram (caso do Parque Almourol).

Julga-se oportuno, numa via de consolidação do percurso já encetado pelo Município, estudar a **viabilidade de um projecto de integração de alguns equipamentos concentrados na vila, num conceito de Centro Cultural Multipolar** (disperso por edifícios próximos, no sentido de os rentabilizar em ocupação e programação).

d) Visão do futuro social do Concelho

A matriz de desenvolvimento preconizado para o Concelho assenta em larga medida no potencial humano e nas suas diversas vertentes. Na verdade, muito do seu conteúdo encontra relações directas com o que vier a suceder noutros domínios, designadamente, económico.

Constância tem mostrado uma preocupação assinalável com o potencial humano havendo sobretudo que concretizar, no plano das respostas sociais, os projectos de equipamentos dirigidos aos jovens (centros educativos) e aos idosos (lar e centro de dia), e reunir esforços para a melhoria das condições físicas da extensão do posto médico de Montalvo. A par destas instalações há a aprofundar os serviços de natureza social prestados pela Santa Casa da Misericórdia de Constância, Associação Humanitária de Montalvo e pela Associação Quatro Cantos do Cisne, nomeadamente, os serviços de apoio domiciliário.

Este trabalho, visando a inclusão, deve ser complementado com um outro dirigido para o reforço da capacidade competitiva dos recursos humanos conferindo-lhe novas e renovadas competências, combatendo o insucesso e o abandono escolar (precoce e antecipado) e

fomentando o empreendedorismo¹². Procura-se capacitar e incitar à criação do próprio emprego em áreas fundamentais para a estratégia desenhada para Constância, isto é, dando resposta ao emprego instalado e criando uma bolsa de emprego disponível para as novas oportunidades na fileira do turismo, da floresta, entre outras.

Estes esforços devem ser dirigidos quer para o interior do sistema formal de ensino, possibilitando crescentemente uma dupla certificação (académica e profissional), quer para a educação e formação de adultos – Ensino recorrente, Unidades capitalizáveis, Iniciativa Novas Oportunidades. Também para os adultos a dupla certificação é uma medida preconizada e válida “(...) No entanto, para resposta às necessidades de qualificação da população adulta, e em especial da população empregada, é igualmente fundamental a construção de uma oferta modular de curta duração (unidades de formação de curta duração (UFCD)), tendo por base os percursos de educação e formação de adultos previstos no Catálogo Nacional de Qualificações.”¹³.

¹² Cf. Programa 1.2.

¹³ Portaria n.º 230/2008, de 7 de Março

4. A OPERACIONALIZAÇÃO DO PLANO

4.1. A NATUREZA SISTÉMICA E INTEGRADA DO PLANO: OS PROJECTOS MOBILIZADORES

Chegados até aqui, após um profundo balanço da qualidade e pertinência dos recursos que Constância apresenta para o desenvolvimento, é altura de territorializar o edifício estratégico concebido, mantendo os seus princípios fundamentais e a sua coerência.

Para tal, os eixos de desenvolvimento foram descritos e justificados, desdobrados em Programas de actuação, que encontram, nas acções/projectos a sua materialização final.

São 15 programas (P) cobrindo um vasto conjunto de acções (74 acções) que contribuirão para o sucesso das metas e objectivos em que se traduz a visão de Constância, segundo 5 eixos estratégicos, que sintetizam a visão integrada do futuro de Constância:

CONSTÂNCIA UM CONCELHO DE OFERTA DIVERSIFICADA E QUALIFICADA, PARA VISITANTES E RESIDENTES, ATRACTIVA PARA O INVESTIMENTO PRODUTIVO, EM ARTICULAÇÃO COM O SISTEMA URBANO DO MÉDIO TEJO

CONSTÂNCIA SOLIDÁRIA	CONSTÂNCIA COMPETITIVA	CONSTÂNCIA ATRACTIVA	CONSTÂNCIA MODERNA	CONSTÂNCIA INTEGRADA
P1.1 Ampliação da rede de equipamentos sociais	P2.1 Valorização de recursos, poupança energética, carbono zero	P3.1 Requalificação e revitalização dos centros urbanos	P4.1 Estímulo à utilização de novas tecnologias	P5.1 Melhorar a acessibilidade regional
P1.2 Emprego, Formação e Qualificação dos Recursos Humanos	P2.2 Apoio ao dinamismo empresarial	P3.2 Modernização e ampliação de redes de infraestruturas	P4.2 Desenvolvimento organizacional	P5.2 Contribuir para o reforço da coesão no Médio Tejo
P1.3 Melhoria do quadro de vida, solidariedade e coesão social	P2.3 Dinamização da actividade turística	P3.3 Intervenções de valorização do território		
P1.4 Promoção da mobilidade local		P3.4 Dinamização desportiva e sócio-cultural		

As acções são descritas em traços gerais, carecendo, em fase de implementação, de maior detalhe para as ajustar ao local, aos parceiros, aos tempo previsto de realização e aos meios financeiros mobilizáveis.

O conjunto de acções assim determinado forma um vasto campo de intervenção directa e indirecta da autarquia bem como dos vários actores locais. A preocupação com a coerência e integração destas intervenções levou a destacar um reduzido corpo de **Projectos de efeito transversal e ao mesmo tempo mobilizador e integrador de acções**, que deve ser entendido como estruturante para ancorar o desenvolvimento de Constância.

Foram, à luz das prioridades estratégicas, identificados **quatro Projectos Mobilizadores** capazes de articularem transversalmente, darem escala e impulsionarem, grupos de acções adiante descritas, dando visibilidade à estratégia de desenvolvimento do Município.

Estes projectos não são directamente apropriáveis por nenhum dos eixos e programas dependendo da conjugação de vários deles para fazerem exercer o seu efeito.

Este seu carácter transversal e mobilizador é, neste Plano Estratégico, valorizado face às restantes acções/projectos isolados que com objectivos mais localizados não poderão ter tão amplos efeitos.

Projecto I - Desenvolvimento do Turismo (PDT Constância)

O Projecto de Desenvolvimento do Turismo para o concelho de Constância deverá dar concretização aos objectivos estratégicos estruturantes que nortearão a gestão municipal na próxima década em matéria de turismo no Concelho para que possa concretizar-se como uma actividade mobilizadora, sustentável e singular no contexto nacional.

Como primeira acção deste Projecto assinala-se o PDT Constância, cuja realização se recomenda entre as acções adiante descritas e que deverá preceder todas as medidas a implementar.

Embora detendo volumes demográficos pouco expressivos, Constância tem vindo a desenvolver uma rede de equipamentos e eventos de carácter tradicional, científico e cultural, gerando cada um de *per si* uma capacidade de atracção de procuras qualificadas e interessadas. Todavia, a ainda incipiente integração da actividade e/ou ocorrência de cada um destes equipamentos e eventos, em termos de incorporação como produtos turísticos estruturados numa oferta diversificada, representa hoje uma penalização económica para o Concelho.

Assim, este PDT CONSTÂNCIA busca concretizar a Missão e a Visão Estratégica para o Turismo em Constância e “organizar” o papel da autarquia nessa estratégia, não só a partir dos recursos locais, mas ampliando-os através da constituição de sinergias com o Médio Tejo.

Para concretizar estes desígnios o PDT CONSTÂNCIA deve privilegiar quatro domínios de intervenção, cobrindo aspectos nucleares para o sucesso da estratégia definida:

Domínio Estratégico – Através de uma reflexão estratégica (Plano Estratégico), deve ser aberta e aprofundada a discussão em torno das metas a considerar bem como os recursos e meios necessários, colocando em confronto os principais actores presentes no campo turístico, para acertarem acções.

Domínio Regulamentar – Este domínio cabe ainda no Plano Estratégico, que deverá definir as regras e parâmetros que enquadrem as actividades turísticas no Concelho, bem como as relações entre operadores. Neste domínio deverá ainda ficar estabelecido a modalidade de acompanhamento e avaliação daquelas regras e parâmetros, designadamente, no que respeita ao cumprimento de metas ou dos índices de qualidade.

Domínio Operativo – Concretiza as acções integradas de preparação e afectação de equipamentos, infra-estruturas, eventos numa programação direccionada para a actividade turística (incluindo, por exemplo, a estrutura de acolhimento ao turista ou o e-turismo, central de reservas e programação de visitas).

Domínio Promocional – Estabelece o quadro de comunicação e divulgação das iniciativas, produtos e recursos em mercados e segmentos bem determinados.

Pressupõe-se para concretização do PTD CONSTÂNCIA que se faça a actualização de inventários de estabelecimentos e do património turístico antes da concertação, entre todos os actores concelhios interessados, de uma estratégia de valorização do turismo como recurso concelhio multifacetado. Trata-se também de uma estratégia de diversificação, abordando segmentos que, embora frequentemente invocados, se traduziram, até agora muito limitadamente, em acções e projectos marcantes, nomeadamente, todo o segmento habitualmente designado por Turismo em Espaço Rural, abarcando categorias que, num território como Constância, podem abranger o Agro-turismo, o Ecoturismo/Turismo de natureza, o Turismo ambiental e o Turismo de aventura. Para todos eles o PDT CONSTÂNCIA estabelecerá “caminhos”, assim como estabelecerá “pontes” com as acções a desenvolver quanto ao património, a cultura e o ambiente no Concelho.

Projecto II – valorização dos rios

Em termos económicos, um rio é um recurso para quem dele beneficia, proporcionando o desenvolvimento de actividades múltiplas geradoras de rendimento para as comunidades das suas margens, desde a pesca a actividades de desporto e lazer e a actividades culturais.

Em termos geográficos e antropológicos, um rio não é um limite, aproxima mais do que divide, pois nada atrai mais uma margem do que a outra margem.

Um rio, revolto ou tranquilo, e as suas margens, são lugares de frescura e contemplação, que convidam ao convívio e ao lazer, e inspiram acções de valorização dos seus atributos a benefício das populações vizinhas ou forasteiras.

Em Constância tais atributos são multiplicados, pois para aí confluem dois dos mais belos rios, numa terra que é, por natureza, de encontro e partilha, pela sua localização central no País, nela se unindo, em harmonia, indústria e ambiente, lazer e desporto, poesia e ciência.

É esta convergência de elementos, geradora de valores materiais e espirituais, que dá corpo ao Projecto multifacetado de valorização dos rios, destinado a potenciar-lhe as diversas valências – desporto, ciência, cultura e lazer – em articulação com as que a própria terra de Constância já oferece, noutras zonas não ribeirinhas.

Este Projecto pretende, em primeiro lugar, colocar na linha de prioridades de realização, diversas acções materiais (obras) bem conhecidas, relacionadas com a valorização do Tejo e Zêzere, que exigem a mobilização de vontades e meios a disponibilizar principalmente pela Administração Central mas também pela Autarquia e que se encontram em parte contempladas no Plano de Acção para o Médio Tejo, a saber:

- Construção do açude galgável no rio Zêzere e construção de um espelho de água junto ao Centro Náutico;
- Requalificação das margens dos rios Tejo e Zêzere (POMTEZE – 3ª fase), zonas verdes, arranjos paisagísticos, iluminação, caminhos e ciclovia, zonas de estar, regularização fluvial
- Requalificação do Museu dos Rios e das Artes Marítimas;

Em segundo lugar, este projecto assume a necessidade de promoção das potencialidades e recursos já criados nas margens dos rios, reforçando os eventos que marcam a imagem de Constância com um novo evento do tipo “Festival”, que confira projecção de âmbito supra-municipal à grande ligação de Constância aos rios e às temáticas fluviais.

Tal Festival não pretende substituir outros eventos da maior importância no calendário cultural de Constância mas complementá-los e até reforçá-los. A distribuição, no espaço e no tempo, de iniciativas regulares polivalentes possui a vantagem de conferir projecção externa superior à de iniciativas especializadas (culturais, científicas, etc) de pequena escala, sem deixar de contribuir para que estas aproveitem, nesses eventos de maior visibilidade do Concelho, a oportunidade insubstituível de reforçar a sua presença.

Assim, a realização de um festival ligado à temática dos rios confluentes em Constância (Festival Com Fluências) preencherá uma lacuna na agenda cultural anual, mas deverá assumir uma aposta estratégica multifacetada, para o que deverá integrar, na sua programação, actividades que constituem referenciais apelativos de Constância:

- Actividades de âmbito cultural, com a celebração das mais diversas formas de poesia (poesia declamada, poesia escrita e criativa, poesia filmada, poesia cantada, poesia representada, poesia fotografada, poesia pintada);
- Actividades de âmbito científico, com a celebração da astronomia e física, do ambiente e do desenvolvimento sustentável;
- Actividades de âmbito desportivo e de lazer, com a celebração do plano de água e das suas margens para actividades desportivas e lúdicas.

Projecto III – Valorização Dos Recursos Humanos Pela Educação E Formação

De acordo com a visão do futuro do Concelho no plano social o seu desenvolvimento passa muito pela valorização do potencial humano nas suas diversas vertentes, estando em causa neste Projecto a qualificação dos jovens e dos adultos em idade activa através do ensino de qualidade ou da formação.

A promoção de educação de qualidade raramente passa apenas pela intervenção pedagógica., pois existe na promoção de educação de qualidade um complexo combinado de ângulos convergentes não só para melhores resultados escolares como para uma integração social plena e activa. Desses ângulos destacam-se com frequência os que se relacionam com a:

- Dimensão física, envolvendo as condições materiais onde se opera ou qualificam a relação ensino-aprendizagem (equipamento escolar, rede de comunicações, mobiliário e material didáctico, entre outros);
- Dimensão de suporte, envolvendo as condições que facilitam ou tornam mais qualificada a vida escolar (por exemplo, transportes, distribuição de

refeições, estrutura organizativa, actividades extra-curriculares, apoio familiar);

- Dimensão pedagógica, contando com um corpo docente e de apoio educativo qualificado e motivado, promotor de uma oferta de ensino diversificada e de valor académico e profissional.

Todos estas condições, que contribuem para a valorização dos recursos humanos estão cobertas pelo leque de acções que adiante se detalha, assinalando-se que, em Constância, tem existido um trabalho que anuncia a possibilidade de estabelecer e consolidar um ensino de excelência, inserido neste projecto, a partir não só das acções desencadeadas na dimensão de suporte como as que se concretizarão no capítulo das dimensão física (sobretudo com a construção dos centros educativos nas sedes de freguesia do Constância) e dimensão pedagógica fomentando um alargamento da oferta formativa de natureza profissionalizante, o aspecto de maior enfoque nas acções propostas

Esta linha de promoção do ensino de excelência, inserida este projecto, é reforçada pela recorrente indicação da sua pertinência por parte dos actores locais.

No campo da formação torna-se necessário apresentar uma oferta de cursos de natureza profissional orientada, por um lado, para domínios identificados pela estrutura empresarial local e, por outro, para áreas de formação não sobrepostas com a restante oferta existente nas escolas de concelhos vizinhos (Entroncamento, Torres Novas e Abrantes).

Assim, surgem quase naturalmente oportunidades de oferta formativa em áreas como a Hotelaria e Restauração, Relações públicas, Comunicação, Marketing e Vendas, TIC, *E-Business*, Contabilidade e Planos de Negócio e ainda no conjunto das actividades associadas à Prestação de Serviços de Proximidade. A oferta formativa deverá ser promovida segundo uma lógica de inovação, com o recurso, por exemplo, a versáteis ferramentas de *e-learning*.

Projecto IV – Acessibilidade e Mobilidade Sustentável em Constância

A acessibilidade e a mobilidade são condições fundamentais de bom funcionamento das sociedades modernas e incontornáveis para as economias em expansão.

O seu entendimento passa não só pela melhoria dos modos clássicos de deslocação em transporte individual, como pela afirmação dos modos suaves, como a valorização da

deslocação pedonal e ciclável¹⁴. Passa ainda pela importância do papel a atribuir ao transporte público colectivo ferroviário ou rodoviário, sendo aqui que deverá ser equacionada, em primeira reflexão, a forma de sedução das populações para os modos mais sustentáveis

Em paralelo, no plano da acessibilidade, deverão ser equacionados os grandes bloqueios nas ligações concelhias e inter-concelhias, sobretudo, na transposição do Tejo, que tem acarretado historicamente fortes penalizações para a coesão sócio-territorial em Constância.

Assim, as várias acções adiante incluídas no Programa de Mobilidade são elementos que enriquecerão este projecto mobilizador, que visa múltiplos propósitos, a saber:

- Potenciar a articulação entre os vários modos de transporte, com ganhos para a qualificação territorial e para a qualidade de vida das populações;
- Incentivar a complementaridade no seio dos diversos modos de transporte;
- Estimular a adopção de modos suaves a partir da definição de redes adequadas e atractivas;
- Valorizar a oferta de transporte público não só pela integração como pela oferta de interfaces mais cómodos e funcionais.

Os Projectos mobilizadores encontram-se interligados, visto que, por exemplo, o desenvolvimento do Turismo pressupõe a valorização dos rios e dos recursos humanos do Concelho e um padrão elevado de mobilidade:

¹⁴ Cf. também Programa 1.4 e, em especial, Acção 1.4.3.



4.2. SISTEMA DE EIXOS DE DESENVOLVIMENTO/PROGRAMAS/ACÇÕES

Eixo 1. Constância Solidária, Aprofundar a Coesão Social e Territorial

Na sequência do trabalho já desenvolvido no âmbito da actividade da Câmara Municipal de Constância mas também das entidades públicas, privadas e associativas que desenvolvem, directa ou indirectamente, tarefas de natureza social (Santa Casa da Misericórdia, Centro de Saúde, Juntas de Freguesia, Associações) importa tornar esta fileira do desenvolvimento social central na estratégia de desenvolvimento concelhio.

A Rede Social já havia processado os recursos e os problemas prioritários de modo a oferecer um plano de desenvolvimento capaz de articular respostas e criar sinergias.



Por outro lado, há a respeitar a solidariedade territorial já que o concelho de Constância pelas suas particularidades geográficas exige um aprofundamento da permeabilidade por via da rede rodoviária mas também das redes de informação e comunicação e um contínuo aperfeiçoamento nas respostas sociais.

O conceito de coesão social deverá ser ligado às questões da inclusão social de todos, o que passa por atender às condições diferenciadas de cada grupo social – idosos, jovens, crianças, etnias minoritárias, imigrantes -, mas igualmente prevenindo ou corrigindo situações de exclusão social derivadas de condições de habitação degradada, desestruturação familiar, baixos rendimentos ou dificuldades de acesso a bens e serviços essenciais.

O conceito de qualidade de vida, por último, prende-se directamente com a criação de um ambiente propiciador à integração por via do emprego, o que passa por:

- (i) Uma aposta decisiva na melhoria da empregabilidade, abrangendo a educação e formação inicial dos jovens, mas também o aumento dos níveis de formação dos trabalhadores e empresários, suportado numa perspectiva de aprendizagem ao longo da vida, envolvendo Universidades, Escolas dos Ensinos Básico e Secundário e Empresas;
- (ii) Uma estratégia integrada no domínio da Sociedade de Informação e do Conhecimento; e,
- (iii) Uma definição clara de uma estratégia de inovação social local.

Visando a estruturação e o aprofundamento deste eixo de Desenvolvimento sistematizam - se no quadro seguinte os objectivos fundamentais e os programas e parceiros sugeridos:

Âmbito geográfico	Objectivos fundamentais	Programas Operacionais	Parcerias a mobilizar
<p>→ Abrange todo o concelho, focando-se em temáticas particulares no Sul como forma de corrigir assimetrias e tornar efectivo o princípio da equidade territorial.</p> <p>→ As sedes de freguesia serão o palco polarizador das acções e programas definidos.</p>	<p>→ Melhoria do acesso aos serviços e bens de carácter social, cultural e outros;</p> <p>→ Aperfeiçoamento das respostas de natureza social no Concelho, incluindo a integração social de populações em risco;</p> <p>→ Promoção da qualificação dos recursos humanos do Concelho</p>	<p>→ Ampliação da rede de equipamentos sociais</p> <p>→ Promoção do emprego e da formação e qualificação dos recursos humanos</p> <p>→ Melhoria das condições de vida e coesão social</p> <p>→ Promoção da mobilidade local</p>	<p>→ Câmara Municipal</p> <p>→ Santa Casa da Misericórdia</p> <p>→ Associação 4 cantos do Cisne</p> <p>→ Sociedade Filarmónica Montalvense</p> <p>→ Junta de Freguesia de Montalvo</p> <p>→ Junta de Freguesia de Santa Margarida da Coutada</p> <p>→ Junta de Freguesia de Constância</p> <p>→ Centro de Saúde</p> <p>→ Agrupamento de Escolas de Constância</p> <p>→ Outras associações e colectividades que em cada momento se entenderem fundamentais para o sucesso dos objectivos aqui traçados</p>

Programa 1. 1. Ampliação da rede de equipamentos sociais

Constitui um dos programas fundamentais deste Eixo de Desenvolvimento - Constância Solidária - e situa-se na linha de esforços que vem sendo prosseguidos pelo Município no sentido de colmatar algumas lacunas bem identificadas, sobretudo em benefício de grupos específicos, em particular, idosos, crianças e mulheres.

A existência da Rede Social e dos seus instrumentos de actuação já aponta nesse sentido, tendo constituído dinâmicas e sinergias capazes de construir respostas sustentáveis e ajustadas à realidade local, importando, nesse sentido, reforçar algumas das componentes da rede local de equipamentos sociais.

Acção 1.1.1. Construção do Lar de Terceira Idade em Santa Margarida e do Centro de Dia em Montalvo

Enquadramento: Estes equipamentos visam colmatar carências já identificadas nos documentos produzidos no âmbito da Rede Social e de outros diagnósticos efectuados contribuindo para um Concelho mais justo e mais solidário.

Parcerias: Santa Casa da Misericórdia; CMC; MSSS; IPSS Ass. Humanitária de Montalvo

Prioridade: Elevada

Acção 1.1.2. Construção dos Centros Educativos (Constância, Montalvo e Santa Margarida da Coutada)

Enquadramento: Em coerência com as recentes orientações adoptadas em matéria de política de equipamentos de ensino, concentrando e qualificando os espaços educativos, devem ser criadas novas instalações que cumpram objectivos pedagógicos para um ensino de excelência ao mesmo tempo que se fomenta um renovado ambiente de promoção da cidadania.

Parcerias: CMC

Prioridade: Elevada

Acção 1.1.3. Requalificação da extensão do Centro de Saúde em Montalvo

Enquadramento: As condições insatisfatórias verificadas na Extensão do Centro de Saúde devem ser ultrapassadas de modo a garantir um acréscimo quer na qualidade de atendimento às populações quer na qualidade de ambiente de trabalho proporcionado aos profissionais que ali trabalham. O robustecimento das redes de equipamentos, contribui, no seu conjunto, para uma Constância mais inclusiva, com melhor quadro de vida.

Parcerias: CMC; Ministério da Saúde; Casa do Povo de Montalvo

Prioridade: Elevada

Acção 1.1.4. Construção de Piscina Municipal descoberta em Santa Margarida da Coutada

Enquadramento: Apesar de em termos médios apresentar um rácio de superfície desportiva útil por habitante próximo do definido pelos padrões internacionais, Constância precisa de completar, em áreas específicas, a oferta em equipamentos e infra-estruturas, de que esta piscina municipal faz parte. Para além desta constatação em matéria de apetrechamento

funcional acresce ainda uma justificação de natureza territorial, procurando esbater as dificuldades de integração com que o Concelho se tem debatido, sobretudo na parte Sul.

Parcerias: CMC

Prioridade: Média-Elevada

Acção 1.1.5. Criação de um espaço verde público (Jardim) em Constância

Enquadramento: Trata-se de requalificar uma área de um antigo campo de jogos, através de um projecto multifuncional com parque infantil e espaços verdes, com um efeito interessante na animação do espaço público.

Parcerias: CMC

Prioridade: Média-Elevada

Acção 1.1.6. Beneficiação e remodelação de parques infantis do Concelho

Enquadramento: Torna-se imperiosa a intervenção nos parques infantis do Concelho, onde equipamentos multifuncionais deverão substituir ou complementar os tradicionais baloiços. Os novos pisos, as teias de cordas, escorregas elaborados e estruturas labirínticas poderão ser na imagem e no uso mais agradáveis e estimulantes. Procura-se, juntar a segurança e o conforto à diversão, promovendo a qualificação do ambiente urbano.

Parcerias: CMC

Prioridade: Elevada

Acção 1.1.7. Remodelação da secção de Santa Margarida do Quartel de Bombeiros

Enquadramento: Trata-se de reforçar a capacidade de intervenção dos Bombeiros Voluntários mediante ampliação do edifício existente, acessos e arranjos exteriores

Parcerias: CMC; Administração Central; Bombeiros Voluntários de Constância

Prioridade: Elevada

Acção 1.1.8. Criação de um novo cemitério em Constância e ampliação do da Portela

Enquadramento: Visa suprimir as carências sentidas visto que os equipamentos desta natureza existentes apresentam-se no limite da sua capacidade.

Parcerias: CMC

Prioridade: Elevada

Programa 1.2. Emprego, formação e qualificação dos recursos humanos

Este programa, que concretiza um dos grandes Projectos mobilizadores para o Concelho, procura responder a dificuldades, de natureza diversa, que se levantam quer à inserção inicial no mercado de trabalho, quer à reinserção em situações emergentes de desemprego, sobretudo de classes etárias acima dos 40 anos. Trata-se de circunstâncias que provocam, frequentemente, **situações de pobreza e exclusão social, que podem ser atalhadas por mecanismos de apoio que a lei actualmente prevê e que interessa pôr em prática no Concelho**, e que podem ser, também, atendidas por programas locais de emprego, de incentivos à criação do próprio emprego e por iniciativas incentivadoras da formação e qualificação de recursos humanos.

Um dos maiores impedimentos à resolução do desemprego, sobretudo o de longa duração, é a ausência de espírito empreendedor capaz de gerar o próprio emprego e “arrastar” consigo a criação de novos postos de trabalho. Reconhece-se, contudo, a incapacidade do pequeno mercado de trabalho local absorver a totalidade da mão de obra que chega ao mercado de trabalho, o que reforça a urgência de estratégias de impulso da iniciativa pessoal para o que há que garantir formação e apoios adequados.

Acresce que, para além de resposta a preocupações de carácter eminentemente social, este programa procura outra vantagem, ligada à possibilidade de exploração de campos inovadores ou complementares com interesse para a dinamização da economia local, por exemplo, em domínios ambientais, turísticos, artesanais. Dito de outro modo, a resposta a este problema eminentemente social poderá ter consequências positivas em outras áreas relevantes para a vida concelhia já que poderá canalizar o empreendedorismo para actividades que trazem mais valias para a estratégia de desenvolvimento preconizada para o Concelho (restauração, artes tradicionais, etc.)

Acção 1.2.1. Contrato Local de Desenvolvimento Social (CLDS)

Enquadramento: O PNAI (Plano Nacional de Acção para a Inclusão) de 2006-2008, contempla áreas prioritárias de intervenção, com vista ao combate à pobreza e à exclusão de natureza territorial e foi operacionalizado neste domínio com os Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS), através da Portaria nº 396/2007 de 2 de Abril. É um modelo de gestão que prevê o financiamento de projectos seleccionados centralmente, privilegiando territórios com públicos-alvo que estão identificados como mais vulneráveis e

acções de intervenção obrigatória que respondam às necessidades diagnosticadas. Os eixos de intervenção prioritários são os seguintes: Emprego; Formação e qualificação; Intervenção familiar e parental; Capacitação da comunidade e das instituições, Informação e acessibilidade.

Esta acção busca, após monitorização e avaliação das medidas que já estão no terreno, aprofundar e ajustar a intervenção neste campo privilegiando as necessidades emergentes e outras consolidadas, dirigidas a jovens, famílias, idosos, deficientes e minorias. Estes grupos vulneráveis pela sua condição de saúde, de pobreza, disfunções familiares ou desemprego devem ter um enquadramento dirigido para a solução sustentável dos seus problemas e que correspondem a situações problemáticas para a comunidade onde se inscrevem.

Parcerias: Centro de Emprego; MSSS; Ministério da Saúde; Alto Comissariado para a Imigração e Minorias; Comissão de Protecção de crianças e jovens (CPCJ); CMC; Santa Casa da Misericórdia; CLAS; IPSS; Voluntariado; Agrupamento de Escolas de Constância; Instituições de ensino pré-escolar.

Prioridade: Elevada

Acção 1.2.2. Dinamização de actividades inovadoras de complemento curricular

Enquadramento: Aproveitando equipamentos, associações e recursos existentes no concelho de Constância deverá ser equacionado o leque de ofertas de complemento curricular, enriquecendo-o e qualificando-o (cf. Centro Hípico de Santa Bárbara, Centro de Ciência Viva, Parque Ambiental ou o Centro Náutico, por exemplo).

Parcerias: CMC, Agrupamento de Escolas; Associações; Entidades diversas.

Prioridade: Média-Elevada

Acção 1.2.3. Apoio à criação de empresas de inserção com efeito de demonstração

Enquadramento: Existindo já no Concelho iniciativas desenvolvidas, designadamente, pela Associação Quatro Cantos do Cisne, neste âmbito devem ser estimuladas a integração nestas empresas de desempregados de longa duração ou licenciados desempregados em domínios inovadores e/ou pertinentes para o desenvolvimento concelhio.

Parcerias: Centro de Emprego, MSSS, CMC, IAPMEI, NERSANT, Associação Quatro Cantos do Cisne

Prioridade: Média-Elevada

Acção 1.2.4. Activar as ILE (Iniciativas Locais de Emprego) e CPE (Criação do Próprio Emprego)

Enquadramento: No âmbito dos Plano Nacional de Emprego e Plano Nacional para a Inclusão devem ser activadas localmente as ILE – Iniciativas Locais de Emprego (“projectos que dêem lugar à criação de novas entidades, independentemente da respectiva forma jurídica, e que originem a criação líquida de postos de trabalho, contribuindo para a dinamização das economias locais, mediante a realização de investimentos de pequena dimensão” para os seguintes Público-Alvo: Desempregados Jovens à procura de 1º emprego; Trabalhadores empregados, mas em risco de desemprego) e CPE - Criação do Próprio Emprego, como forma de contornar as limitações conhecidas na oferta de emprego por conta de outrem, cabendo aqui, também, o fomento da participação das mulheres no mercado de trabalho, pela via do emprego a tempo parcial, pelo empreendedorismo feminino e pela oferta e acessibilidade a serviços de acolhimento de crianças e outras pessoas a cargo.

Consideram-se entre o Público-Alvo os Beneficiários das prestações de desemprego.

Parcerias: Centro de Emprego, MSSS, CMC, IAPMEI

Prioridade: Média-Elevada

Acção 1.2.5. Adequar a oferta de formação às necessidades do Concelho

Enquadramento: A evolução que se preconiza para o Concelho em termos de estratégia de desenvolvimento envolve orientações no sentido de uma maior diversificação sectorial de actividades, com reforço das actividades de serviços, prossecução e consolidação das actividades da indústria transformadora e a aposta em actividades especializadas ligadas ao sector agro-florestal.

Estas orientações terão que ser suportadas por um esforço de diagnóstico das necessidades de formação e as sequentes medidas de adequação da oferta de ensino (formal e não formal) existente no Concelho.

O objectivo do diagnóstico, como primeira tarefa no âmbito desta acção, será conhecer, numa perspectiva de presente e sobretudo de futuro, os desafios que se colocarão a Constância no capítulo das formações mais requisitadas, para preparar recursos humanos para tais exigências.

O diagnóstico completa-se com a identificação das necessidades em meios humanos e logísticos para dar resposta aos desafios identificados, de modo a permitir que sejam

adequadas, para o efeito, quer as estruturas de ensino, quer formas de incentivo à formação profissional de população empregada.

No quadro do sistema formal de ensino (3º ciclo e secundário) o objectivo será alargar/adequar a formação profissionalizante, proporcionando a dupla certificação, de modo a que, no interior do sistema de ensino básico, possam ser enquadradas iniciativas para que os jovens que entendam não prosseguir para já com os seus estudos após o ensino básico possam adquirir uma capacitação académica mas também profissional. O desafio centra-se na oferta de formação que deve estar ajustada às necessidades do mercado de trabalho ou das exigências do desenvolvimento local/regional.

No quadro da oferta de ensino fora do sistema formal de ensino (ensino recorrente, educação e formação de adultos) o objectivo será criar condições de enquadramento de iniciativas que proporcionem a todos os adultos possibilidade de se qualificarem, académica e profissionalmente, a partir de programas de formação e educação para adultos já existentes, mas configurados para necessidades do Concelho.

No quadro da formação profissional de população empregada, a baixa qualificação profissional de parte significativa da população activa empregada não deve merecer indiferença até porque expõe mais estes indivíduos aos riscos de um desemprego de longa duração. Assim, aproveitando as iniciativas atrás recomendadas, justifica-se um protocolo com empresas para uma aposta na formação da população activa com o apoio das entidades formadoras e empregadoras.

Parcerias: CMC, Centro de Emprego, Agrupamento de Escolas, Empresas

Prioridade: Média-Elevada

Acção 1.2.6. Reconhecer, validar e certificar competências no âmbito da Iniciativa Novas Oportunidades

Enquadramento: Mesmo quando as qualificações formais são baixas existe um património curricular e de experiência que não tem sido devidamente valorizado no mercado social e empregador. Esta iniciativa procura colmatar esta preocupação formalizando, a partir de um trabalho de prévia avaliação, as competências adquiridas pelo indivíduo ao longo do seu trajecto pessoal e profissional.

Parcerias: Centros de RVCC - Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências

Prioridade: Elevada

Programa 1.3 Melhoria do quadro de vida, solidariedade e coesão social

Constância é um concelho integrado numa unidade geográfica do território onde se regista, à luz dos estudos sobre o poder de compra concelhio, um nível de rendimento e de poder de compra da população muito próximo da média nacional, com base em 15 variáveis indicadoras das condições de vida da população, que o INE efectua regularmente.

Não se registando os níveis de desemprego, pobreza, exclusão social, carência de infraestruturas e condições de habitação, que se registam em algumas zonas do interior português, ainda assim, existem diversos domínios em que, de acordo com o diagnóstico efectuado e as opiniões de diversos “actores” locais, são necessários esforços para melhorar o quadro de vida e a coesão social.

Foram diagnosticadas situações em que o esforço das respostas institucionais não foi ainda suficiente, nomeadamente os que justificam as acções atrás propostas, relacionadas com o equipamento de freguesias, ao nível de creches e jardins de infância, lares, centros de dia e apoio domiciliário para idosos, mas também, problemas de habitação degradada, deficiente mobilidade e acessibilidade no interior do Concelho, baixo grau de participação social (ajuda solidariedade e associativismo), o que justifica as acções adiante apresentadas.

Acção 1.3.1. Promoção de habitação social

Enquadramento: A habitação é um pilar essencial para a integração social, mas ao mesmo tempo é um bem que o mercado tem dificuldade em oferecer, em condições atractivas, a grupos sociais mais vulneráveis. Há, por isso, que garantir que a habitação digna chegue a todos e não só aos que se movimentam no mercado livre. Assim, preconiza-se a definição de um programa habitacional que tome em consideração este papel social do alojamento e que se dirija em particular para os jovens singulares, jovens casais e idosos.

Em matéria de intervenção devem ser privilegiadas as seguintes modalidades: Novas habitações a custos controlados; auto-construção; apoio a projectos de recuperação do parque habitacional; reabilitação de fogos devolutos; criação de reserva de fogos vagos (cf. também proposta do PDM).

Dando resposta a carências identificadas em populações insolventes ou com outras dificuldades de integração permitir-se-á também vivificar, social e demograficamente, espaços urbanos estratégicos, ao mesmo tempo que se procura atrair novos residentes.

Parcerias: CMC; IHRU; Movimento cooperativo; Empresas de imobiliário e da construção; Instituições bancárias; Santa casa da Misericórdia

Prioridade: Média-Elevada

Acção 1.3.2. Constituição de Bolsa de Voluntariado

Enquadramento: O voluntariado pode constituir um instrumento de fortalecimento da vida comunitária. De facto, esta bolsa de voluntariado visa dar sequência à implementação de um dos princípios centrais do desenvolvimento sustentável preconizado, estimulando a sociedade civil a participar na resolução dos seus próprios problemas numa óptica de partilha e de entrega social, envolvendo indivíduos singulares, empresas com responsabilidade social e entidades acolhedoras. Existe um enquadramento legal específico que deve ser tomado em conta: Lei n.º 71/98, de 3 de Novembro; Decreto-lei n.º 389/99 de 30 de Setembro; Decreto-lei n.º 176/2005 de 25 de Outubro; Portaria n.º 87/2006 de 24 de Janeiro.

Parcerias: Câmara Municipal de Constância, Santa Casa da Misericórdia de Constância, Associação Quatro Cantos do Cisne, Sociedade Filarmónica Montalvensê, outras associações e entidades públicas, privadas e associativas.

Prioridade: Elevada

Acção 1.3.3. Apoio Técnico e Formativo ao Associativismo

Enquadramento: O associativismo encerra em si múltiplas virtudes que se estendem desde o seu papel na integração e formação cívica dos indivíduos até à promoção de um quadro de vida de maior qualidade fomentando o desporto, a cultura, etc.. Todavia, na sua generalidade, as associações constituem estruturas delicadas mas cujo papel e esforço devem ser acarinhados pela Administração central e local. Em Constância tal não é excepção, pelo que esta acção procura qualificar o dirigismo (cf. Decreto-Lei n.º 267/95), promoção da sua actividade e a componente técnica bem como sugere a discriminação positiva dos que revelem maior dinamismo, inovação e empenhamento.

Parcerias: CMC, Associações, Federações das diferentes modalidades; Protocolos com instituições de ensino de desporto e cultura.

Prioridade: Média-Elevada

Acção 1.3.4. Reforço dos eventos culturais e desportivos inter-freguesias

Enquadramento: Não só pela sua capacidade de integração territorial, reforçando o espírito identitário, que estes eventos possuem, mas também pela possibilidade que apresentam na animação da vida cultural e desportiva concelhia, os eventos inter-freguesias, no campo cultural ou do desporto, constituem momentos de grande afirmação local. A música, os

desportos náuticos e ainda as modalidades mais populares são exemplos claros para o enriquecimento de uma agenda de eventos socio-culturais e desportivos de natureza concelhia. Estes eventos deverão integrar as iniciativas já existentes de âmbito supra-municipal.

Parcerias: CMC, Associações, Federações das diferentes modalidades.

Prioridade: Média-Elevada

Programa 1.4. Promoção da mobilidade local

As condições de mobilidade no interior do concelho de Constância não são satisfatórias e foram agravadas com a situação de forte limitação da ponte que liga as duas margens do Tejo, o que criou uma ruptura entre o Norte e o Sul do Concelho.

À dificuldade referida acrescem as características de parte da rede viária municipal e a fragilidade dos sistemas de transportes colectivos que servem e interligam as freguesias do Concelho, não esquecendo o caminho de ferro cuja função e utilidade para a população do território de Constância se tornou inexpressiva.

O presente Programa procura constituir resposta, no plano da mobilidade, às dificuldades da população local (sobretudo a jovem e a idosa) que não dispõe de recursos para usufruir de meio de transporte próprio, e às dificuldades da população visitante em turismo, que dispõe de muito escassas facilidades de circulação e passeio entre os pontos turísticos do Concelho.

Este Programa abarca, ainda, acções que vão desde a eliminação de barreiras arquitectónicas até acções no domínio das infra - estruturas rodoviárias de âmbito local, acções destinadas a facilitar as deslocações a pé ou de bicicleta e acções destinadas a melhorar as redes e serviços de transporte no interior do Concelho.

Todas as acções indicadas se contêm no envelope do Projecto mobilizador **visando a mobilidade sustentável no Concelho**, no sentido da coesão social, do respeito pelo ambiente e da economia de recursos.

Acção 1.4.1. Eliminação de barreiras arquitectónicas nos espaços e edifícios públicos do Concelho

Enquadramento: Dando sequência à legislação que enquadra o Plano Nacional de Promoção da Acessibilidade (DL 163/2006, de 8 de Agosto), visando um renovado e solidário regime de acessibilidade a espaços e edifícios públicos bem como a espaços habitacionais, consideram-se como acções relevantes as intervenções tendentes à remoção das barreiras arquitectónicas garantindo um espaço mais justo e acessível a todos. Deverá ser

feito um levantamento exaustivo das situações a abordar e a respectiva programação para a sua solução.

Parcerias: Secretaria de Estado para a Inclusão; CMC; Mecenato

Prioridade: Elevada

Acção 1.4.2. Requalificação de arruamentos municipais

Enquadramento: Como medida de qualificação da mobilidade viária, potencialmente importante no contexto do dinamismo social e económico, a requalificação dos arruamentos existentes assume um papel destacado com implicações na melhoria da qualidade do ambiente urbano. Esta acção pretende apenas garantir a continuidade do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pela CMC e que se entende ser, agora e sempre, central para a qualidade de vida das populações e desenvolvimento económico.

Parcerias: CMC

Prioridade: Elevada

Acção 1.4.3. Concepção/Construção de percursos pedonais e cicláveis

Enquadramento: Estabelecer um conjunto de percursos de âmbito local, com pertinência nas deslocações casa escola, casa trabalho, casa compras e aquisição de serviços, para a valorização das deslocações pedonais e de bicicleta, estabelecendo e valorizando estilos de vida saudáveis e seguros.

Esta é igualmente uma medida de inovação e qualificação do contexto territorial e que contribui para o Plano de Carbono Zero e que deve incluir já os percursos assumidos pela autarquia como fundamentais, designadamente os seguintes:

- Construção da via ciclável entre Parque Ambiental e Pereira;
- Construção da via ciclável entre o Parque Ambiental e Constância através da Rib^a da Foz

Parcerias: CMC

Prioridade: Elevada

Acção 1.4.4. Reforçar o transporte colectivo rodoviário e a integração com o transporte ferroviário

Enquadramento: A regularidade de ligações entre Constância, Montalvo, Sta Margarida, Estação Ferroviária, Centro hospitalar e algumas povoações de concelhos vizinhos (por ex: Martinchel), essenciais pelas mais diversas razões (emprego, escola, saúde, aquisição de bens e serviços) têm sido fortemente prejudicadas pela ausência ou deficiências de transporte público oferecidas. O volume de emprego gerado na sede do Concelho e em Montalvo, bem como as necessidades de deslocação inerentes a residentes, trabalhadores e estudantes das zonas de Sta Margarida, ou através da Estação de CF, tornam recomendável que se estude a viabilidade da oferta de um serviço de transporte colectivo, mesmo que a sua frequência se concentre nos horários de ponta da manhã e da tarde (em termos escolares e de relação casa trabalho), sendo aconselhável uma solução de transporte em circuito.

No caso particular do transporte ferroviário trata-se de aproveitar uma infra-estrutura que apresenta potencial para o transporte de mercadorias e passageiros de/para Constância, quer por razões de trabalho/estudo, quer de lazer e turismo. Assim, justifica-se uma acção que assuma a importância estratégica desta infra-estrutura na relação com o desenvolvimento do Concelho, não só no âmbito local como no âmbito sub-regional (menos de 30 minutos das sedes de concelho vizinhas).

Parcerias: CMC, Concessionários de transporte rodoviário, REFER, CP

Prioridade: Elevada

Eixo 2 . Constância Competitiva numa economia aberta, dinâmica e diversificada

O diagnóstico da situação sócio-económica recente revelou um conjunto significativo de aspectos que determinaram a escolha de um eixo estratégico de desenvolvimento voltado para **o aumento da competitividade do Concelho, suportada numa maior diversificação de actividades.**

De facto, a estrutura económica concelhia está muito concentrada na actividade industrial, com grande representatividade (em VAB e emprego) de apenas 2 empresas.

Os demais sectores (agricultura e serviços) são sectores de baixo valor acrescentado, baseados nos factores competitivos tradicionais, nomeadamente a mão de obra pouco qualificada e mal remunerada e a transformação primária de recursos naturais, competindo em estratégias de baixo preço e reduzida inovação, marketing e qualidade.

Algumas fragilidades da estrutura social têm implicações importantes no plano económico, nomeadamente as relacionadas com o crescente envelhecimento populacional e a escassez de mão-de-obra qualificada, factores penalizantes face a um novo modelo competitivo assente na inovação.

Em respeito pelas principais conclusões do Diagnóstico Estratégico e pelo objectivo de alcançar um nível de PIB per capita e um Índice de Poder de Compra em linha com a média nacional, estruturou-se um Programa que comporta diversas acções adiante detalhadas e que procuram:

- (i) a valorização dos recursos endógenos do concelho, em especial os relativos aos recursos agro-florestais e turísticos, a valorização das margens do Tejo e do Zêzere e o melhor aproveitamento de fontes de energia renováveis;
- (ii) a diversificação da base económica actualmente muito assente na indústria transformadora,
- (iii) a dinamização empresarial no sentido da criação de emprego qualificado.

Âmbito geográfico	Objectivos fundamentais	Programas	Parcerias e
-------------------	-------------------------	-----------	-------------

		Operacionais	lideranças
<ul style="list-style-type: none"> → Actividades económicas em toda a área do Concelho em especial nos principais aglomerados. → Margens do Tejo e Zêzere, na valorização desse recurso, o que exige articulação com os projectos e acções para o Médio Tejo em geral. 	<ul style="list-style-type: none"> → Melhor aproveitamento económico da floresta, do património, da cultura e da paisagem do território concelhio; → Aproveitamento e valorização dos recursos humanos e do emprego no Concelho. 	<ul style="list-style-type: none"> → Valorização dos recursos energéticos renováveis → Apoio ao dinamismo empresarial → Dinamização da actividade turística 	<ul style="list-style-type: none"> → Câmara Municipal, Associação de Agricultores → CAIMA → Direcção Geral de Recursos florestais → Assoc. Empresariais → IAPMEI → Parque Almourol

Programa 2. 1. Valorização dos recursos energéticos, poupança de energia e combate à poluição

O aproveitamento das energias renováveis, a poupança de energia e o combate à poluição são os 3 vértices das políticas modernas do desenvolvimento económico sustentável, tirando partido das características do território.

O território do concelho de Constância é ocupado numa percentagem significativa por floresta de produção, cuja gestão é assegurada, de forma integrada no processo produtivo industrial, pela principal empresa do Concelho.

Os desenvolvimentos recentes, quer pelo lado da empresa industrial CAIMA (com a compra da CELBI e do seu património florestal), quer pelo lado da Administração Central (com os programas e concursos públicos visando a diversificação de fontes energéticas para o País, incluindo a aposta no aproveitamento e valorização da biomassa florestal), concitam a necessidade de um posicionamento futuro do Município em relação à problemática da salvaguarda do espaço agro-florestal concelhio no sentido da sua valorização, o que, no caso concreto do Município, passa por preocupações de planeamento, acompanhamento e monitorização da articulação entre o interesse municipal em matéria de defesa da floresta, matas e parques públicos e o interesse particular de empresas e associações quanto à valorização económica da floresta do Concelho.

Entretanto, a disponibilidade de recursos hídricos e de dias de sol, e a evolução recente das políticas governamentais em matéria de incentivo ao aproveitamento de energias renováveis,

implicam, para Constância, uma tomada de posição neste domínio, traduzido em diversas acções.

Acção 2.1.1. Plano Municipal de Defesa da Floresta

Enquadramento: A abordagem integrada da floresta numa perspectiva da sua defesa, contra riscos de vária natureza, conduzirá à abertura de estradas/caminhos florestais e instalação de pontos de água como elementos essenciais e facilitadores no combate e prevenção de incêndios e escoamento de matéria prima, conduzirá igualmente à adopção de medidas de protecção sanitária face a ameaças emergentes de doença e à implementação de medidas (organizacionais e logísticas) que harmonizem o disfrute da floresta pela população e a sua função produtiva.

Parcerias: CM de Constância, Associações, DGRF, CAIMA

Prioridade: Alta

Acção 2.1.2. Central a Biomassa Florestal e biorefinaria de derivados de madeira

Enquadramento: A Biomassa é constituída pelos sub-produtos e desperdícios da floresta, pelos resíduos da indústria da madeira e resíduos de culturas agrícolas, de instalações de agro-pecuária, de indústrias agro-alimentares, e de outros resíduos biodgradáveis.

A biorefinaria converte a biomassa combustível numa variedade de produtos, com pouco desperdício e baixas emissões de CO₂, permitindo, nomeadamente, a produção de electricidade e vapor, criando mais valias a partir dos diversos materiais brutos de fontes renováveis.

A Central, que laborará resíduos e desperdícios resultantes da limpeza florestal, abastece-se dos resultados da limpeza regular da floresta e contribuirá para reduzir os riscos de incêndio e produzir electricidade com ganhos evidentes na dinâmica empregadora local, na qualidade de vida e na imagem do Concelho enquanto município inovador.

Parcerias: CAIMA, CAIMA, EDP, produtores florestais, Autarquias

Prioridade: Elevada

Acção 2.1.3 Aproveitamento de energia solar, poupança energética e redução da emissão de gases com efeito de estufa

Enquadramento: O Município de Constância deverá constituir exemplo de fomento do investimento no aproveitamento de energia solar, aplicando-a nos edifícios sob sua gestão e incentivando, quer a nível empresarial, quer a nível dos prestadores de serviços, a sua utilização.

Algumas das aplicações a estudar serão a nível dos sistemas de iluminação pública, rega automática de jardins e parques, sinalética e informação ao público.

O Município deverá, também, adoptar medidas de poupança de energia e de redução progressiva das emissões de gases com efeitos de estufa, aspectos que constituem um imperativo para todos os territórios que querem ser atractivos e competitivos, e não virem a ser penalizados no mercado global dos direitos de emissão, pelo que se preconiza a definição de um conjunto de acções estruturadas que permita fazer um balanço de consumos energéticos e programar reduções dos mesmos e das emissões de carbono gradualmente caminhando para o valor zero.

Parcerias: CMC, Entidades Privadas e outras

Prioridade: Elevada

Acção 2.1.4 Acompanhamento dos projectos de aproveitamento de energia hídrica

Enquadramento: A circunstância do concelho de Constância ser atravessado por dois importantes cursos de água, que se juntam na sede do Concelho, leva a que deva ser encarado atentamente tudo o que está planeado ou programado em termos de intervenção nesses cursos de água, incluindo o que envolva o seu aproveitamento para fins energéticos.

Esta acção, no estágio actual, traduz-se no acompanhamento regular dos desenvolvimentos previstos da problemática da localização e dimensionamento da Barragem de Almourol para produção de energia e das modalidades compensatórias dos custos que tal venha a representar para o Município de Constância, situação que, noutra plano deve também, existir em matéria de acompanhamento do projecto de construção do Açude Galgável no Zêzere junto ao Centro Nautico.

Parcerias: CMC, INAG, EDP, Privados

Prioridade: Elevada

Programa 2.2. Dinamização da actividade empresarial

O apoio ao dinamismo empresarial num Município com a dimensão de Constância tem-se revelado positivamente no terreno, através da realidade que constitui a Zona Industrial de Montalvo e da atracção de empresas para esse espaço.

Em consequência, de tal dinamismo não se entende necessária a criação de estruturas ou agências autónomas do tipo Agência de Desenvolvimento Local, para servir o objectivo de apoio ao dinamismo empresarial. Bastará atentar no que se passa actualmente com o Centro de Empresas, que, apesar de localizado em zona central de Constância, se encontra praticamente inactivo.

Entende-se, por isso, que o Município precisará, no máximo, de concentrar num pequeno espaço apropriado, funções actualmente dispersas de apoio a empresas sob a forma de um Gabinete ou Núcleo de Apoio Económico.

A intenção manifestada de criação de um Centro Empresarial e Museu Pedagógico, a localizar num antigo lagar, poderia concretizar-se na criação do referido Museu e de um espaço adjacente que servisse, como Gabinete de Apoio, a função de apoio empresarial acima referida, proporcionando espaço modulado para acolhimento, reunião e exposição.

A dinamização empresarial teria, assim, como pivot, essa estrutura interna funcional, que apoiaria os responsáveis municipais no planeamento, lançamento, acompanhamento e monitorização de intervenções de âmbito económico, ao encontro de novas e modernas formas de apoio e comunicação com investidores (acolhimento especializado), promoção de projectos e oferta de espaço para reuniões e acções de formação.

Acção 2.2.1 Estruturar um Gabinete de Apoio Económico da Autarquia

Enquadramento: Com a criação de um Gabinete de Apoio Económico na própria estrutura orgânica e em espaço a apropriar pelo Município, poder-se-ia enquadrar e suportar localmente um vasto leque de actividades que constituem parte importante do Plano Estratégico, desde o desenvolvimento de actividades de auto-emprego com a apresentação de propostas para a constituição de micro-empresas locais, até à operacionalização de uma Bolsa de projectos e à prestação de apoio informativo e orientativo a médios ou grandes investidores, apoios que, no limite da concretização dos projectos se corporizarão nomeadamente no encaminhamento dos interessados para os serviços públicos licenciadores.

Parcerias: CMC/Empresas da ZI de Montalvo/IAPMEI

Prioridade: Elevada

Acção 2.2.2. Criar uma Bolsa de Projectos

Enquadramento: A Bolsa de Projectos, cuja gestão e actualização poderia incumbir ao Gabinete de Apoio Económico da Autarquia, seria uma rotina a gerir de forma dinâmica para recolha e publicitação de oportunidades de serviços a prestar de interesse social e económico, no domínio de uma economia de proximidade, dando respostas a necessidades locais e, em simultâneo, colmatando problemas de emprego. A gestão desta Bolsa fornecerá igualmente as orientações sobre como se poderá processar a actividade, crédito, recursos logísticos, formalidades diversas, no âmbito do Gabinete de Apoio Económico

Parcerias: CMC, IAPMEI

Prioridade: Elevada

Acção 2.2.3. Museu pedagógico e Centro Local de produtos e actividades tradicionais

Enquadramento: Mediante a recuperação e remodelação de um antigo lagar inserido no espaço de uma Quinta, propõe-se a criação de um espaço dedicado às temáticas ligadas às actividades e produtos tradicionais historicamente associados a Constância (envolvendo a participação de produtores e artesãos locais), com possibilidade de exposição, venda e consumo local dos produtos tradicionais, aberto ao acolhimento de turistas e visitantes de Constância, e com a musealização da zona do lagar.

A comercialização de produtos tradicionais e de artesanato, poderia efectuar-se, em quantidades limitadas aqui, ou, em alternativa, disponibilizar-se os contactos para a aquisição na origem desses produtos.

Este Centro poderia ampliar a sua atractividade incluindo ateliers de artesãos, pequena sala de exposições com meios audiovisuais, restaurante/ casa de chá, zonas de estar exteriores, instalações sanitárias, arrumos, etc.

Parcerias: CM Constância e produtores e artesãos aderentes ao Centro

Prioridade: Média-Elevada

Acção 2.2.4. Expansão da Zona Industrial de Montalvo – 4ª Fase

Enquadramento: A 4ª fase da Zona Industrial de Montalvo deverá, tanto quanto possível, orientar-se para o acolhimento de actividades portadoras de inovação à estrutura produtiva existente e estruturantes do futuro da economia do Concelho, o que, de algum modo, vem sendo alcançado pela atracção de alguns investimentos recentes, em novas actividades ainda não presentes na Zona Industrial .

Uma acção programada de atracção de novas actividades poderia conferir prioridade concelhia às ligadas às características da localização e estrutura produtiva da sub-região do Médio Tejo, numa linha estratégica de complementaridade e fecho da malha produtiva ou aprofundamento para juzante de fileiras produtivas sub-regionais (por ex: indústrias gráficas, indústrias da informação e da produção cultural em geral, produção audiovisual).

Parcerias: CMC

Prioridade: Elevada

Programa 2.3. Dinamização da actividade turística

Embora a situação actual revele uma grande distância entre o real e o potencial, o concelho de Constância alimenta expectativas de desenvolvimento turístico, em certos nichos de mercado e na riqueza do património e da paisagem.

Reconhecendo a importância deste sector para a dinamização da economia do Concelho, e a sua relevância para o emprego, interessa prosseguir o esforço de afirmação económica desta actividade, que está sendo já realizado com contribuição do Município.

Tendo em conta a diversidade de aspectos a cuidar e a especialidade de alguns, considerou-se o Turismo como **um dos Projectos Mobilizadores da estratégia de desenvolvimento de Constância**, justificando-se, neste contexto, que se considere como acção preliminar a elaboração de um Plano Estratégico.

Acção 2.3.1. Plano Estratégico para o Turismo

Enquadramento: Para consolidar o concelho de Constância como um destino turístico sustentável entende-se necessário elaborar um Plano Estratégico para esse sector, que equacione e dê soluções para alcançar os seguintes objectivos económicos principais:

- A melhoria da oferta turística actual, em particular, a que se traduz no incremento da oferta de alojamento e diversificação de oferta de actividades e serviços;
- A captação da procura transformando uma percentagem significativa dos visitantes (de menos de um dia) em turistas;
- O fomento da iniciativa empresarial e da abertura da população ao empreendedorismo relacionado com o turismo.

Tais objectivos deverão integrar, também, objectivos sócio-culturais (equilíbrios sociais e tradições) e ambientais (conservação da natureza e protecção dos recursos naturais), como fundamento da sustentabilidade do Plano.

Este Plano Estratégico deverá articular-se com os Planos e orientações estratégicas em matéria de turismo para a sub-região do Médio Tejo.

Parcerias: CMC, Associações Empresariais.

Prioridade: Média-Elevada

Acção 2.3.2 Implementar o e-Turismo

Enquadramento: Mesmo antes de qualquer Plano Estratégico importa começar a desenvolver uma marca diferenciada para o Concelho e um conjunto de serviços que garantam um melhor serviço e uma maior taxa de fidelização dos turistas que o visitam. Esta acção deve assentar num Portal de Turismo do Concelho, o qual se poderá e deverá alojar em Portais do Médio Tejo. Será uma plataforma multi-canal destinada a disponibilizar informação turística, cultural, de lazer e promocional, permitindo desde logo a interacção e o comércio de produtos turísticos através de um conjunto de canais alargados, tais como a Internet e as comunicações móveis. Poderá oferecer informações e serviços de, entre outras possibilidades:

- Posto de Turismo Virtual
- Central de Reservas
- Comércio on-line de produtos tradicionais
- Turismo de Lazer e Cultural
- Comunicação Social
- Portal Institucional

Parcerias: CMC, Comurb Médio Tejo, entidades públicas, associativas e privadas

Prioridade: Média-Elevada

Acção 2.3.3. Implementar um Guia de Oferta Turística e uma estrutura de atendimento de turistas e visitantes

Enquadramento: A criação de um Guia de Oferta Turística, incluindo um conjunto de informações úteis e de enquadramento cultural e histórico é indispensável para transmitir aos interessados a riqueza e diversidade dos recursos existentes, incluindo os que respeitam à gastronomia e alojamento, equipamentos de lazer e cultura, artesanato, áreas protegidas, empresas de animação e promoção, feiras, festas, romarias, zonas de caça, etc.

Além do Guia é indispensável disponibilizar aos interessados uma estrutura coerente e dinâmica que enquadre a presença e visitas dos turistas e excursionistas ao Concelho designadamente num Posto de Turismo de nova geração cuja localização preferencial deverá ser no centro histórico de Constância

Parcerias: CMC e instituições parceiras (hotelaria e restauração, associações, entidades de promoção científica e cultural.)

Prioridade: Elevada

Acção 2.3.4. Valorizar o “produto turístico” Rios Tejo e Zêzere e recursos de património e paisagem a ele associados em Constância

Enquadramento: Na sequência de diversos projectos e acções já concretizados junto ao Tejo ligados à paisagem, à náutica e ao lazer, importa prosseguir no caminho de valorização e integração turística de todos estes recursos, incluindo outros elementos, tais como a recuperação do património etnográfico e arqueológico existente junto ao rio e a sua integração em circuitos e rotas turísticas, envolvendo a criação de um corredor ecofluvial e envolvendo, também, o equipamento de apoio e a valorização e requalificação das praias fluviais e das povoações ribeirinhas.

Parcerias: A negociar entre a Câmara Municipal de Constância e Instituições interessadas

Prioridade: Média-Elevada

Eixo 3 . Constância Atractiva, para quem investe, trabalha e visita

O futuro de Constância reside na sua capacidade de atrair pessoas e investimentos produtivos ,o que obriga a reflectir sobre as condições que podem e devem suportar esse objectivo estratégico.

O presente eixo estratégico cruza ambições convergentes ligadas às motivações de quem usa o território de Constância e os Programas e acções previstas estão ligadas à requalificação urbana, ao completamento, manutenção e qualificação de infra-estruturas e à valorização territorial , para beneficiarem de forma generalizada residentes e não residentes.

Além dos utilizadores “individuais” há uma dimensão empresarial importante já que os recursos locativos associados às estruturas territoriais e ao dinamismo sociocultural constituem um dos factores de decisão mais relevantes e decisivos para a alocação de investimentos.

Cabe ainda na justificação deste eixo destacar o facto das acções aqui incluídas envolverem montantes financeiros avultados que pressupõe o envolvimento da Administração Central mas, ao mesmo tempo, apresentam capacidade de, a partir dos seus efeitos esperados, gerarem um retorno a médio prazo e garantirem a sustentabilidade dos projectos indicados. O investimento público terá um retorno disperso por entidades públicas, privadas e associativas e chegará às pessoas a partir da criação de oportunidades de emprego, reforço do orçamento familiar e da ampliação da auto-estima da comunidade.

Âmbito geográfico	Objectivos fundamentais	Programas Operacionais	Parcerias e lideranças
→ Abrange todo o Concelho enfatizando as áreas de urbanas e empresariais.	<ul style="list-style-type: none"> → Ampliar a capacidade de atractividade de Constância → Qualificar a estruturas de suporte à atracção de investimentos, residentes e visitantes 	<ul style="list-style-type: none"> → Requalificação e revitalização dos centros urbanos → Completamento, manutenção e modernização de redes infra-estruturais → Intervenções de valorização territorial 	<ul style="list-style-type: none"> → Câmara Municipal de Constância, → IHRU → Outras entidades públicas, privadas e associativas

Programa 3. 1. Requalificação e revitalização dos centros urbanos

Os tecidos urbanos são espaços de grande visibilidade e fundamentais na estruturação do quadro de vida de residentes e trabalhadores que aí constroem o seu quotidiano.

As patologias que afectam tais tecidos não são exclusivas de Constância mas terão de encontrar soluções adequadas à realidade local, em particular nas fórmulas a encontrar para qualificar espaços e ordenar os seus usos.

Acção 3.1.1. Plano de Urbanização de Constância

Enquadramento: A Vila de Constância, no processo de ajustamento aos novos desafios sociais, urbanos e económicos, necessita de dispôr de regras e orientações mais claras para se preparar para o futuro. Só nessas condições poderá crescer com qualidade e apresentar disponibilidade para acolher iniciativas inovadoras em domínios culturais, recreativos e económicos. Esta é a justificação para que se proceda à elaboração de um Plano de Urbanização.

Parcerias: CMC

Prioridade: Média

Acção 3.1.2. Oferta de habitação e outros espaços reabilitados no Centro Histórico

Enquadramento: Esta é uma acção que já foi desencadeada por parte da autarquia mas para a qual é fundamental garantir a continuidade seduzindo novos moradores e actividades para vivificar o centro histórico de Constância.

Parcerias: CMC, IHRU

Prioridade: Elevada

Acção 3.1.3. Valorização da Casa Memória de Camões e Jardim Horto Camoniano

Enquadramento: Torna-se necessário proceder à conclusão dos arranjos exteriores da Casa Memória e ao apetrechamento em termos de conteúdos literários e tecnológicos, mobiliário e informatização de todo o espaço, de forma a funcionar com o programa cultural adequado ao estudo camoniano através do seu Centro Internacional de Estudos Camonianos.

Torna-se necessário, remodelar e beneficiar o Jardim Horto de Camões criando instalações de apoio – reconstrução de edifícios existentes – para professores e público em geral. Estes equipamentos de cultura camoniana, únicos no País, funcionarão em articulação com o Centro de Ciência Viva, Parque Ambiental, Escola EB2/3 Luis de Camões, Biblioteca e Museu dos Rios e artes marítimas.

Parcerias: CMC, Associação da Casa-Memória de Camões

Prioridade: Elevada

Acção 3.1.4. Requalificação e Re-use das ex-escolas primárias e áreas envolventes

Enquadramento: Os espaços deixados disponíveis nas ex-escolas primárias permitem afectá-los a usos orientados para as comunidades onde se inscrevem (associações locais, por ex.). Devem ser analisados caso a caso sendo que num dos casos deve ser tido em consideração a importância da preservação da memória e promover no seu interior um espaço de musealização aproveitando os materiais ainda existentes e recorrendo aos objectos legados pelas famílias.

Parcerias: CMC

Prioridade: Elevada

Programa 3. 2. Modernização e ampliação de infra-estruturas

Completado o ciclo de infra-estruturação dos principais aglomerados do Concelho importa reparar e qualificar estes elementos a partir de uma concepção não de urgência (como antes) mas de desenvolvimento e preparação do trabalho para um renovado quadro de vida. Por isso este programa poderá implicar a introdução de novas infra-estruturas e equipamentos (designadamente associados aos fluxos de informação) mas também de requalificação e modernização do existente.

Acção 3.2.1. Colocação de ecopontos subterrâneos em todo o Concelho

Enquadramento: A melhoria do ambiente urbano pelos menores impactes visuais que esta modalidade de recolha e selecção de resíduos sólidos proporciona é o grande objectivo para a sua concretização rápida.

Parcerias: CMC, Grupo SUMA

Prioridade: Elevada

Acção 3.2.2. Ligação da rede de esgotos domésticos da zona de expansão de Constância à Estação Elevatória

Enquadramento: Envolve a remodelação da Estação Elevatória e o Emissário de Esgotos Zona Expansão de Constância / ETAR do CAIMA.

Parcerias: CMC e CAIMA

Prioridade: Elevada

Acção 3.2.3. Reservatório de água em Santa Margarida

Enquadramento: Justificado pela necessidade de aumentar a eficácia no abastecimento público face ao aumento demográfico.

Parcerias: CMC

Prioridade: Elevada

Acção 3.2.4. Rede de comunicação de alto débito

Enquadramento: Justificado pela necessidade de aumentar a a velocidade na transmissão de dados e viabilizar um conjunto de serviços prestados sobre Internet.

Parcerias: CMC, entidades prestadoras de sinal

Prioridade: Elevada

Programa 3. 3. Intervenções de valorização territorial

Este Programa incorpora um conjunto de acções que têm como factor agregador o facto de corresponderem a significativos saltos qualitativos na oferta de recursos territoriais.

Acção 3.3.1. Revisão do PDM

Enquadramento: Processo em curso mas fundamental para o desenvolvimento do território concelhio para os próximos 10 anos

Parcerias: CMC

Prioridade: Elevada

Acção 3.3.2. Construção de Açude Galgável no rio Zêzere

Enquadramento: Travessão no rio Zêzere criando um espelho de água permanente com cerca de 700 metros de extensão junto ao Centro Náutico,

Parcerias: CMC

Prioridade: Elevada

Acção 3.3.3. Agenda Local XXI

Enquadramento: A Agenda XXI Local é entendida aqui como um processo participativo, multissetorial, prosseguindo os objectivos da Agenda XXI a partir da preparação e implementação de um plano de acção de longo prazo dirigido às prioridades locais para o desenvolvimento sustentável, contemplando, por isso, algumas das acções recomendadas no presente Plano Estratégico. Deverá realizar-se em três fases: diagnóstico através da participação das comunidades locais e grupos de interesses; implementação do Plano de Acção; monitorização e revisão do Plano de Acção.

Parcerias: CMC

Prioridade: Elevada

Acção 3.3.4. Requalificação das margens do Tejo e do Zêzere

Enquadramento: Trata-se da realização da 3ª fase do POMTEZE, incluindo arranjos paisagísticos, zonas verdes tratadas, iluminação, ciclovia, caminhos pedestres, zonas de lazer e de estar, desde a zona de extracção de inertes até à Vila de Constância, criando condições para a criação de uma zona de pesca desportiva no rio.

Parcerias: CMC, Administração Central (INAG); CM Vila Nova da Barquinha

Prioridade: Elevada

Acção 3.3.5. Açude em Malpique

Enquadramento: Construção de açude para criação de um espelho de água ladeado por arruamento. Aproveitamento para actividades de lazer, turismo e como ponto de água durante a época de fogos florestais.

Parcerias: CMC

Prioridade: Elevada

Acção 3.3.6. Centro de Ciência Viva - 3ª fase

Enquadramento: Construção de auditório de apoio ao Centro de Ciência Viva e a outras actividades de âmbito científico, cultural ou formativo.

Parcerias: CMC

Prioridade: Elevada

Acção 3.3.7. Parque Aventura

Enquadramento: Criação de um espaço lúdico que reúna uma série de equipamentos de diversão e contribua para trazer a Constância novos visitantes e turistas.

Parcerias: CMC, Entidade exploradora do Parque.

Prioridade: Elevada

Acção 3.3.8. Desassoreamento dos rios Zêzere e Tejo

Enquadramento: Esta acção é fundamental para ampliar a navegabilidades nestes rios tornando-os crescentemente adequados para os desportos náuticos, ficando, porém, nas novas circunstâncias sujeita ao que vier a ser decidido em matéria de localização da futura barragem a construir neste trecho do Tejo.

Parcerias: CMC, INAG

Prioridade: Elevada

Acção 3.3.9. Requalificação do Museu dos Rios e das Artes Marítimas

Enquadramento: Sendo um museu inaugurado em 1998, dedicado à construção naval., tem por função conservar e divulgar as memórias dos tempos em que Constância vivia das actividades fluviais, em especial o transporte e a pesca. O rio Tejo foi até meados do século XX uma grande via de comunicação e comércio, permitindo um rápido escoamento das mercadorias essencialmente agrícolas (palha, cortiça, cereais, vinho...) destinadas a abastecer Lisboa. Nos rios Tejo e Zêzere sempre foram abundantes peixes como a fataça, o muge, a enguia, o sável e a lampreia. É essa memória que se pretende projectar no futuro através de um espaço museológico moderno e interactivo, funcionando de forma coerente com os demais espaços museológicos, culturais e científicos de Constância. Algumas das intervenções que parecem pertinentes são:

No plano de revitalização:

Diz respeito à exigência de um trabalho de recolha de artes e saberes tradicionais ligados aos rios culminando esse trabalho em novos materiais de exposição, documentários ou mesmo num catálogo relativo às artes da pesca e ao seu enquadramento cultural, social e urbano.

Ainda a integrar num programa de revitalização está a possibilidade de incentivar a constituição de uma rede de vilas e cidades com portos fluviais (designadamente no Tejo e seus afluentes)¹⁵, e dinamizando um corpo de conhecimentos e projectos com possibilidade de serem apoiados no âmbito do QREN.

A integração mais activa deste espaço museológico no projecto designado como multipolar, concebendo produtos museológicos mais atractivos e interactivos (envolvendo, por exemplo, percursos e actividades lúdicas e de observação nos rios).

Articulação com unidades de ciência e investigação (por exemplo, o Instituto Superior de Agronomia através do seu departamento de Arquitectura paisagista que tem desenvolvido um amplo trabalho sobre os corredores fluviais e o Centro de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa onde sempre se abordou o Tejo pela perspectiva do Planeamento e da Etnografia, entre outros).

No plano cultural pode ainda justificar-se a complementaridade com outros domínios artísticos ligados designadamente à escultura, pintura e instalações e promovendo ciclos de cinema e documentário associados aos rios e, de forma mais geral, à água.

No plano da modernização:

Destacam-se pelo menos três intervenções que poderiam colaborar no esforço de modernização do Museu dos Rios:

- A qualificação do espaço expositivo à luz das modernas concepções destes espaços
- A introdução de novas tecnologias aumentando as possibilidades de interacção com os visitantes no interior do espaço mas também permitindo “viajar” até ao exterior a partir de simples Câmaras Web instaladas em pontos estratégicos que ampliam o nosso olhar não só sobre o horizonte mas sobre as espécies que aproveitam os ecossistemas fluviais.
- Criação de um *website* atractivo e esclarecedor sobre o espólio, as actividades desenvolvidas e as estruturas locais de suporte à visita (alojamento, restauração, animação, etc.).

¹⁵ Aproveitando o importante trabalho de divulgação ao longo de muitos anos do Prof. Jorge Gaspar, autor do Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT).

Parcerias: CMC

Prioridade: Elevada

Acção 3.3.10. Parque Ambiental de Santa Margarida - 3ª Fase

Enquadramento: Criação de equipamento vocacionado para a sensibilização e educação ambiental onde se incluem novos conteúdos criando o circuito do ar, da água, da terra e da energia, assim como a concepção de um espaço de investigação, formação e divulgação na área do ambiente recorrendo às novas tecnologias. Pretende-se, igualmente, ampliar o parque, actualmente com 6 hectares, com apoios na área da



restauração e espaço livre coberto. Construção/instalação de equipamentos de carácter pedagógico vocacionados para a área de educação ambiental e turismo, Borboletário e Jardim árabe. Espacialmente coerente com os princípios que norteiam este equipamento está o Projecto que visa garantir a autonomia energética do Parque.

Parcerias: CMC, Administração Central

Prioridade: Elevada

Acção 3.3.11. Carta de Riscos naturais e tecnológicos

Enquadramento: O Concelho de Constância apresenta uma diversidade de particularidades físicas, tecnológicas e humanas (floresta, indústria, circulação de pesados, clima, etc.) que podem acarretar potenciais penalizações para pessoas e bens. No âmbito dos trabalhos de revisão do PDM foram considerados estes aspectos bem como na esfera de competência do serviço de protecção civil.

Atendendo à expectável intensidade de circulação de pesados, ao alargamento das áreas empresariais e ao acréscimo da actividade turística julga-se importante a concepção de um plano de avaliação e prevenção de riscos naturais e tecnológicos, que contemple ainda a vertente de monitorização, actualização e compatibilização entre as diversas entidades envolvidas.

Parcerias: CMC

Prioridade: Elevada

Programa 3. 4. Dinamização desportiva e socio-cultural

Este programa não pode ser situado exclusivamente no quadro da valorização do território já que o seu carácter transversal é evidente. Todavia, a capacidade de atracção destas actividades, mobilizando fluxos de visitantes e projectando a imagem de Constância para o exterior justifica a sua inclusão neste eixo orientado para Constância Atractiva. Para além destas vantagens óbvias existem outras que interessa reportar desde já incidindo sobre o uso e rentabilização do conjunto de equipamentos qualificados que o Concelho dispõe.

Acção 3.4.1. Dinamização do Centro Náutico no âmbito do Projecto do Parque Almourol

Enquadramento: Dar conteúdo funcional a este equipamento de qualidade e de grande relevância para a concretização das estratégias de desenvolvimento assumidas para o Concelho torna-se uma tarefa incontornável e urgente. O apoio às actividades a desenvolver nos planos de água será, em paralelo com as respostas que prestará no interior das instalações, a sua grande mais valia.



Parcerias: Parque Almourol

Prioridade: Elevada

Acção 3.4.2. Valorização do Património Arqueológico

Enquadramento: Realização de estudos e outras iniciativas relacionadas com a protecção, conservação e valorização do património arqueológico, em particular, a Quinta do Alcolobre e a Estação Arqueológica do Chão da Bica mas também num alargado conjunto de lugares com interesse neste domínio.

Parcerias: CMC, Instituições de ensino superior e investigação

Prioridade: Média-Elevada

Acção 3.4.3. Implementar estratégias de Marketing Territorial do concelho de Constância junto de mercados específicos

Enquadramento: Desenvolver inovadoras estratégias de Marketing Territorial dirigidas a investidores, turistas, visitantes, a identificar no quadro do Plano Estratégico de Turismo e ainda no Gabinete de Apoio Económico, atrás propostos

Parcerias: CMC e empresas e entidades ligadas ao turismo

Prioridade: Elevada

Acção 3.4.4. Inventariação dos recursos culturais materiais e imateriais do Concelho

Enquadramento: A dispersão dos recursos potencialmente mobilizáveis para o desenvolvimento (e não só turístico) torna “imperioso e urgente” que se actualize o Inventário concelhio e se identifiquem os recursos existentes e potenciais.

Parcerias: CMC

Prioridade: Elevada

Acção 3.4.5. Programação anual e em rede dos equipamentos culturais e científicos do Concelho e criação de produtos combinados turísticos, culturais e desportivos

Enquadramento: A densificação de equipamentos de índole cultural e científica faz crescer a responsabilidade na criação de sinergias entre eles, dando-lhes uma importância que sós não conseguirão, mas determinando uma crescente necessidade de programar concertadamente as suas actividades, articulando e combinando os recursos existentes para formarem produtos que seduzam famílias, indivíduos e outros públicos-alvo.

Um dos domínios a contemplar é o da integração das agendas e programação do Museu dos Rios, Museu de Vasco de Lima Couto, Biblioteca Alexandre O’Neil, Associação Casa Memória de Camões, Jardim Horto de Camões, Cine-Teatro Municipal de Constância, Estação Arqueológica do Alcolobre, Parque ambiental; Centro Ciência Viva. Esta integração concretizará a criação do “*Museu Multipolar de Constância*” adequando os recursos patrimoniais existentes aos conceitos de museologia actual, isto é, dando-lhe variedade, riqueza temática e maior proximidade à memória local enquadrada nos seus contextos originais sociais e territoriais

Parcerias: CMC, Entidades científicas e culturais do Concelho

Prioridade: Elevada

Acção 3.4.6. Construção do Campo de Futebol Municipal

Enquadramento: Um campo de grande jogos é um equipamento marcante para qualquer território porque a sua dimensão transforma-o numa referência urbana mas também porque oferece oportunidades para a prática desportiva (e nessa medida para a promoção da inclusão, dos valores da cidadania e dos hábitos de vida saudáveis) a que acresce o efeito de polarização que exerce em determinados momentos da vida colectiva.

No caso das instalações existentes verificavam-se limitações importantes que, muito embora não tenham impedido que se continue a mobilizar mais de 50 jovens para uma prática regular e federada, dificultam a sua utilização de forma mais qualificada.

Há, então, uma dupla motivação para a concretização deste projecto envolvendo uma dimensão de valorização territorial e urbana, porque se trata de um objecto de grande visibilidade e, por outro, envolve uma dimensão social, pela ampliação das oportunidades que proporciona no campo desportivo e do lazer. Sublinhe-se, em especial, as renovadas oportunidades que abre no campo da formação e ocupação de tempos livres para os jovens até aos 15 anos.

Acresce ainda que a programação de equipamentos definida na revisão do Plano Director Municipal de Constância, em curso, sugere um ligeiro acréscimo da superfície desportiva útil o que está em linha com esta acção que prevê um campo de futebol com relvado sintético.

Parcerias: Câmara Municipal de Constância

Prioridade: Elevada

Eixo 4. Constância Moderna, oferecendo ao cidadão serviços modernos e eficientes

Todas as estratégias de modernização apresentam grande dependência das estruturas político-administrativas que enquadram a vida social e económica no território. Dito de outra forma assumem aqui especial destaque a capacidade de resposta e eficácia que as entidades presentes forem capaz de oferecer, designadamente, nos domínios serviços municipais ou mesmo no campo das actividades económicas e sociais de natureza associativa e privada.

Este Eixo Estratégico visa entre outros objectivos estimular a participação dos cidadãos na vida pública a partir de uma maior abertura e facilitação de relacionamento entre as estruturas municipais e a comunidade.

A modernidade e eficiência exige, para além disso, a disponibilização de um conjunto de informação actualizada e espacializada capaz de apoiar a gestão estratégica e operacional. Os fluxos de informação interna ao Município devem, por isso, ser ajustados a esta necessidade, garantindo a fiabilidade do sistema de informação a conceber.

Ainda no âmbito da Constância Moderna justifica-se uma reflexão em torno do avanço para a adopção das “ferramentas” próprias da Sociedade do Conhecimento e das parcerias a estabelecer com entidades públicas, privadas ou associativas nos diversos âmbitos, conferindo à autarquia a capacidade de intervenção nesse processo e sua penetração nos mais variados âmbitos da realidade municipal ao mesmo tempo que confere uma maior responsabilização à sociedade civil na sua utilização.

Âmbito geográfico	Objectivos fundamentais	Programas Operacionais	Parcerias e lideranças
<ul style="list-style-type: none"> → Cobre todo o Concelho → Abrange todas as áreas de intervenção do município. 	<ul style="list-style-type: none"> → Criação de condições para o Desenvolvimento da Sociedade do Conhecimento → Melhoria dos serviços prestados → Promoção da qualificação e eficiência em domínios relevantes da actividade administrativa municipal 	<ul style="list-style-type: none"> → Estímulo à utilização de novas tecnologias → Desenvolvimento Organizacional 	<ul style="list-style-type: none"> → Câmara Municipal → Associações → Empresas públicas → Juntas de Freguesia → Outros que se venham a revelar oportunos

Programa 4.1. Estímulo à utilização de novas tecnologias

O combate à info-exclusão é um dos maiores desafios que se coloca ao desenvolvimento das áreas de baixa densidade. Procura-se por isso, em primeira linha, promover a sensibilização para a importância da utilização das novas tecnologias, criando condições adequadas, de grande visibilidade e de fácil e frequente acesso pelos cidadãos, visando a mobilização da sociedade civil para o desenvolvimento e aproveitamento das oportunidades que coloca a sociedade da informação. Em termos específicos os objectivos são:

- O fomento da cidadania e da participação pública a nível regional e/ou local;
- A sensibilização de segmentos especialmente importantes no contrariar da info-exclusão para combater as desigualdades espaciais e sociais
- Criar novas oportunidades de promoção do Concelho e da Região.

No caso concreto das estratégias sectoriais para a inserção de Constância na Sociedade do Conhecimento anuncia-se um desafio que envolve profundamente os grandes projectos mobilizadores e as actividades relevantes para o futuro desenvolvimento concelhio, isto é, o Turismo, os Transportes (mobilidade sustentável), a Educação e Formação.

De facto, a estratégia de actuação em matéria de meios e sistemas de apoio ao Turismo e à promoção turística por parte do Município, no contexto geral das iniciativas públicas e privadas para impulsionar a imagem turística do Concelho, envolve a criação, manutenção e utilização vulgarizada de ferramentas TIC (*web*) e edição de materiais (folhetos), que alimentem o funcionamento corrente das estruturas municipais de promoção (Posto de Turismo, Gabinete de Apoio Empresarial).

Os Transportes e a sua expressão em matéria de mobilidade sustentável levaram a identificar, também, a necessidade de implementar um conjunto de acções que concretizam um Programa de mobilidade sustentável para Constância, que deve contemplar as deslocações de maior peso no Concelho - as deslocações escolares e as deslocações casa-trabalho - e que deve ser apoiado por instrumentos de informação aos utilizadores com recurso a modernas tecnologias de comunicação e informação.

Em matéria de Educação e Formação torna-se evidente a necessidade de apetrechar as instituições e os formandos, com meios e conhecimentos que os habilitem a utilizar à vontade as Tecnologias da Informação, como ferramentas da Sociedade do Conhecimento.

Acção 4.1.1. Formação em TIC orientada para as necessidades locais

Enquadramento: O desenvolvimento recente das TIC e a sua disponibilização generalizada levaram a uma alteração profunda das actividades económicas e sociais, com impacto na qualidade de vida dos cidadãos. Neste contexto, o acesso às TIC e as competências para a sua utilização são um factor diferenciador das oportunidades sociais da maior importância na actualidade, que, tanto servem objectivos económicos empresariais como objectivos sociais.

O desenvolvimento recente das TIC e a sua disponibilização generalizada nas empresas, com impacto no seu funcionamento, implica o acesso às TIC e a competências para a sua utilização como factor diferenciador das oportunidades económicas da maior importância para a competitividade das empresas.

As TIC são também um instrumento poderoso de inclusão social que abrem novos horizontes a políticas e acções de inclusão. Assim, estas tecnologias podem e devem ser simultaneamente um factor de coesão social e de combate à exclusão. Os projectos de Inclusão e Acessibilidade por via das TIC dirigidos aos grupos em risco de exclusão (idosos, mulheres, deficientes, ...) constituem acções fundamentais e urgentes de promoção da cidadania

Parcerias: CMC, Juntas de Freguesia, Entidades formadoras, Voluntariado

Prioridade: Elevada

Acção 4.1.2. Acções de promoção, sustentação e actualização nas TIC

Enquadramento: Para manter vivo e fazer alastrar o interesse pelas tecnologias da informação e comunicação é necessário estabelecer dispositivos de promoção, sustentação/disponibilização e actualização, com destaque para:

- A organização de eventos “Internet Party”, isto é, a promoção de um conjunto de acontecimentos on-line, de carácter público, lúdico e científico envolvendo a generalidade das comunidades locais.
- O fomento da presença no ciberespaço mobilizando instituições e empresas para criar uma dinâmica de fundo, abrindo a possibilidade de criar no momento da Iparty a eleição do melhor website do Concelho, considerando a apresentação, inovação e funcionalidades. A Blogosfera poderá ser incluída ou autonomizar-se neste evento.
- A criação de Hotspots de acesso à internet em espaços de referência (Associações, Juntas de freguesia, biblioteca, espaços públicos) dando

condições para o acesso wireless à Internet favorecendo o uso do espaço público e estimulando o recurso às novas tecnologias.

Parcerias: Associações, individuais, CMC, Empresas

Prioridade: Média-Elevada

Acção 4.1.3. Escolas em Rede

Enquadramento: Esta acção tem por objectivo ligar as escolas do Concelho em Rede dotando-as de smartboards e computadores pessoais, com relevância para as ligações com instituições académicas, culturais e científicas de Constância e do Médio Tejo, promovendo acontecimentos on-line.

Parcerias: Escolas, CMC

Prioridade: Elevada

Programa 4. 2. Desenvolvimento Organizacional

Os novos desafios que se colocam ao Município de Constância reclamam agilidade de resposta aos Munícipes na sequência da série de alterações legislativas no quadro do ordenamento, urbanização, licenciamento, etc.

Por outro lado coloca-se, como se evidenciou, a necessidade de aprofundamento da intervenção do Município em áreas ligadas ao desenvolvimento económico-social, ao turismo, ao património, à cultura, ao ambiente, justificando a actualização do modelo organizacional do Município, ou de alguns dos seus departamentos, com óbvio recurso às modernas tecnologias da informação.

Acção 4.2.1. Arquivo municipal

Enquadramento: Dotar o arquivo municipal de tecnologias e equipamento moderno que exponencie o seu potencial efectivo e a sua utilidade para os cidadãos e instituições.

Parcerias: CMC

Prioridade: Média-Elevado

Acção 4.2.2. Constância Interactiva

Enquadramento: Esta acção destina-se a colocar on-line informação georeferenciada e estatisticamente actualizada, sobre o território, os equipamentos, as infraestruturas, os sectores económicos (agricultura e florestas, indústria, turismo, transportes, serviços em geral) e o ambiente, bem como outra informação conjuntural (eventos) relevante para os residentes e visitantes do Concelho. Trata-se de uma acção que potencia, também, as descritas no Programa precedente sobre o estímulo à utilização de novas tecnologias.

Parcerias: CMC

Prioridade: Elevada

Acção 4.2.3. Balcão on-line

Enquadramento: A criação de um balcão virtual é uma importante alavanca, quer para a modernização dos serviços, quer para prestar uma resposta mais eficaz às exigências de cidadãos, associações e empresas.

A busca de uma maior qualidade e celeridade no atendimento às solicitações torna as organizações do governo local mais ágeis e atentas às necessidades sendo este balcão virtual um complemento importante ao atendimento presencial, visando reduzir os custos financeiros e sociais da deslocação à Câmara Municipal e Juntas de Freguesia, melhorando assim a acessibilidade dos cidadãos aos serviços municipais; a eficácia e eficiência na gestão da informação e dos processos; articulando os vários níveis da Administração Pública Local rentabilizando recursos e descentralizando competências aproximando-a decisivamente do cidadão.

Parcerias: CMC

Prioridade: Elevada

Eixo 5. Constância Integrada, num quadro de solidariedade regional visando o desenvolvimento equilibrado

Existem circunstâncias diversas que apelam para o reforço das relações do Concelho com âmbitos territoriais superiores. Desde logo o PROTOVT e a existência da Comurb do Médio Tejo. Por outro lado, Projectos multimunicipais como o Parque Almourol alimentam a pertinência deste eixo estratégico.

A solidariedade regional constitui, actualmente, um veículo importante de afirmação dos territórios, permitindo aprofundar a valorização das suas complementaridades, no aproveitamento de recursos, na junção de experiências e na criação de massa crítica para certas iniciativas.

No território do Médio Tejo, onde Constância ocupa uma posição geográfica única de equidistância aos centros urbanos (Torres Novas, Entroncamento, Tomar, Abrantes), existem diversas oportunidades de valorização em comum de recursos ligados ao rio Tejo, à paisagem, ao património e cultura e à experiência comum em certas actividades agrícolas e industriais.

Constância, pela sua dimensão, ganhará com um posicionamento activo nas instâncias de âmbito sub-regional intervenientes nos processos de desenvolvimento económico e social, através da Associação de Municípios, e, também, através da participação activa noutras plataformas temáticas ou sectoriais.

O âmbito geográfico deste eixo é, naturalmente, a sub-região do Médio Tejo e os programas para preencher os objectivos de difusão da imagem atractiva e solidária de Constância deverão cobrir aspectos socioeconómicos, patrimoniais, culturais e ambientais.

Âmbito geográfico	Objectivos fundamentais	Programas Operacionais	Parcerias e lideranças
<ul style="list-style-type: none"> → A cobertura natural será o território do Médio Tejo → A cobertura específica dependerá de cada programa ou projecto 	<ul style="list-style-type: none"> → Reforçar a coesão no Médio Tejo → Dar a conhecer Constância como Município regionalmente solidário; → Assumir a sub-região como interlocutor válido 	<ul style="list-style-type: none"> → Melhorar a acessibilidade regional através de Constância → Assegurar a coesão socioeconómica e territorial no Médio Tejo → Implementar os instrumentos de um sistema de Planeamento e Programação integrada de infra-estruturas e equipamentos públicos sub-regionais. 	<ul style="list-style-type: none"> → CM de Constância → Demais Autarquias no âmbito da AMMT → EP → REFER

Programa 5. 1. Melhorar a acessibilidade regional através de Constância

Em termos de acessibilidades o concelho de Constância, com posição central na Sub-região do Médio Tejo, é fortemente assimétrico. Os níveis satisfatórios de acessibilidade ao território a Norte do Tejo não são correspondidos pelo que sucede no território concelhio a Sul do Tejo, o que têm contribuído para um certo isolamento e entrave ao desenvolvimento dessa parte do Concelho, registando-se até, com a situação de impedimento da ponte de Constância, um agravamento das condições de funcionamento do transporte no que toca ao transporte inter - concelhio.

O concelho de Constância é afectado pela falta de articulação das redes rodoviárias nacionais e regionais modernizadas e pela secundarização da exploração ferroviária das Linhas da Beira Baixa e do Leste no contexto da modernização ferroviária e introdução da Alta Velocidade.

Acção 5.1.1. Reabilitação da ponte sobre o Tejo em Constância

Enquadramento: Constância tem sido historicamente penalizada pela difícil relação que tem existido com os territórios a Sul do Concelho explicada pela ausência de uma ligação adequada, funcional e fluida entre as duas margens do Tejo em virtude das limitações da ponte existente. Esta realidade não só tem consequências negativas actuais como poderá contribuir para o seu agravamento com o desenvolvimento futuro dos tráfegos.

A solução de recurso existente apresenta, como é reconhecido, problemas graves quer infra-estruturais, quer funcionais pelo que se torna inadiável a concretização de uma nova solução de reabilitação e reforço da ponte existente, cuja conservação compete aos Municípios mas cujo reforço estrutural e eventual alargamento cabe equacionar tecnicamente ao nível da Administração Central e das empresas públicas REFER e EP.

Acrescente-se que a reabilitação desta infra-estrutura se torna tanto mais justificada quanto se protelar, ou puser de lado, a alternativa de uma nova travessia que constou do PRN2000.

Parcerias: Administração Central, EP e REFER

Prioridade: Elevada

Acção 5.1.2. Ligação EN118- A23 (Constância)

Enquadramento: Esta variante esteve incluída no PNR2000 e integrava uma nova travessia do Tejo a ligar a A23 à EN118. Trata-se de uma via de grande importância para o escoamento de todo o tráfego que, das zonas do Norte do Médio Tejo (Tomar, Vila Nova da Barquinha, Constância) pretenda demandar as zonas ribeirinhas da margem esquerda do Tejo (Chamusca, Alpiarça, Almeirim), importância acrescida com o previsto transporte de resíduos para os CIRVER criados na Chamusca.

Parcerias: Administração Central, EP

Prioridade: Elevada

Acção 5.1.3. Ligação de Pereira à Chamusca (Eco-Parque) e à EN118

Enquadramento: É indiscutível que no Eco-Parque do concelho da Chamusca se está progressivamente a constituir uma centralidade, específica é certo, mas com uma capacidade evidente e amplamente divulgada, de atracção de novas oportunidades de emprego, investimento, construção, etc.. A proximidade geográfica da localidade da Pereira a esse foco de crescimento económico exige as medidas adequadas que lhe permitam vir a beneficiar das vantagens daí decorrentes para o desenvolvimento.

Na actualidade, existindo uma proximidade geográfica entre os dois locais não existe, de facto, uma relação directa em termos viários (exige um percurso de quase 20 km que dura cerca de meia-hora a ser cumprido). Esta situação de grande penalização para Pereira e, por arrastamento, para todo o concelho de Constância será, em grande medida, reparada com a nova ligação viária com início na Estrada Nacional 118 em direcção ao Campo Militar, inflectindo aí à direita passando junto à localidade da Pereira com destino ao Eco-Parque do

Relvão, no concelho da Chamusca. Como se pode verificar há ainda, a partir desta acção, benefícios evidentes para a acessibilidade intra-concelhia, pelo que se justifica uma prioridade elevada para o projecto.

Parcerias: Câmara Municipal de Constância, Câmara Municipal da Chamusca

Prioridade: Elevada

Programa 5. 2. Contribuir para o reforço da coesão no Médio Tejo

A cooperação entre concelhos constitui um dos vectores de reforço da coesão no Médio Tejo e é uma exigência óbvia, face à existência de uma massa demográfica que ronda os 250 mil indivíduos. A evolução recente, apesar de algumas experiências encetadas (Valtejo, Parque Almourol), mostra alguma escassez de esforços, incluindo-se no presente programa diversas acções, algumas simples de realizar e que se inscrevem mais adequadamente na vocação promotora do Município de Constância, e outras, que pressupõem a concertação permanente dos vários Municípios no planeamento e programação do seu futuro.

De facto, existe uma crescente necessidade de avançar na sub-região do Médio Tejo para criar e pôr em marcha instrumentos que permitam internalizar na sub-região capacidades de planear, programar e monitorizar os seus investimentos, nos domínios das infraestruturas e equipamentos, conferindo aos Municípios e às instâncias que os representam (AMMT) meios reforçados de diálogo técnico e negociação com instâncias do Governo Central ou da União Europeia, assim como com outras entidades, nomeadamente concessionárias de serviços públicos.

Acção 5.2.1. Organizar actividades desportivas, culturais e turísticas de âmbito supramunicipal

Enquadramento: Organizar actividades desportivas, culturais e turísticas de âmbito supramunicipal, implementando, entre outros, projectos ligados às vocações e recursos concelhios nos domínios do Turismo (projecto turístico de um Festival centrado na temática da água e do rio Tejo), do Desporto (competições também relacionadas com os desportos náuticos e a pesca), do Ambiente (novas iniciativas no Parque Ambiental com carácter inter-concelhio) e, igualmente, da Cultura e do Conhecimento, aproveitando os equipamentos culturais do Concelho e o centro de Ciência Viva (Festivais de Teatro itinerantes, exposições itinerantes, etc). Trata-se, sobretudo, de organizar eventos promotores da realidade sub-regional e da

percepção das especificidades concelhias, cuja preparação terá que ser articulada com os responsáveis municipais e com alguns actores locais.

Parcerias: Câmaras Municipais do Médio Tejo, Comurb Médio Tejo, entidades dinamizadoras da participação pública

Prioridade: Elevada

Acção 5.2.2. Apoiar a implementação de um SIG de âmbito intermunicipal de apoio à gestão e monitorização das principais infra-estruturas do Médio Tejo

Enquadramento: Trata-se de fazer participar o Município de Constância nas acções e projectos, em preparação ou em curso, para melhoria/modernização dos sistemas de informação geográfica no Médio Tejo.

Parcerias: Comurb Médio Tejo

Prioridade: Elevada

Acção 5.2.3. Plano de Mobilidade do Médio Tejo

Enquadramento: As deslocações nos modos rodoviário e ferroviário no Médio Tejo e os sistemas de transporte colectivo que servem a generalidade dos concelhos carecem de ser repensados no quadro de um novo Plano de Mobilidade que tenha em conta a evolução económica dos principais pólos de actividade e os recentes investimentos nas redes de infra-estruturas logísticas e de transporte. Importa em particular equacionar a situação do serviço ferroviário e do serviço de transporte colectivo de passageiros.

Parcerias: Comurb Médio Tejo

Prioridade: Elevada

Acção 5.2.4 Rede Cultural e etnográfica do Médio Tejo

Enquadramento: Criar uma rede integrada de centros de dinamização cultural na sub-região do Médio Tejo, orientados para a identificação, valorização e dinamização de todos os elementos relevantes do património cultural, quer edificado quer não edificado, e elementos relevantes da tradição popular expressa nas actividades tradicionais agrícolas e industriais, nos festejos populares, na gastronomia e doçaria, etc.

A valorização e promoção destes recursos na parte que respeita ao concelho de Constância, poderá ser potenciada, através da articulação em rede com outros municípios, apoiada pelas estruturas de promoção do turismo e património cultural do Médio Tejo.

Parcerias: A estabelecer no âmbito da Comurb Médio Tejo

Prioridade: Média-Elevada

Acção 5.2.5 Projecto inter-concelhio de prevenção e luta contra incêndios

Enquadramento: Este projecto pretende criar mecanismos de colaboração e coordenação interconcelhia para a prevenção e luta contra os incêndios florestais, criar e melhorar determinadas infra-estruturas.

Parcerias: A estabelecer com os concelhos florestais vizinhos, no âmbito da Comurb Médio Tejo

Prioridade: Média-Elevada

Acção 5.2.6 Projecto inter-concelhio de Protecção, Valorização e Dinamização do Património Natural e Paisagístico

Enquadramento: Complementando a protecção passiva das áreas e valores naturais, que se baseia (e muitas vezes se esgota) na publicação de Decretos e na fiscalização administrativa e remota das actividades a desenvolver no território, importa ao nível de toda a sub-região, promover a valorização e dinamização do património natural e paisagístico.

Propõe-se que seja concluído o levantamento e reconhecimento dos recursos e património natural, e desenvolvidas acções que potenciem o seu aproveitamento sustentado, em benefício da qualidade de vida das populações.

Entre tais acções destacam-se as de (i) Protecção do património paisagístico - efectuando o levantamento dos valores e degradações paisagísticas, estabelecendo e implementando normas de protecção dos valores e correcção ou reversão das degradações, protegendo e divulgando os pontos de vista panorâmicos mais relevantes (ii) Educação e sensibilização ambiental - desenvolvendo acções e práticas de educação e sensibilização ambiental, inseridas na vivência quotidiana dos cidadãos de forma a tornar progressiva, espontânea e total a sua integração e adesão (iii) Constituição de Bolsas Voluntariado e envolvimento da Acção Social orientadas para a valorização e aproveitamento sustentável destes recursos.

Parcerias: A estabelecer com os concelhos florestais vizinhos, no âmbito da Comurb Médio Tejo

Prioridade: Média-Elevada

4.3 SÍNTESE DOS PROGRAMAS E ACÇÕES POR EIXOS ESTRATÉGICOS

Nos quadros adiante sintetizam-se, por eixos estratégicos, os programas e acções atrás descritos.

Quadro Síntese - Eixos, Programas e Acções

Eixos de Desenvolvimento	Programas	Acções
Eixo 1. Constância Solidária, Aprofundar a Coesão Social e Territorial	Programa 1.1. Ampliação da rede de equipamentos sociais	<i>Acção 1.1.1. Construção do Lar de 3ª idade em Santa Margarida e do Centro de Dia em Montalvo</i>
		<i>Acção 1.1.2. Construção dos Centros Educativos (Constância, Montalvo e Santa Margarida da Coutada)</i>
		<i>Acção 1.1.3. Requalificação da Extensão do Posto Médico em Montalvo</i>
		<i>Acção 1.1.4. Construção da Piscina Municipal descoberta em Santa Margarida da Coutada</i>
		<i>Acção 1.1.5. Construção de um espaço verde público (jardim) em Constância</i>
		<i>Acção 1.1.6. Beneficiação e remodelação de parques infantis no Concelho</i>
		<i>Acção 1.1.7. Remodelação a secção de Santa Margarida do Quartel de Bombeiros</i>
		<i>Acção 1.1.8. Construção de um novo cemitério em Constância e ampliação do da Portela</i>
	Programa 1.2. Emprego, Formação e Qualificação dos recursos humanos	<i>Acção 1.2.1. Contrato local de Desenvolvimento Social (CLDS)</i>
		<i>Acção 1.2.2. Dinamização de actividades inovadoras de complemento curricular</i>
		<i>Acção 1.2.3. Apoiar a criação de empresas de inserção com efeito de demonstração</i>
		<i>Acção 1.2.4. Activar as ILE e CPE</i>
		<i>Acção 1.2.5. Adequar a oferta de formação às necessidades do Concelho</i>
		<i>Acção 1.2.6. Reconhecer, validar e certificar competência no âmbito da Iniciativa Novas Oportunidades</i>
	Programa 1.3. Melhoria do quadro de vida, solidariedade e coesão social	<i>Acção 1.3.1. Promoção de habitação social</i>
		<i>Acção 1.3.2. Constituição de uma Bolsa de Voluntariado</i>
<i>Acção 1.3.3. Apoio Técnico e Formativo ao Associativismo</i>		
<i>Acção 1.3.4. Reforço dos eventos culturais e desportivos inter-freguesias</i>		
Programa 1.4. Promoção da mobilidade local	<i>Acção 1.4.1. Eliminação de barreiras arquitectónicas nos espaços e edifícios públicos do Concelho</i>	
	<i>Acção 1.4.2. Requalificação de arruamentos municipais</i>	
	<i>Acção 1.4.3. Concepção/Construção de percursos pedonais e cicláveis</i>	
	<i>Acção 1.4.4. Reforçar o transporte colectivo rodoviário e a integração com o transporte ferroviário</i>	
Eixo 2 . Constância Competitiva numa economia aberta, dinâmica e diversificada	Programa 2. 1. Valorização de recursos energéticos, poupança de energia e combate à poluição	<i>Acção 2.1.1. Plano Municipal de Defesa da Floresta</i>
		<i>Acção 2.1.2. Central a Biomassa Florestal e biorefinaria de derivados de madeira</i>
		<i>Acção 2.1.3. Aproveitamento de energia solar, poupança energética e redução de emissão de gases com efeito de estufa</i>
		<i>Acção 2.1.4 Acompanhamento dos projectos de aproveitamento de energia hídrica</i>
	Programa 2.2. Apoio ao dinamismo empresarial	<i>Acção 2.2.1. Estruturar um Gabinete de Apoio Económico da Autarquia</i>
		<i>Acção 2.2.2. Criar uma Bolsa de Projectos</i>
		<i>Acção 2.2.3 Museu Pedagógico e Centro Local de produtos e actividades tradicionais</i>
		<i>Acção 2.2.4. Expansão da Zona Industrial de Montalvo – 4ª fase</i>
	Programa 2.3. Dinamização da actividade turística	<i>Acção 2.3.1. Plano Estratégico para o Turismo</i>
		<i>Acção 2.3.2. Implementar o e-Turismo</i>
		<i>Acção 2.3.3. Implementar um Guia da Oferta Turística e uma estrutura de atendimento de turistas e visitantes</i>
		<i>Acção 2.3.4. Valorizar o “produto turístico” Rio Tejo e recursos de património e paisagem a ele associados em Constância</i>

(cont.)

Eixo 3 . Constância Atractiva, para quem investe, trabalha e visita	Programa 3. 1. Requalificação e revitalização dos centros urbanos	Acção 3.1.1. Plano de Urbanização de Constância
		Acção 3.1.2. Oferta de habitação e outros espaços reabilitados no Centro Histórico
		Acção 3.1.3. Valorização da Casa Memória de Camões e Jardim Horto Camoniano
		Acção 3.1.4. Requalificação e Re-use das ex-escolas primárias e áreas envolventes
	Programa 3. 2. Modernização e ampliação de infra-estruturas	Acção 3.2.1. Colocação de ecopontos subterrâneos em todo o Concelho
		Acção 3.2.2. Ligação da rede de esgotos domésticos da zona de expansão de Constância à Estação Elevatória
		Acção 3.2.3. Reservatório de água em Santa Margarida
		Acção 3.2.4. Rede de comunicação de alto débito
	Programa 3.3. Intervenções de valorização territorial	Acção 3.3.1. Revisão do PDM
		Acção 3.3.2. Construção de Açude Galgável no rio Zêzere
		Acção 3.3.3. Agenda Local XXI
		Acção 3.3.4. Requalificação das margens do Tejo e Zêzere
		Acção 3.3.5. Açude em Malpique
		Acção 3.3.6. Centro de Ciência Viva - 3ª fase
		Acção 3.3.7. Parque Aventura
		Acção 3.3.8. Desassoreamento dos rios Zêzere e Tejo
		Acção 3.3.9. Requalificação do Museu dos Rios e das Artes Marítimas
		Acção 3.3.10. Parque Ambiental de Santa Margarida – 2ª Fase
		Acção 3.3.11. Carta de Riscos naturais e tecnológicos
Programa 3. 4. Dinamização desportiva e socio-cultural	Acção 3.4.1. Dinamização do Centro Náutico no âmbito do Projecto do Parque Almourol	
	Acção 3.4.2. Valorização do Património Arqueológico	
	Acção 3.4.3. Implementar estratégias de Marketing Territorial do concelho de Constância junto de mercados específicos	
	Acção 3.4.4. Inventariação dos recursos culturais materiais e imateriais do Concelho	
	Acção 3.4.5. Programação anual e em rede dos equipamentos culturais e científicos do Concelho e criação de produtos combinados turísticos, culturais e desportivos	
	Acção 3.4.6. Construção de Campo Municipal	
Eixo 4. Constância Moderna, oferecendo ao cidadão serviços modernos e eficientes	Programa 4. 1. Estímulo à utilização de novas tecnologias	Acção 4.1.1. Formação em TIC orientada para as necessidades locais
		Acção 4.1.2. Acções de promoção, sustentação e actualização nas TIC
		Acção 4.1.3. Escolas em Rede
Programa 4. 2. Desenvolvimento Organizacional	Acção 4.2.1. Arquivo municipal	
	Acção 4.2.2. Constância Interactiva	
	Acção 4.2.3. Balcão on-line	
Eixo 5. Constância Integrada, num quadro de solidariedade regional visando o desenvolvimento equilibrado	Programa 5. 1. Melhorar a acessibilidade regional através do concelho de Constância	Acção 5.1.1. Reabilitação da ponte sobre o Tejo em Constância
		Acção 5.1.2. Ligação EN 118-A 23 (Constância)
		Acção 5.1.3. Ligação da Pereira à Chamusca (Eco-Parque) e à Estrada Nacional 118
Programa 5. 2. Contribuir para o reforço da coesão no Médio Tejo.	Acção 5.2.1. Organizar actividades desportivas, culturais e turísticas de âmbito supramunicipal	
	Acção 5.2.2. Apoiar a implementação de um SIG de âmbito intermunicipal de apoio à gestão e monitorização das principais infra-estruturas do Médio Tejo	
	Acção 5.2.3. Plano de Mobilidade do Médio Tejo	
	Acção 5.2.4. Rede Cultural e etnográfica do Médio Tejo	
Acção 5.2.5. Projecto inter-concelhio de prevenção e luta contra incêndios	Acção 5.2.6. Projecto inter-concelhio de Protecção, Valorização e Dinamização do Património Natural e Paisagístico	

5. COERÊNCIA EXTERNA

5.1. Programa Operacional da Região Centro

As Linhas Estratégicas de Desenvolvimento identificadas e os projectos previstos revelam uma forte pertinência e oportunidade quando analisados à luz da visão estratégica e dos objectivos globais e específicos de desenvolvimento previstos para a região Centro, consubstanciados no Programa Operacional da Região Centro (PORC).

De modo inverso, o modelo que se pretende aplicar em Constância e a dimensão dos seus impactes no contexto da actual realidade socioeconómica do Médio Tejo, podem ser contributivos para os grandes objectivos do PORC.

A Matriz de Coerência entre Linhas Estratégicas de Desenvolvimento do PORC e os Objectivos Globais de Desenvolvimento da Região Centro revela de forma clara a coerência entre as opções estratégicas para o Concelho de Constância e os objectivos globais de desenvolvimento desenhados para a Região.

Eixos de Desenvolvimento PEC 2020	Programa Operacional da Região Centro Orientações Estratégicas				
	Competitividade, Inovação e Conhecimento	Desenvolvimento das Cidades e dos Sistemas Urbanos	Consolidação e Qualificação dos Espaços Sub-Regionais	Protecção e Valorização Ambiental	Governança e Capacitação Institucional
Eixo 1. Constância Solidária, Aprofundar a Coesão Social e Territorial	→	↑	↑	→	↑↑
Eixo 2. Constância Competitiva numa economia aberta, dinâmica e diversificada	↑↑	↑	↑	↑	→
Eixo 3. Constância Atractiva, para quem investe, trabalha e visita	↑↑	↑↑	↑	→	↑
Eixo 4. Constância Moderna, oferecendo ao cidadão serviços modernos e eficientes	↑	↑	→	→	↑↑
Eixo 5. Constância Integrada, num quadro de solidariedade regional visando o desenvolvimento equilibrado	↑	↑	↑↑	↑	↑

• ↑↑ Relação intensa
 • ↑ Relação significativa
 • → Relação neutra ou pouco expressiva

Num exercício de aprofundamento do grau de coerência entre os dois documentos elaborou-se uma segunda matriz onde as entradas correspondem ao conjunto dos programas de actuação propostos no capítulo da operacionalização do PEC 2020. Da mesma forma, é possível também verificar que a conformidade entre o PORC e os programas enunciados se mantém e que a mesma apresenta relações mais intensas ao nível dos domínios da Competitividade, Inovação e Conhecimento e da Protecção e Valorização Ambiental.

Programas PEC 2020	Programa Operacional da Região Centro Orientações Estratégicas				
	Competitividade, Inovação e Conhecimento	Desenvolvimento das Cidades e dos Sistemas Urbanos	Consolidação e Qualificação dos Espaços Sub-Regionais	Protecção e Valorização Ambiental	Governança e Capacitação Institucional
Programa 1.1. Desenvolvimento e inovação social	↑	↑	→	→	↑
Programa 1.2. Qualificação e fomento do empreendedorismo	↑↑	↑	↑	↑	→
Programa 1.3. Mobilidade e densificação viária	→	↑↑	↑	→	→
Programa 1.4. Estímulo à utilização de novas tecnologias	↑↑	↑	↑	→	↑↑
Programa 2. 1. Valorização do espaço agro-florestal	↑↑	→	↑	↑↑	→
Programa 2.2. Apoio ao dinamismo empresarial	↑↑	↑	↑	→	↑
Programa 2.3. Dinamização da actividade turística	↑↑	→	↑	↑↑	↑
Programa 3. 1. Requalificação e revitalização dos centros urbanos	↑	↑↑	→	↑	→
Programa 3. 2. Completamento, manutenção e modernização de redes infra-estruturais	→	↑	↑	↑↑	↑
Programa 3.3. Intervenções de valorização territorial	↑	→	↑	↑↑	↑
Programa 3. 4. Dinamização desportiva e socio-cultural	→	↑	↑↑	↑↑	↑
Programa 4. 1. Sistema de Gestão de Informação Estratégica	↑	↑↑	↑	→	↑↑
Programa 4. 2. Desenvolvimento Organizacional	→	↑	→	↑	↑↑
Programa 5. 1. Assegurar a coesão no Médio Tejo	↑↑	↑	↑↑	→	↑↑
Programa 5. 2. Implementar os instrumentos de um sistema de Planeamento e Programação integrada de infra-estruturas e equipamentos públicos sub-regionais.	→	↑	↑↑	↑	↑

↑↑ Relação intensa

↑ Relação significativa

→ Relação neutra ou pouco expressiva

5.2. Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste Vale do Tejo

A Resolução de Conselho de Ministros nº30/2006, de 23 de Março, determinou a elaboração do Plano regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo englobando o concelho de Constância e ainda os de Abrantes, Alcanena, Alcobaça, Alenquer, Almeirim, Alpiarça, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Benavente, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Cartaxo, Chamusca, Constância, Coruche, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Golegã, Lourinhã, Nazaré, Óbidos, Ourém, Peniche, Rio Maior, Salvaterra de Magos, Santarém, Sardoal, Sobral de Monte Agraço, Tomar, Torres Novas, Torres Vedras e Vila Nova da Barquinha. Estes correspondem às NUTS III do Oeste, Médio Tejo e Lezíria do Tejo.

Área de cobertura do PROT OVT



Fonte: PROT OVT

Os documentos na sua versão final foram em 15 de Outubro de 2008 entregues na Secretaria de Estado do Ordenamento do território e das Cidades, esperando agora a ratificação governamental.

A sua relevância para o futuro territorial dos concelhos envolvidos justifica um olhar mais próximo das suas orientações estratégicas e determinações territorial e sectoriais. No entanto, como desde logo se sublinhou na Introdução, o Plano Estratégico de Constância, sem deixar

de centrar na realidade concreta do Concelho, procurou não descurar uma consistência com os documentos que iam sendo conhecidos do PROT OVT, que aliás, previsivelmente lhe poderiam garantir uma concretização mais alargada e satisfatória.

Na definição dos seus princípios estratégicos o PROT OVT, valorizou os seguintes eixos:

Eixo Estratégico 1 - Ganhar a aposta da inovação, competitividade e internacionalização

Eixo Estratégico 2 - Potenciar as vocações territoriais num quadro de sustentabilidade ambiental

Eixo Estratégico 3 - Concretizar a visão policêntrica e valorizar a qualidade de vida urbana

Eixo Estratégico 4 - Descobrir as novas ruralidades

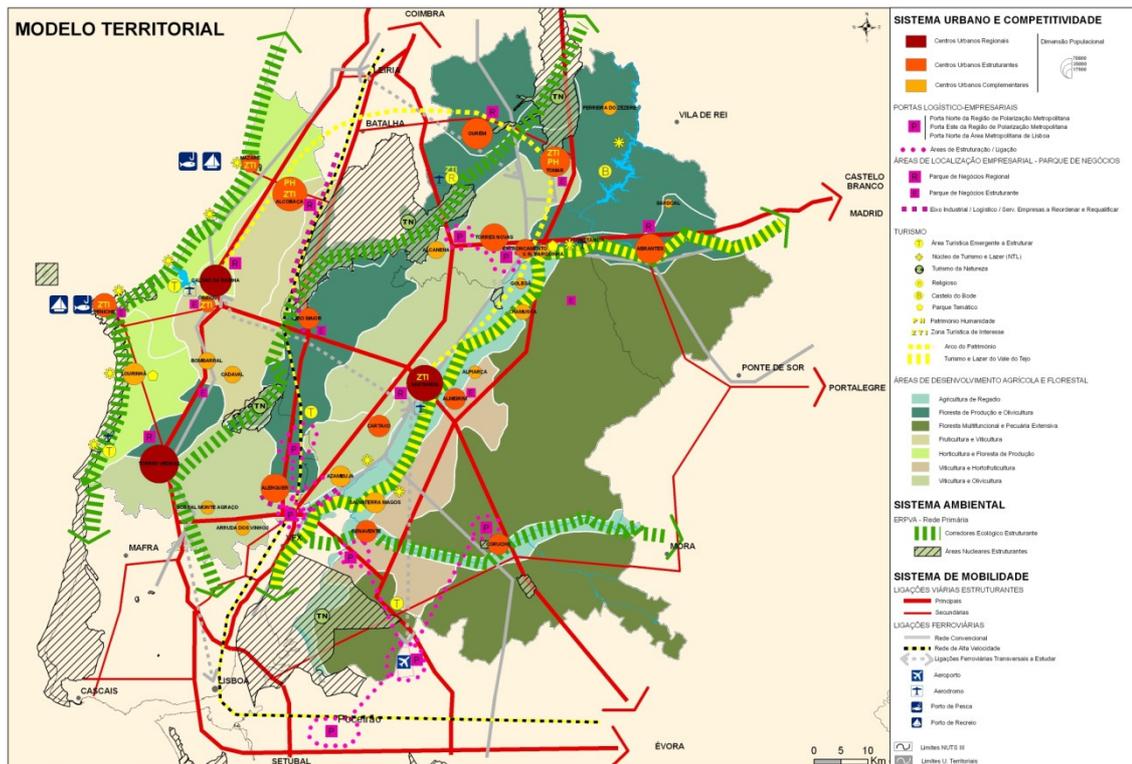
Destes Eixos Estratégicos que são, como se pode observar, desterritorializados importava passar à sua tradução espacial – Modelo Territorial. Aqui foram definidos três sistemas centrais para o Oeste e Vale do Tejo, cujas definições de reproduzem a partir do PROT OVT:

O sistema urbano e de competitividade

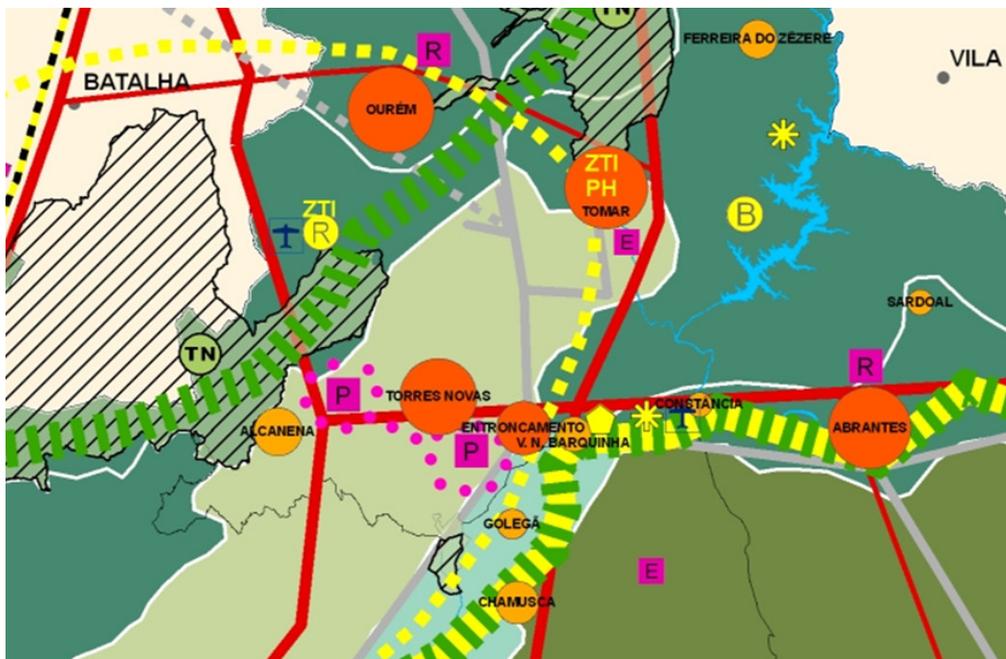
“É suportado por um conjunto de centralidades articuladas em subsistemas urbanos que orientam, organizam e reforçam a rede urbana regional e por uma malha de áreas de localização empresarial que, aproveitando as dinâmicas instaladas e emergentes, promovem o desenvolvimento de actividades âncora fortemente mobilizadoras de recursos de conhecimento e de tecnologia avançada e com elevado potencial internacionalização.

A estruturação da rede urbana e vitalidade económica da matriz rural do OVT, associada à qualidade dos seus recursos patrimoniais e culturais e paisagísticos e à elevada qualidade ambiental e paisagística do território, posiciona a região num patamar de grande atractividade para o Turismo o Lazer e o Recreio, num registo de complementaridade com outras actividades e reforça o seu capital de desenvolvimento.”.

Sistema Urbano e Competitividade proposto pelo PROT OVT



Sistema Urbano e Competitividade proposto pelo PROT OVT – Pormenor centrado em Constância.



O sistema ambiental

“É traduzido no modelo territorial pela Estrutura Regional de Protecção e Valorização Ambiental, incluindo os recursos hídricos e o litoral, o solo e a paisagem, bem como a temática da energia e as áreas de risco.

O sistema ambiental identifica os recursos e valores mais significativos do OVT, visando a manutenção, valorização e promoção dos bens e serviços fundamentais para a qualificação territorial e para qualidade de vida das populações, a redução das situações de risco e do impacto de eventos, bem como o contributo para a melhoria da qualidade ambiental geral por via da racionalização da produção energética e da promoção de maior eficiência dos consumos. Nesta perspectiva, a aposta do modelo territorial preconiza o apoio à diversidade do aprovisionamento energético (explorando o potencial das energias renováveis) e a transição para uma economia regional de baixo carbono.”.

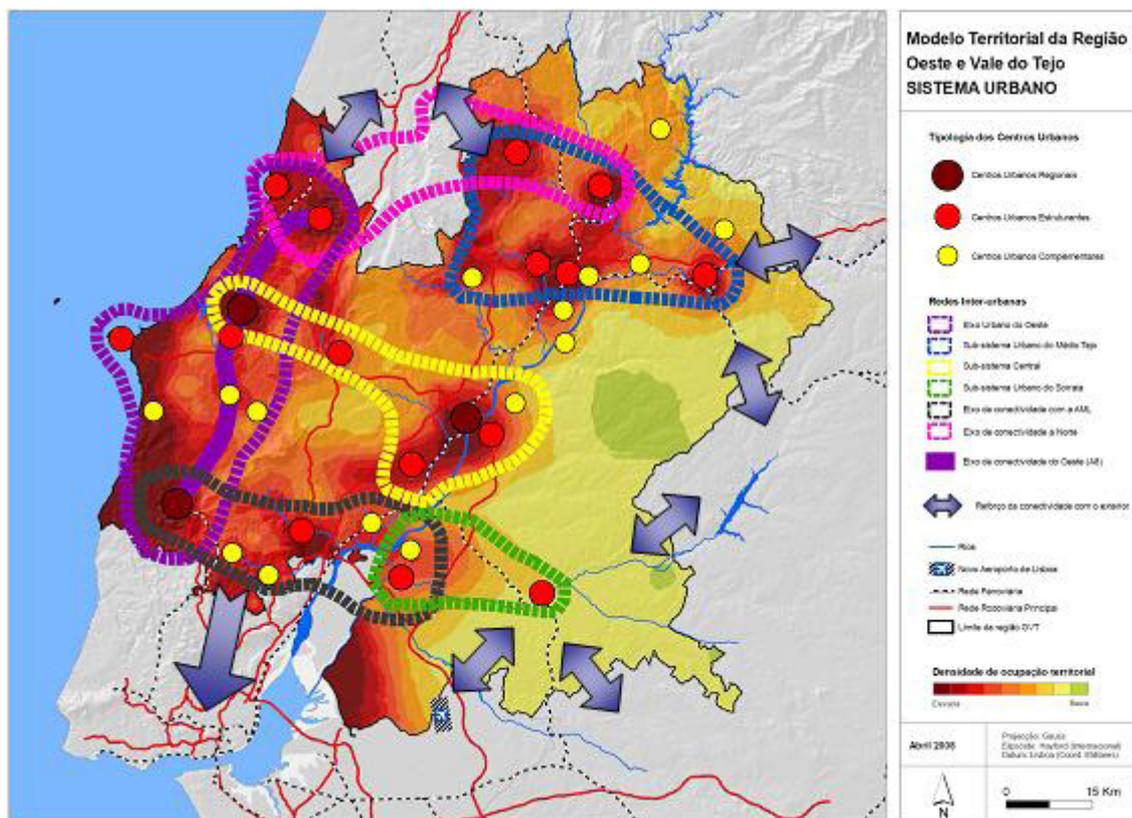
O sistema de mobilidade.

“O sistema de mobilidade preconizado para o OVT assenta na rede de infra-estrutura físicas rodo-ferroviárias existentes e num conjunto de propostas que visam o reforço da malha existente. Pretende-se o completamento da rede viária principal programada e a melhoria das condições de acessibilidade proporcionadas pela ferrovia, mediante a modernização de linhas existentes e a construção de troços de conexão que visam a melhoria significativa da conectividade da rede e o incremento da utilização do modo de transporte ferroviário, no contexto da promoção do transporte público em detrimento do transporte individual.”.

Numa lógica mais sectorializada, o PROT OVT definiu uma organização urbana em três patamares: Regionais, Estruturantes e Complementares sendo que é aqui que está incluído Constância, esperando-se destes centros que prestem “um leque de funções urbanas pouco diversificadas, mas fundamentais na sustentação da coesão territorial e na consolidação de redes de proximidade.”

Há assim uma exigência colocada a Constância no sentido de dar resposta ao conteúdo funcional dos Centros Urbanos Complementares mas também uma outra relacionada com a articulação a estabelecer com os centros urbanos de proximidade com os quais deverá criar sinergias em domínios específicos e vantajosos para os diversos parceiros envolvidos.

Sistema Urbano no Oeste e Vale do Tejo



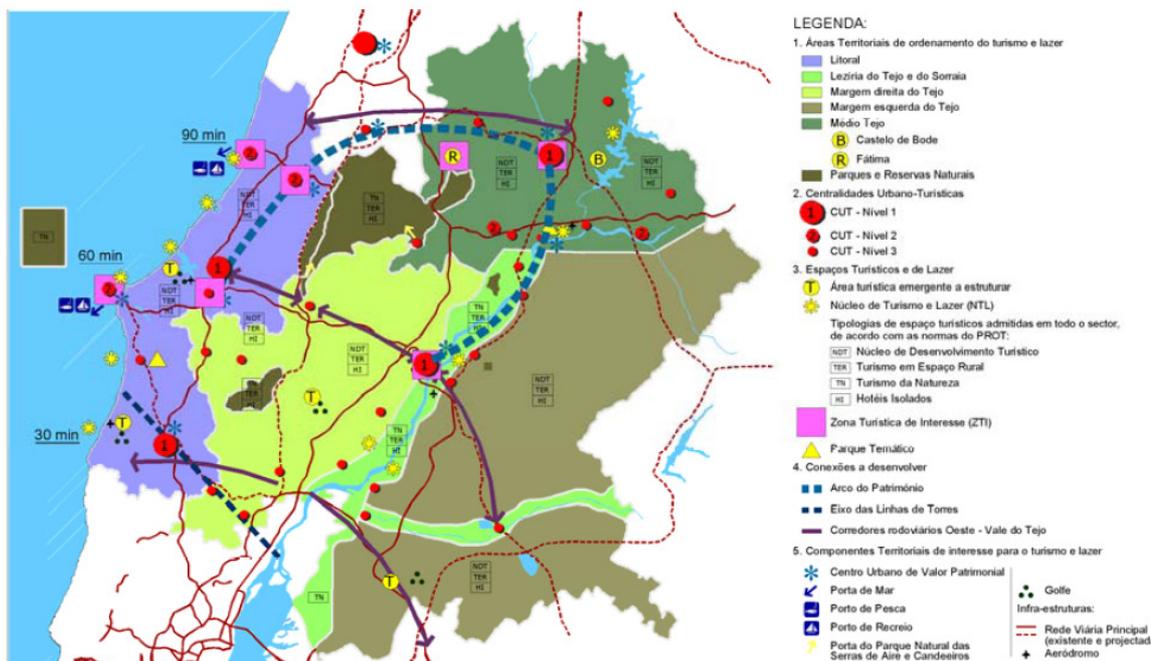
Fonte: PROT OVT

Constância, ao nível regional surge, no tocante ao desenvolvimento do Turismo, como uma Centralidade Urbano-Turística de apoio ao turismo e lazer de nível local. Aliás, no Modelo Territorial o Concelho surge como um dos Núcleos Turísticos e de Lazer a par, designadamente de Vila Nova da Barquinha, Tancos, Ferreira do Zêzere, Arripiado e Benfica do Ribatejo.

Para a promoção efectiva deste estatuto dever-se-á:

- Identificar os Núcleos e delimitação dos Perímetros urbanos em PDM
- Definir os critérios de acréscimo do solo urbano (10% - 20%)
- Proceder à requalificação urbana e ambiental dos núcleos
- Concentrar equipamentos e serviços
- Adequar infra-estruturas
- Qualificar o espaço público.

Ordenamento do sector turístico e de lazer no Oeste e Vale do Tejo



Fonte: PROT OVT

Justifica-se ainda, nesta leitura orientada do PROT OVT, referir a inclusão de Constância em unidades territoriais, que apresentam traços identitários próximos (“tipologias de ocupação agrícola, florestal ou edificada e não obstante a sua natural diversidade interna, potencialidades e problemas comuns em função do padrão dominante”) e que, por tal, configuram áreas mais extensas que devem ser consideradas para efeitos de planeamento e orientação estratégica. Estas apresentam-se em seguida, abreviadamente, de acordo com o conteúdo do PROT OVT:

Eixo Ribeirinho Vila Nova da Barquinha/Abrantes

“Unidade Territorial que compreende parte dos concelhos de Vila Nova da Barquinha, **Constância**, Sardoal e Abrantes, designadamente as áreas marginais ao Rio Tejo.

É uma unidade caracterizada pelos aluviões do Tejo com agricultura de hortofrutícolas e vinhas, áreas associadas a sistemas de policultura, olival e alguns resquícios de montado de sobre. É relativamente plana, com encostas delimitadoras.

A edificação é fundamentalmente dispersa ou fragmentada, verificando-se também a presença de algumas áreas afectas a indústrias, comércio, armazenagem ou logística.

O sistema urbano interno estrutura-se em torno de Vila Nova da Barquinha, **Constância**, Sardoal e sobretudo Abrantes. Todavia, mantêm fortes relações externas, nomeadamente com Entroncamento e Torres Novas.

No que respeita às acessibilidades, a unidade é atravessada e servida pela linha da Beira Baixa e pela A23, cuja construção (prolongamento do IP6 para a Beira Interior) potenciou novas dinâmicas nestes locais.

O principal recurso e valor natural desta unidade territorial é o rio e o vale do Tejo, associado aos seus aluviões, contudo deve ser destacado o facto do grande aquífero da Margem Esquerda do Tejo se iniciar nesta unidade.

Este território constitui uma área com potencialidade para o lazer e recreio, através de actividades ligadas à pesca ou aos desportos náuticos.

Destacam-se ainda algumas infra-estruturas estratégicas como Instalações militares de Tancos e a central termoeléctrica do Pego.

Verifica-se uma forte relação desta unidade com a Região Centro e Alentejo.”

Charneca Ribatejana

“Unidade Territorial que compreende a parte com predomínio agro-florestal dos concelhos de Abrantes, **Constância**, Chamusca, Alpiarça, Almeirim, Salvaterra de Magos, Benavente e Coruche.

No que respeita às acessibilidades a unidade é atravessada pelas linhas férreas do Leste e Setil/Vendas Novas. Em termos viários, esta unidade é estruturada por vias de nível nacional: EN2 3 (Abrantes - Ponte de Sor), EN114 (Santarém - Coruche), EN114-3 (Coruche - Salvaterra) e EN119 (Coruche/Alcochete). A conclusão do PRN contribuirá para a melhoria da mobilidade dentro desta unidade e da sua relação com o exterior, através da construção/conclusão dos IC3, IC9, IC10 e IC13.

Nesta unidade territorial desenha-se a tendência para associar actividades turísticas e de lazer a explorações agrícolas, nomeadamente a casas agrícolas e quintas tradicionais.

Esta UT divide-se em duas subunidades territoriais pelo facto de ser atravessada pelo vale do Sorraia.”

Charneca Ribatejana Norte

Esta subunidade territorial abrange parte dos concelhos de Abrantes, **Constância**, Chamusca, Alpiarça, Almeirim, Salvaterra de Magos e Coruche. É caracterizada por um relevo ondulado suave dominado por montado de sobro alternado com povoamentos florestais, pelo que a paisagem apresenta um carácter agro-florestal.

Nesta subunidade destaca-se ainda o Campo Militar de Santa Margarida, localizado no concelho de Constância. Trata-se de uma base de instrução do Exército Português, sendo a maior instalação militar portuguesa em termos de guarnição e a segunda maior em termos de área ocupada.”

Para perceber de que forma o PEC2020 pode ajudar a concretizar no âmbito municipal os desígnios do PROT OVT justifica-se a apresentação de uma matriz de coerência que ponha em articulação os eixos estratégicos quer de um quer de outro plano. Da leitura da matriz seguinte parece ficar claro as possibilidades que se abrem com a adopção do PEC2020 bem como o suporte que regionalmente deverá ser dado à sua concretização.

Eixos PEC 2020	Eixos Estratégicos do PROT OVT			
	Ganhar a aposta da inovação, competitividade e internacionalização	Potenciar as vocações territoriais num quadro de sustentabilidade ambiental	Concretizar a visão policêntrica e valorizar a qualidade de vida urbana	Descobrir as novas ruralidades
Eixo 1. Constância Solidária, Aprofundar a Coesão Social e Territorial	↑	↑	↑↑	↑↑
Eixo 2. Constância Competitiva numa economia aberta, dinâmica e diversificada	↑↑	↑	↑↑	↑
Eixo 3. Constância Atractiva, para quem investe, trabalha e visita	↑↑	↑	↑↑	↑
Eixo 4. Constância Moderna, oferecendo ao cidadão serviços modernos e eficientes	↑↑	↑	↑↑	↑
Eixo 5. Constância Integrada, num quadro de solidariedade regional visando o desenvolvimento equilibrado	↑	↑↑	↑↑	↑↑

↑↑ Relação intensa

↑ Relação significativa

6. ESTIMATIVA DO INVESTIMENTO E FINANCIAMENTO

As metas indicadas no capítulo 3 do presente Relatório, que procuram quantificar os objectivos económicos, sociais, ambientais, patrimoniais e culturais do Plano Estratégico, exigem um grande esforço de investimento, cujo financiamento se equaciona adiante, por Eixos e Programas.

Na descrição dos Programas, constante dos capítulos precedentes, foi caracterizada a natureza das acções e dos agentes/parceiros previstos para a respectiva concretização (promotores), os quais vão para além do Município e dos actores locais.

Em todos os Programas estão previstas acções que constam da lista de projectos estruturantes incluídos no Plano de Acção para o Médio Tejo, cuja componente de investimento a cargo da Administração Local beneficiará, em princípio, de co-financiamento a fundo perdido da ordem de 70%.

Existem também acções claramente da responsabilidade directa da Administração Central, e que, como tal, serão certamente incluídas na programação dos próximos Orçamentos de Estado, ou, nalguns casos, na programação das empresas públicas e outras entidades a quem cabe a sua realização e que se espera venham a negociar atempadamente para elas apoios financeiros da U.E. se existirem.

Haverá, entretanto, algumas acções incluídas no presente Plano Estratégico que serão da responsabilidade exclusiva da Autarquia, e que poderão ser objecto de protocolos com parceiros identificados para cada uma delas. Prevê-se, também, que nalguns sectores, o Município, em conjunto com Municípios vizinhos, venha a realizar investimentos de interesse comum, nomeadamente em matéria de infra-estruturas e equipamentos públicos.

Haverá ainda acções que são claramente da responsabilidade da iniciativa privada, que, para tal, deverá ser convenientemente incentivada através de sistemas de incentivos eficazes.

A quantificação de todo o esforço financeiro a realizar é, no quadro de um Plano Estratégico, necessariamente indicativa, mas imprescindível para cativar atempadamente verbas e para definir posteriormente um Programa de Investimento.

Esta estimativa de investimentos corresponde a uma fase de planeamento e programação preliminar, que possui uma margem de aproximação relativamente alargada, concentrando-se nos investimentos de iniciativa pública, visto que os investimentos privados (por exemplo: equipamento hoteleiro, indústria, comércio) serão estudados e financiados pelos respectivos promotores.

Face à informação actualmente disponível entendeu-se produzir uma estimativa das necessidades de financiamento para a realização do Plano Estratégico num horizonte de 10 anos, dividido em 2 períodos quinquenais:

- No primeiro período quinquenal, correspondente “grosso modo” aos anos de 2009 a 2013, isto é, até ao ano horizonte do actual QREN, concentram-se os investimentos incluídos no Plano de Acção do Médio Tejo, a financiar a 70% por fundos comunitários.
- No segundo período quinquenal, correspondente aos anos de 2014 a 2018 (inclusive), entendeu-se concentrar os restantes investimentos nos Programas P1.1, P1.4, P2.1, P3.1, P3.2, P3.3, P5.1 que se entende incumbirem à Administração Central e Empresas Públicas ou Concessionárias de serviço público, os quais, por razões diversas, não foram incluídos no Plano de Acção até 2013.

Para além disso, repartiram-se uniformemente ao longo dos 10 anos até ao horizonte do Plano Estratégico, os restantes investimentos não abrangidos nas categorias anteriores. Atendeu-se, na avaliação destes investimentos, à circunstância de ser muito reduzida a capacidade de auto-financiamento do Município, fazendo-se por isso, depender a sua realização da possibilidade de concretizar parcerias que suportem, pelo menos metade do custo estimado da sua realização, admitindo-se que se tal não vier a suceder, possam entrar no englobamento dos investimentos municipais para o futuro QREN.

Quanto às estimativa de valor de investimento (a preços constantes de 2008), baseiam-se em situações semelhantes, ou, para certas intervenções específicas, nomeadamente as que se prevê efectuar no meio natural (e são de difícil quantificação e delimitação em termos de duração temporal), as estimativas baseiam-se apenas num montante anual atribuído como simples dotação orçamental para realização ao longo do tempo da intervenção em causa.

Em termos gerais, para os diversos Eixos e Programas, tomaram-se os seguintes montantes globais de financiamento para os investimentos previstos (a preços de 2008) incluídos em cada Eixo e Programa:

a) – Montantes previstos no Plano de Acção do Médio Tejo (investimento até 2013)

De acordo com o discriminado no quadro adiante calculou-se em cerca de 34 Milhões de euros o total de investimentos previstos no Plano Estratégico que, em princípio, deverão estar incluídos no Plano de Acção do Médio Tejo contemplando o concelho de Constância, prevendo-se que possam beneficiar de um total de apoios de cerca de 25 Milhões de euros de co-financiamento por Fundos comunitários e pela Administração Central.

Não está incluído qualquer investimento nos Programas referentes a:

- Emprego, Formação e Qualificação de Recursos Humanos (P1.2) que serão objecto de apoios e parcerias com instituições da esfera do MTSS;
- Dinamização da actividade turística (P2.3) que serão objecto de apoios e parcerias com organizações e empresas privadas;
- Desenvolvimento organizacional (P4.2), a suportar directamente pelo Município;
- Melhorar a acessibilidade regional através de Constância (P5.1), a candidatar após 2013.

Acções do Plano Estratégico a negociar para co-financiamento após 2013

Programas	Acções abrangidas e respectivos montantes de investimento e fontes de financiamento (Milhões de euros)			
	Listagem de acções cuja inclusão foi prevista	Investimento total	Co-financiamento previsto	Financiamento Municipal
P1.1	Acções 1.1.1; 1.1.2; 1.1.4; 1.1.6; 1.1.7; 1.1.8	8,250	5,925	2,325
P1.3	Acções 1.3.1	1,000	0,700	0,300
P1.4	Acções 1.4.1; 1.4.2; 1.4.3; 1	1,700	1,190	0,510
P2.1	Acções 2.1.1; 2.1.3	1,400	0,980	0,420
P2.2	Acções 2.2.3; 2.2.4	3,200	2,240	0,960
P3.1	Acções 3.1.2; 3.1.3	5,600	3,920	1,680
P3.2	Acções 3.2.1; 3.2.2; 3.2.3	2,500	1,750	0,750
P3.3	Acções 3.3.2; 3.3.4; 3.3.5; 3.3.6; 3.3.7; 3.3.10	10,000	7,900	2,100
P3.4	Acções 3.4.2	0,500	0,350	0,150
P4.1	Acções 4.1.3	0,100	0,070	0,030
P5.2	Acções 5.2.2	0,100	0,070	0,030
TOTAL		34,350	25,095	9,255

b) – Montantes a negociar para cofinanciamento após 2013

Os valores incluídos nesta previsão são valores “por memória”, isto é, valores preliminares não fundamentados em estudos preliminares de cada uma das acções em causa. Assim, os montantes indicados têm apenas relevância como mera reserva orçamental.

Como se discrimina no quadro adiante previu-se uma reserva orçamental para investimento dos projectos a candidatar a cofinanciamento após 2013, no montante de cerca de 21 Milhões de euros, prevendo-se que possam beneficiar de um total de apoios de cerca de 15 Milhões de euros de co-financiamento por Fundos comunitários e pela Administração Central.

Assinale-se que este cálculo se resume aos projectos agora identificados no âmbito do Plano Estratégico, sendo provável que, no decurso dos próximos anos, venham a ser identificados outros projectos de âmbito local ou sub-regional, a acrescer a estes e a contemplar na revisão do Plano Estratégico a realizar a meio do seu período de vigência.

Acções do Plano Estratégico a negociar para co-financiamento após 2013

Programas	Acções para o período após 2013 (Milhões de euros)			
	Listagem de acções cuja inclusão foi prevista	Investimento total	Co-financiamento previsto	Financiamento Municipal
P1.1	Acções 1.1.3;1.1.5	1,500	1,050	0,450
P1.4	Acções 1.4.4	1,000	0,700	0,300
P2.1	Acções 2.1.4	0,500	0,350	0,150
P3.2	Acções 3.2.4	0,500	0,350	0,150
P3.3	Acções 3.3.8, 3.3.9	5,000	3,500	1,500
P5.1	Acções 5.1.1; 5.1.2	10,000	7,000	3,000
P5.2	Acções 5.2.1, 5.2.3, 5.2.4, 5.2.5, 5.2.6	2,500	1,750	0,750
TOTAL		21,000	14,700	6,300

c) – Investimentos não incluídos em Planos de Acção, a suportar directamente pelo Município e/ou em parceria

Os valores incluídos nesta previsão são também valores “por memória” e, em matéria de parcerias, admitiu-se que será possível angariar financiamentos a 70% para os programas relativos a Emprego, formação e Qualificação (P1.2) e para a maioria das acções incluídas nos programas de Dinamização da actividade turística (P2.3) e Requalificação e revitalização urbana (P3.1), e financiamentos a 50% para as acções dos programas de Dinamização desportiva e sócio-cultural (P3.4) e de Estímulo à utilização de novas tecnologias (P4.1).

Nos restantes casos (excepto no que respeita ao investimento privado na central a biomassa florestal) não se considerou a realização de qualquer parceria entre a CM Constância e terceiros.

Acções do Plano Estratégico a suportar pelo Município ou em Parceria

Programas	Acções abrangidas, investimento estimado e financiamento por parceiros (Milhões de euros)			
	Listagem de acções cuja inclusão foi prevista	Investimento total	Financiamento por parceiros	Financiamento Municipal
P1.2	Acções 1.2.1; 1.2.2;1.2.3;1.2.4;1.2.5;1.2.6	5,000	3,500	1,500
P1.3	Acções 1.3.2; 1.3.3;1.3.4	1,000	0,000	1,000
P2.1	Acções 2.1.2	3,000	3,000	0,000
P2.2	Acções 2.2.1; 2.2.2	0,500	0,000	0,500
P2.3	Acções 2.3.1; 2.3.2;2.3.3;2.3.4	0,500	0,360	0,150
P3.1	Acções 3.1.1; 3.1.4	0,500	0,360	0,150
P3.3	Acções 3.3.3; 3.3.11	1,000	0,000	1,000
P3.4	Acções 3.4.1; 3.4.3;3.4.4;3.4.5	1,500	0,750	0,750
P4.1	Acções 4.1.1;4.1.2	1,000	0,500	0,500
P4.2	Acções 4.2.1;4.2.2;4.2.3	0,500	0,000	0,500
TOTAL		14,500	8,450	6,050

d) – Síntese do Investimento e Financiamento previsto para realizar o Plano Estratégico

Tomando as estimativas desenvolvidas nas alíneas precedentes elaborou-se o quadro síntese de valores de investimento e necessidades de financiamento para realização do Plano Estratégico descrito no presente Relatório.

O montante global dos investimentos respeitantes às acções contempladas nos Programas que constituem os 5 Eixos de desenvolvimento do Plano Estratégico, atingirá cerca de **70 Milhões de Euros** (preços constantes de 2008, dos quais aproximadamente **48 Milhões de euros** poderão ser financiados por apoios a fundo perdido provenientes do Orçamento da UE ou do Orçamento de Estado e, também, através de parceiros interessados em algumas das acções.

Ficará como parcela de investimento, a cobrir por financiamento municipal, um total de cerca de **22 Milhões de Euros**, a mobilizar e afectar durante um período de 10 anos. Trata-se de um montante avultado, mesmo que repartido durante um período dilatado de tempo, colocando-se a questão da capacidade do Município para cobrir por auto-financiamento uma percentagem elevada deste montante, senão mesmo a sua totalidade o que, a não ser possível, obrigará ao protelamento de certas acções ou à sua redução.

Estimativa de Verbas por Eixos e Programas do Plano Estratégico de Constância a 10 anos

(Milhões de Euros a preços de 2008)

EIXOS E PROGRAMAS	Investiment o estimado	Cofinanciam. e/ou Parcerias	Financiament o Municipal
EIXO 1 – Constância solidária			
Programa 1 – Ampliação da rede de equipam. sociais	9,750	6,975	2,775
Programa 2 – Emprego, Formação e Qualificação	5,000	3,500	1,500
Programa 3 – Melhoria do quadro de vida	2,000	0,700	1,300
Programa 4 – Promoção da mobilidade local	2,700	1,890	0,810
EIXO 2 – Constância competitiva			
Programa 1 – Valorização e poupança energética	4,900	4,330	0,570
Programa 2 – Apoio ao dinamismo empresarial	3,700	2,240	1,460
Programa 3 – Dinamização da actividade turística	0,500	0,350	0,150
EIXO 3 – Constância atractiva			
Programa 1 – Requalificação e revitalização urbana	6,100	4,270	1,830
Programa 2 – Modernização de redes de infraestruturas	3,000	2,100	0,900
Programa 3 – Valorização territorial	16,000	11,400	4,600
Programa 4 – Dinamização desportiva e sócio-cultural	2,000	1,100	0,900
EIXO 4 – Constância moderna			
Programa 1 – Estímulo à utilização de novas tecnologias	1,100	0,570	0,530
Programa 2 – Desenvolvimento organizacional	0,500		0,500
EIXO 5 – Constância integrada			
Programa 1 – Melhorar a acessibilidade regional	10,000	7,000	3,000
Programa 2 – Reforço da coesão no Médio Tejo	2,600	1,820	0,780
TOTAL GERAL	69,850	48,245	21,605
Monitorização do Plano Estratégico (+2 % da componente municipal)			0,400

7. MODELO DE GOVERNAÇÃO

Este Plano Estratégico não acaba com o enunciado dos 5 eixos estratégicos ou dos 15 programas ou ainda com as 74 acções. É exactamente aqui que ele deve ter início uma vez que todo este trabalho preliminar foi de preparação e consolidação das condições objectivas para desencadear a concretização de programas e acções. No entanto, nesta fase de operacionalização torna-se necessário fixar alguns princípios que poderão ser um precioso auxiliar a esta tarefa fundamental para dar sequência a este desígnio municipal, designadamente, os que respeitam aos contornos dos recursos logísticos, organizativos e humanos de apoio ao PEC 2020.

Com efeito, a multiplicidade de programas e acções exige antes de mais um significativo esforço de programação, articulação entre interesses divergentes, mobilização dos parceiros, pilotagem dos processos, selecção e busca activa das fontes de financiamento mais interessantes.

A autarquia, na sua estrutura orgânica, reúne as competências próprias para a gestão municipal tendo ainda nos últimos anos munido-se dos recursos humanos capazes de lhe conferirem maior capacidade em áreas chave de intervenção municipal como é o caso da promoção, sensibilização e valorização ambiental ou no campo do desporto e do lazer.

Todavia, as exigências para aqui convocadas apontam não tanto para mais recursos humanos mas mais para uma estrutura organizativa com autonomia técnica e capacitada para aqui nas seguintes áreas de actuação:

- Liderar o processo de gestão do PEC 2020;
- Preparar os concursos que permitam a concretização dos projectos mobilizadores;
- Fazer o acompanhamento anterior dos projectos mobilizadores;
- Preparar as candidaturas aos financiamentos mais adequados;
- Mobilizar e seleccionar os parceiros mais adequados para cada projecto/acção;
- Prestar os esclarecimentos e efectuar a avaliação do grau de concretização do PEC 2020;
- Liderar os processos de aproximação entre interessados.

De modo a não complexificar o sistema de governação existente esta estrutura poderia situar a sua actividade no âmbito do Gabinete de Apoio Económico (descrito na acção 2.2.1) que, nesse caso, passaria a assumir uma designação mais abrangente para incorporar estas novas funções.